

Ambiente e Mudança na Península de Cubucaré, Tombali: Comunidades no Parque Nacional das Florestas de Cantanhez

Gonçalo Casimiro Salvaterra

Orientador: Prof. Doutora Catarina Carreira Nogueira Casanova



Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Antropologia

Lisboa
2017

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT



Ambiente e Mudança na Península do Cubucaré, Tombali: comunidades no Parque Nacional das Florestas de Cantanhez

Gonçalo Casimiro Salvaterra

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Orientador Professora Doutora Catarina Casanova

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de expressar o meu mais profundo agradecimento às populações locais do Parque Nacional das Florestas de Cantanhez, nomeadamente os habitantes das tabancas (aldeias) de Madina, Iemberém e Caiquené, nas quais passei a maior parte do meu tempo, e em particular aos meus amigos que me deixaram saudades: ao Braima Vieira, pela sua amizade, ajuda nas transcrições das entrevistas, bem como as suas aulas de crioulo sem as quais hoje não dominaria a língua; ao Dula, pelas atenciosas visitas a minha casa; ao Régulo de Cadique, pela sua colaboração e ajuda ao longo da investigação; ao Iaia pela sua hospitalidade e amizade.

Ao Américo, Sílvia e Juniór, o meu agradecimento e amizade, por me terem acolhido inúmeras vezes, oferecendo-me sempre a sua amizade e os confortos que de outra forma me seriam impossíveis de obter.

Um especial agradecimento à Marina Temudo, cuja ajuda bibliográfica manifestou-se extremamente útil; à Joana Sousa pelos seus conselhos e à Susana Costa pela preciosa e imprescindível ajuda no domínio do ATLAS.ti.

Agradeço ainda ao IBAP pela sua disponibilidade e aceitação de permanência no interior do PNFC, em especial ao diretor do PNFC, o Sr. Queba pela preocupação e acompanhamento da minha estadia enquanto permanecia no terreno.

Ao ISCSP pela disponibilidade em solicitar um visto de cortesia à embaixada da RGB.

Um agradecimento do tamanho do mundo aos meus pais, que sempre me apoiaram apesar do receio dos perigos que a viagem poderia implicar, a eles o meu eterno e inesquecível obrigado não esquecendo a Natacha pela grande paciência nos momentos de maior stress.

Por último, gostaria de agradecer à pessoa que permitiu que tudo isto acontecesse, mudando com certeza a minha vida, não só academicamente, mas também como ser humano, à minha orientadora professora Catarina Casanova, um profundo obrigado pelas discussões, conselhos e amizade.

No stá djunto! (Estamos juntos!)

O desafio por vencer

“Era preciso esquecer quem foram.

Repetir: «temos que ser absolutamente modernos» todos os dias. Mas,

passada a modernidade, procuravam, desesperados, por raízes. “

Jorge Telles de Menezes in *Suma Uma*

Resumo:

Atualmente vivemos num mundo marcado por um sistema político-económico dominante não sustentável do ponto de vista ambiental, que destrói os próprios ecossistemas dos quais os seres humanos estão dependentes. Estes ecossistemas têm sido ameaçados por inúmeros fatores, desde o aquecimento global, perda de biodiversidade por via da desflorestação e caça comercial, espécies invasivas, poluição e avanço do capitalismo via globalização, sendo talvez esta última, a causa de todas as outras. A República da Guiné Bissau (RGB) não foge à regra: sendo um pequeno país na África Ocidental cujas estruturas sociais estão, na maioria das regiões, dependentes do seu meio ambiente circundante (os ecossistemas nos quais assenta a vida) enfrenta uma crise económica com graves consequências ambientais.

Este estudo procura identificar as mudanças ocorridas na relação entre o ambiente e as comunidades desde o período histórico dos tempos que antecederam a luta de libertação até aos dias de hoje. O terreno de ação é parte da península do Cubucaré no Sul da RGB, zona eminentemente rural. Será abordado necessariamente o modo de vida das populações locais, a sua relação com o meio ambiente circundante, as implicações da monocultura do caju - hoje tão presente neste país – na economia agrária, e os conhecimentos e práticas de gestão dos recursos naturais. Os resultados nos quais a dissertação se baseia foram obtidos através da análise de dados qualitativos recolhidos diretamente no terreno (Parque Nacional das Florestas de Cantanhez). A forte dependência das comunidades humanas dos serviços dos ecossistemas ressalta desde o chamado “tempo da luta” até aos nossos dias.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau; Etnografia; Conhecimento tradicional ecológico; Resiliência; Economias agrárias familiares

Abstract:

Nowadays we live in a world dominated by a main unsustainable politic and economic system, which destroy the very ecosystems of which we all are dependent off. The integrity of these ecosystems has been continuously compromised by a number of factors such as global warming, loss of biodiversity due to deforestation, commercial hunting, invasive foreign species, pollution and the advance of capitalism via globalisation, the latter likely being the cause of all previous. The Republic of Guinea-Bissau (RGB) is no exception to this rule: this small country in the West of Africa is currently facing an economic crisis which has a major negative impact on the local ecosystems, the very ones which are so indispensable to the survival of Guinea's life..

This study intends to identify the changes occurred in the relation between the surrounding environment and the local communities since the early period before the so called "liberation war" until today. The studied region is situated in one section of Cubucaré peninsula, a place characterized by household farm economies. The ways of living, relation with the surrounding environment, the cashew mono-culture and its consequences in the peasant economy and finally the natural resources management and knowledge. The results achieved in this the dissertation were obtained through the collection of qualitative data directly on the field (Cantanhez Forests National Park). The strong dependence of human communities on ecosystem services has risen from the so-called "the war days" to the present day.

Key-Words: Guinea-Bissau; Ethnography; Traditional Ecological Knowledge; Resilience; Household farm

Índice

1. Introdução.....	10
1.1 Apresentação do tema.....	10
1.2 Enquadramento Teórico-conceptual	14
1.2.1 Sociedade e Ambiente: Uma relação de interdependência	15
1.2.2 Natureza e Cultura	18
1.2.3 Conhecimento Tradicional Ecológico	20
1.2.4 Mercado e Impactos nas Economias Tradicionais.....	22
2 Metodologia	24
2.1 Contexto de Estudo	24
2.2 Recolha de Dados	25
2.3 Análise de Dados	28
2.4 Limitações e Dificuldades do Presente Estudo	29
2.5 Considerações Éticas	31
3. Resultados	32
3.1 Mobilização da força de trabalho.....	32
3.2 Produção Agrícola	33
3.2.1 Bolanha salgada	35
3.2.2 Bolanha doce.....	39
3.2.3 Cultivos de Sequeiro	40
3.2.4 Tubérculos: Mandioca, manfafa, nhambis e batata-doce.....	42
3.2.5 Pomares.....	44
3.3 Produção animal	47
3.4 Ameaças aos cultivos.....	47
3.5 Práticas alimentares	50
3.6 Atributos da floresta.....	54

4. Discussão	58
5. Considerações finais.....	71
Bibliografia.....	76
Anexos	81

Índice de Tabelas

Tabela 1- Técnicas de recolha de dados utilizadas.....	27
Tabela 2- Recursos recolhidos da floresta.....	55
Tabela 3 - Lista de animais mais caçados.....	57

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Causas e efeitos da desflorestação segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta (exemplo de gráfico do software Atlas.ti).....	29
Gráfico 2- Cultivos evidenciados pelos inquiridos do grupo étnico Sosso	33
Gráfico 4- Cultivos evidenciados pelos inquiridos do grupo étnico Nalu (= todos gráficos).....	34
Gráfico 3- Cultivos evidenciados pelos inquiridos pelo grupo étnico Balanta	34
Gráfico 5- Bolanha salgada segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta.....	37
Gráfico 6- Bolanha salgada segundo os inquiridos do grupo étnico Sosso.....	37
Gráfico 7- Bolanhas Salgas segundo os inquiridos do grupo étnico Nalu	38
Gráfico 8- Principais cultivos associados aos basfonds pelos entrevistados dos três grupos étnicos.....	40
Gráfico 9- Restrições alimentares de acordo com as informantes Sosso. etnia Sosso ...	53
Gráfico 10- Restrições alimentares de acordo com a etnia Nalu.....	53
Gráfico 11- Principais técnicas de cultivo de acordo com os três grupos étnicos.....	84
Gráfico 12- Principais cultivos de sequeiro de acordo como grupo étnico Sosso.....	84
Gráfico 13- Principais cultivos de sequeiro de acordo com o grupo étnico Nalu	85

Gráfico 14- Principais cultivos de sequeiro de acordo com os inquiridos Balanta	85
Gráfico 15- Espécies cultivadas nos pomares de acordo com os inquiridos Balanta.....	86
Gráfico 16- Espécies cultivadas nos pomares de acordo com a etnia Nalu	86
Gráfico 17- Espécies cultivadas nos pomares de acordo com a etnia Sosso	86
Gráfico 18- Pragas de acordo com as três etnias	87
Gráfico 19- Babuíno predador natural de pragas de acordo com a etnia Balanta	87
Gráfico 20- Babuíno predador natural de pragas de acordo com a etnia Nalu.....	88
Gráfico 21- Babuíno predador natural de pragas de acordo com a etnia Sosso	88
Gráfico 22- Alimentação de acordo com a etnia Balanta.....	89
Gráfico 23- Alimentação de acordo com a etnia Nalu	89
Gráfico 24- Alimentação de acordo com a etnia Sosso.....	90
Gráfico 25- A atividade da caça pré e pós guerra da independência de acordo com os Balanta.....	90
Gráfico 26- Valor do mato de acordo com as perceções da etnia Balanta	91
Gráfico 27- Valor do mato de acordo com as perceções da etnia Nalu.....	91
Gráfico 28- Valor do mato de acordo com as perceções da etnia Sosso	92

Índice de Ilustrações

Ilustração 1- Mapa da Península de Cubucaré e respetivas povoações (fonte: Carvalho 1949: 309)	25
Ilustração 2- Bolanha salgada em Lautchande durante reparação do dique.....	36
Ilustração 3- Bolanha doce (<i>basfond</i>) ocupada com uma plantação de bata-doce	39
Ilustração 4- Zona de desmatção para posterior cultivo de sequeiro	42
Ilustração 5- Agricultor Mandinga durante exame da produção.	43
Ilustração 6- Folha de batata-doce danificada por gafanhotos.	50
Ilustração 7- Confeção de óleo de palma.....	93
Ilustração 8- Confeção de óleo palma II.....	94
Ilustração 9- Macaco Mona (<i>Cercopithecus mona campbelli</i>) em Iemberem.....	95

Ilustração 10- Macaco Fidalgo (<i>Colobus polikomos polykomos</i>) em Iemberem.....	95
Ilustração 11- Convívio feminino na fonte de Cadique Nalu	96
Ilustração 12- Festa da juventude em Iemberem	97
Ilustração 13- Durante a realização de uma entrevista	97
Ilustração 14- Observação participante	98
Ilustração 15- Poilon (<i>Ceiba Pentandra</i>) Amilcar Cabral, maior árvore conhecida de Cantanhez.....	99

1. Introdução

“Os [homens] grandes dependiam só da bolanha, eles controlavam o campo o tempo todo. Naquele tempo não havia tanto esforço, porque a água salgada não subia tanto naquele tempo, mas hoje a água aumenta, portanto o trabalho hoje é mais duro.” (B44 15-03-2016)

1.1 Apresentação do tema

Em 1950 Evans-Pritchard proferiu seis conferências num programa da BBC e numa dessas conferências abordou o que rege a decisão de um estudante optar pelo campo de estudo da Antropologia. Alguns de nós não sabem responder totalmente a esta pergunta. Um colega norte-americano de Evans-Pritchard respondeu simplesmente “suponho que gosto de viajar” (Evans-Pritchard 1972: 173). Talvez esse seja o meu caso. Contudo, sabemos que viajar para contextos culturais muito diferentes do nosso pode chocar quem viaja, sobre pena de ficarmos presos entre o romantismo da tradição etnográfica e a realidade vivida *in loco*. Foi minha intenção viver esta experiência e tirar o maior partido da mesma para a minha formação enquanto antropólogo.

Iniciar uma dissertação de mestrado, especialmente tendo por base a recolha de dados empíricos numa região remota da República da Guiné-Bissau (RGB) não foi uma tarefa fácil. A ausência de conforto e de aspetos tão básicos como água corrente, água potável, eletricidade, gás, a distância da família e a completa ausência de referências culturais às quais estou habituado manifestaram-se sempre na forma de saudade ao longo do trabalho de campo. Independentemente de todas as privações, foi um momento de profunda aprendizagem, um momento de rotura com formulações preconcebidas as quais me muniram de ferramentas para o futuro. Como salientou Temudo (1998), o trabalho de campo pode assumir-se como um verdadeiro *fanado*.

Durante os meses que precederam a viagem tive oportunidade de me preparar teoricamente para o terreno ao qual me propunha estudar, bem como encontros e trocas de correspondência com antropólogos e outros cientistas que conheciam bem o território em questão.

A RGB e mais precisamente a península de Cubucaré também conhecida por Cantanhez pelos habitantes da região, é uma das áreas mais remotas do país. Rodeado por florestas e acessível apenas por uma “estrada” cujas condições deixam muito a desejar, é um local extremamente isolado, tornando-o uma zona de estudo interessante sobre questões de conhecimento e representações da natureza, uma vez que as populações locais interagem com esta diariamente reproduzindo a aprendizagem geracional transmitida pelos seus antepassados e adaptando-os a novos contextos que possam surgir com a mudança trazida de fora.

Entre a miríade de países que compõem a África subsariana, escolher a RGB para desenvolver o estudo desta temática, deveu-se sobretudo a questões de logística e de contactos. O facto de a orientadora da presente dissertação possuir já um vasto conhecimento sobre a região em questão, bem como uma teia de contactos bem montada permitiria uma maior facilidade e rapidez de inserção no território, podendo assim, nos poucos meses que dispunha, realizar o cumprimento dos objetivos a que me propunha.

Por outro lado estamos perante uma região geográfica interessantíssima para estudar a etno-esfera¹. Como referido, a península do Cubucaré é um dos locais mais remotos da RGB. Nela, durante a guerra, os portugueses pouco conseguiram penetrar. Guiledge, Gadamael ou Guidage são locais sobejamente conhecidos na memória de antigos combatentes (o eixo dos 3 G's) por uma característica: a grande resistência que os movimentos de libertação ofereciam nesta zona que, por sua vez, lhes servia de abrigo (juntamente com parte do território de Conacry). Sempre se tratou de uma área remota com grandes florestas (árvores de grande porte, rios e ribeiros, área essa que fica parcial e temporariamente inundada na estação das chuvas) e portanto onde o colonialismo português teve dificuldade de implantação. Adicionalmente, existindo uma estação de campo para investigadores nesta zona (Estação Dári), seria vantajoso do ponto de vista dos já escassos recursos financeiros escolher esta área e onde de acordo com alguns autores, se têm observado mudanças continuadas (Temudo 2006, 2009; Costa 2010; Casanova et al. 2014; Sousa et al. 2014)

¹ O antropólogo Wade Davis foi o primeiro académico a utilizar o conceito de etno-esfera para se referir à totalidade de culturas humanas, sugerindo que o universo de culturas locais formava um sistema global comparável à biosfera, atmosfera ou litosfera, e a dinâmica bem como o estado deste sistema deveria ser uma preocupação (Powell 2016) .

Este estudo pretende ser um contributo, ainda que modesto, para o conhecimento das alterações entre a relação ambiente/comunidade ocorridas na região durante o período histórico compreendido entre os tempos que antecederam a luta de libertação e os dias de hoje, passando pela guerra e o pós-guerra. Uma vez que estamos perante uma região onde a população é extremamente dependente dos ecossistemas para a sua própria sobrevivência (Casanova et al. 2014; Sousa et al. 2014), este é um terreno fértil para trabalhos desta natureza e com os objetivos presentes.

Procurei responder a três objetivos previamente pensados:

- Descrever o modo de vida (com referência ao sistema produtivo e respetiva mobilização da força de trabalho) das populações locais residentes no Parque Nacional das Florestas de Cantanhez (PNFC);
- Descrever a relação de algumas destas comunidades locais com o ambiente circundante e como é que a mesma tem mudado ao longo dos tempos (desde a chamada guerra colonial até aos nossos dias);
- Analisar as implicações da produção de caju em larga escala na economia agrária da região de Cubucaré e as respetivas alterações verificadas dentro do intervalo de tempo pré-guerra da independência e os dias de hoje;

A questão para a qual este estudo introdutório pretende contribuir tem a ver com a forma como o quotidiano das populações rurais do PNFC se tem alterado na sua relação com o meio-ambiente desde os momentos que antecederam a guerra pela independência até aos nossos dias. Recorrendo a informantes qualificados (ex.: homens grandes), procuro perceber de que forma a ação humana foi moldando e provocando alterações na paisagem ao longo dos tempos: desde o “tempo da luta” (guerra contra o colonialismo português) até aos nossos dias.

A RGB é um país integrado no golfo da Guiné situado na região da África Ocidental. Trata-se de um país que, segundo o Banco Mundial (2016), ainda se apresenta fortemente debilitado em todos os aspetos da vida social e económica. Os indicadores de desenvolvimento humano mantêm-se fracos bem como a evolução dos sectores sociais. O fraco investimento nestes sectores submete a RGB a uma dependência de apoios estrangeiros, o que leva o BM (2010:14) a afirmar que *“as perspetivas de um desenvolvimento sustentável estão seriamente comprometidas”*.

A nível demográfico, a RGB é um país de pequena escala territorial e populacional que, em 2015, se apresentava com uma população de 1.844.000 habitantes². A média anual de crescimento fixa-se nos 3,1%. Grande parte da população é jovem, sendo que cerca de 41,7% é constituída por jovens com idades compreendidas até aos 14 anos. A população rural da RGB fixa-se nos 70% assumindo uma enorme importância para o país, uma vez que a produção agrícola constitui 60% do PIB e 90% das exportações, tornando o sector agrícola a maior área de empregabilidade³ (BM 2009).

Os limites da urbanização juntamente com a baixa densidade populacional (BM 2010) permitem a permanência das estruturas sócio-territoriais pré-coloniais, refletindo-se num número elevado de *tabancas*⁴ (Abreu 2012). Nestes locais a população usufrui do acesso direto à terra⁵ (BM 2010, Abreu 2012), constituindo-se por uma população de esmagadora maioria camponesa.

Embora a principal fonte de rendimento das famílias guineenses seja a castanha de caju, a produção agrícola estende-se ao arroz e variados cereais, criação de gado, pesca, frutas e outros produtos florestais, onde se exerce a comercialização essencialmente através da economia informal (BM 2009, 2016). De facto, a economia guineense está inteiramente dependente da comercialização de caju, que segundo os dados, de alguma forma surpreendentes fornecidos pelo BM (2010) perfazem 98% das receitas de exportação e 10% da receita fiscal.

A comercialização da castanha de caju é feita de forma relativamente liberal. Os comerciantes⁶ actuam no interior do país, canalizando posteriormente a produção dos pequenos agricultores para as unidades industriais e armazéns⁷ de Bissau (BM 2010, 2015).

² Para efeitos de consulta <http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau> (consultado a 04 de Julho de 2016)

³ Devemos entender empregabilidade neste contexto, como ocupação remunerada, o que não quer dizer necessariamente através de um salário.

⁴ *Tabancas*, aldeias que podem ir até proporções de dois mil habitantes, compostas maioritariamente por economias familiares e destinadas tradicionalmente à subsistência (Abreu 2012).

⁵ A respeito do acesso direto à terra, podemos afirmar que existe um conjunto de normas e valores que regulam este acesso, que caberá abordar adiante.

⁶ Existem cerca de 300 comerciantes com alvarás e um número por averiguar sem alvará superior aos portadores de licença (BM 2010).

⁷ Estão certificados com licença de exportação cerca de 40 exportadores.

1.2 Enquadramento teórico-conceitual

A península do Cubucaré é inúmeras vezes referida pelos seus habitantes como chão Nalu (*tchon Nalu* :c), uma vez que este grupo étnico foi o primeiro a habitar a região (Catarino et al. 2012; Sousa et al. 2014; Temudo 1998, 2009, 2006). Os Nalu são originários da Guiné Conacri onde viviam juntamente com os Sosso e os Baga (Temudo 1998). A sua migração para o Cubucaré ter-se-á dado devido a uma suposta perseguição religiosa levada a cabo pelos imperadores Mandinga, na época da formação dos grandes estados do Sudão (JIU 1970:84 in Temudo 1998).

No ano de 1889, a região do Cubucaré foi alvo de uma invasão por parte dos Fula, levando os Nalu a procurar refúgio nas ilhas de Como e Melo – que ainda hoje abrigam algumas populações. A vaga de islamização do grupo étnico Nalu tem o seu início neste período histórico pois uma vez feitos prisioneiros pelos Fula, os Nalu foram pouco a pouco sendo convertidos. Após o regresso das Ilhas de Como e Melo, continuou o processo de conversão no seio dos Nalu. De acordo com a visão de Carvalho (1949) os portugueses terão interferido neste conflito por forma a estabelecer a paz entre os dois grupos étnicos, tornando assim possível o regresso ao continente dos Nalu que passaram a habitar novamente as aldeias outrora por eles construídas e inclusivamente fundando novas tabancas.

No início do século XX estabeleceram-se em chão Nalu outros grupos étnicos, entre eles os Sosso e os Balanta (Catarino et al. 2012; Sousa et al. 2014; Temudo 2009). Segundo Carvalho (1949) o grupo étnico Sosso terá chegado antes do século XX para se dedicar ao comércio. Este grupo só aumentou significativamente do ponto de vista demográfico a partir de 1915 quando fundou a aldeia de Catchamba Sosso e os núcleos sosso nas aldeias de Cafal, Cafine, Calaque e Darsalam, as quais ainda hoje mantém (Temudo 1998). Não obstante, podem ser encontrados membros deste grupo étnico espalhados por outras aldeias. Por sua vez os Balanta, atraídos pelas zonas de mangal, propícias ao cultivo de arroz de *bolanha salgada*⁸ começaram a chegar na década de 20, tornando-se então o grupo étnico maioritário (Carvalho 1949; Temudo 2009). Posteriormente foram seguidos por grupos minoritários de Mandjacos, Pepeis e Bijagós devido à abundância de palmares (Carvalho 1949).

⁸O termo *bolanha* é utilizado em Cantanhez bem como no resto da RGB (Temudo 1998) para referir um terreno destinado ao cultivo de arroz por alagamento.

A migração em massa dos Balanta veio trazer profundas alterações no sistema produtivo da região (Sousa et al. 2014), particularmente no arroz, como veremos adiante.

1.2.1 Sociedade e Ambiente: Uma relação de interdependência

“O mato não é para comer de uma vez, o mato não é para trabalhar com enchada, porque se cortarmos um sítio, devemos deixar crescer, para depois voltar a trabalhar lá no futuro” (N42 10/03/2016)

As sociedades humanas não podem ser desassociadas do ecossistema onde estão inseridas, no seu sentido mais amplo. As florestas, entendidas como ricos ecossistemas que garantem o suporte à vida selvagem e humana, enfrentam sérios riscos devido ao crescimento populacional e ao próprio processo de globalização. Se por um lado o destino destes polos verdes de vida parece estar condenado, por outro a sua salvação está dependente do comportamento humano, bem como dos factores políticos e económicos [etnoesfera (Casanova, Sousa & Costa 2014)] e não de qualquer ciência biológica ou florestal (op. cit.).

Considerar o papel do ser humano como determinante – tendo efeitos positivos e/ou negativos – na sustentabilidade da própria vida e recursos naturais que permitam a sobrevivência de todas as espécies (incluindo a humana), implica o conhecimento de como diferentes formas culturais determinam a sua relação com o meio ambiente e a natureza, de como lhe atribuem significados e se apropriam dos mesmos.

O interesse pelas formas tradicionais de relacionamento com os restantes aspetos do ecossistema, bem como de conhecimento do meio ambiente e da natureza, não são novidade no seio da antropologia. Desde o século passado que a Antropologia passou a dar mais atenção ao ambiente tendo-se constituído enquanto sub-disciplina própria (antropologia do ambiente), dando mais atenção ao papel do TEK⁹ e da própria teoria da resiliência, procurando estudar a manutenção e gestão da conservação e sustentabilidade dos recursos naturais (Gómez-Baggethun et al. 2010). Na Convenção

⁹ *Traditional Ecological Knowledge.*

do Rio¹⁰ passou a defender-se o conhecimento local das populações (apelidado de tradicional), afirmando que em alguns casos a posse comunal da terra continha um imenso potencial para a gestão sustentável dos recursos naturais (Temudo 2009).

A crise ambiental decorrente da década de 70, associada à consciência de perda da biodiversidade (Orlove and Brush 1996; Temudo 2009; Casanova et al. 2014), tem contribuído para estabelecer uma determinada relação entre a sociedade e ambiente (Misoczky and Böhm 2012) que por sua vez se reflete nas políticas públicas, bem como na produção de conhecimento (Foladori and Taks 2004). As abordagens de proteção decorrentes desta altura, algumas perdurando até hoje, foram a criação e estabelecimento de grandes áreas protegidas, frequentemente estabelecidas em zonas habitadas por populações humanas (Orlove & Brush 1996, Temudo 2009). A ideia defendida por muitos, especialmente os neomalthusianos, era assente no ênfase do papel do Estado, no sentido deste intervir através da privatização dos recursos coletivos, uma vez que, as populações pilhariam os recursos comuns até ao ponto de não retorno (Gausset and Whyte 2005). Em oposição a esta ideia, durante a Convenção do Rio em 1992 foi defendido que um crescimento populacional não levaria necessariamente à destruição dos ecossistemas. Defendeu-se que pelo contrário, o crescimento populacional podia levar a estratégias de gestão do solo e da água bem como dos recursos naturais mais sustentáveis (Temudo 2009). Estas adaptações estariam ligadas à resiliência destas sociedades, manifestadas no seu conhecimento tradicional ao longo de milhares de anos, um corpo de conhecimento acumulativo e dialético sempre em constante mutação (Aguessy 1977; Berkes 2008; Berkes et al. 2010; Descola 2013).

Desde os anos 80 que na antropologia do ambiente, ciências ambientais e teoria da resiliência, o papel do TEK na manutenção e gestão da conservação e sustentabilidade dos recursos naturais foi evidenciado como importante (Gómez-Baggethun et al 2010).

A forma de atuação direta sobre a natureza que estas populações tradicionais manifestam e exercem, pode ser entendida como o conhecimento tradicional ecológico que as mesmas possuem. Este conhecimento é cumulativo, transmitido ao longo de gerações e aperfeiçoado através da prática e observação, refletindo sempre as capacidades e potencialidades do ecossistema local em que atua, bem como a relação de

¹⁰ Também conhecida por Eco92

interdependência que se estabelece entre comunidades humanas e restantes componentes dos ecossistemas (Lalonde 1993).

Importa não erguer muros, via preconceitos antropocêntricos, onde estes não existem – existe uma interdependência contínua baseada em milhares de anos de interação, uma vez que a biodiversidade não humana e as populações humanas e respetiva diversidade cultural estão interconectadas e não sendo entidades estanques ou separadas mas que interagem constantemente entre si (Berkes et al. 2010, Pretty and Pilgrim 2010, Berkes 2012, Casanova 2016).

Na grande maioria das sociedades tradicionais não existe separação entre estas duas categorias (Berkes et al. 2010) ao contrário das sociedades industriais e capitalistas em que estas duas categorias aparecem separadas, fruto de construções teóricas, académicas, culturais, entre outras (Casanova 2016). Segundo Pretty & Pilgrim (2010) estas separações não são mais do que um artifício da modernidade e das sociedades industrializadas com o objectivo de controlar a natureza e de desapropriar o ser humano das suas características biológicas que o podem aproximar de outras espécies, afastando-o assim da sua posição “divina” ou de uma existência “sacralizada” (ver ainda Casanova 2016).

O mesmo se passa com as estruturas políticas, económicas, religiosas e de parentesco que estão submersas e interligadas nas sociedades tradicionais, actuando como agentes mobilizadores, também escondidas nos processos de gestão dos recursos (Godelier 1978) que no "Ocidente" surgem como tendo, aparentemente, funções separadas. É desta forma que nos sistemas tradicionais se desenvolveram, em muitos casos, resultando de combinações de técnicas, conhecimento e práticas conducentes a uma maior segurança alimentar e gestão de recursos naturais de forma sustentável. Estes sistemas compreendem dentro de si uma cooperação tradicional de relações sociais, crenças culturais e rituais, linguagem local, conhecimento e tecnologia que foi desenvolvida ao longo do tempo, implementando-se no tecido social destas sociedades (Howard 2010). A título de exemplo, podemos referir o caso do grupo étnico Nalu, na RGB, que através das suas cosmologias estabelece um conjunto normativo com o

propósito inconsciente que, segundo Temudo (2009), gera uma relação de equilíbrio para com a natureza¹¹.

Num contexto global de grandes riscos e desafios, as questões da natureza e do meio ambiente não discriminam entre países, cidades, aldeias. Os problema são de todos (Harvey 2010) e o Cubucaré não se constitui como exceção, sendo que quanto mais ricos os países, maiores são as possibilidades de fazer frente a tais alterações à escala global (ex. alterações climáticas, políticas energéticas, entre outros) .

1.2.2 Natureza e Cultura

“Comemos de acordo com a natureza” (B44 15-03-2016)

As múltiplas visões do mundo estão diretamente relacionadas com a diversidade cultural existente. Esta diversidade nunca é estática encontrando-se em mutação constante. Muitas culturas consideram que a diversidade de vida envolve tanto a diversidade biológica como perceções do mundo e cosmologias sobre a diversidade cultural (Berkes, 2008; Thomas, 2009; Pretty and Pilgrim 2010b). Tal pode levar-nos a questionar os mecanismos que nas sociedades capitalistas levam à separação de natureza e cultura em duas categorias distintas, na tradição cartesiana (Hartley 2016).

Segundo Berkes (2008), a alienação do ser humano para com a natureza deve-se a uma paisagem cada vez mais artificial, dificultando a relação com o ambiente ao seu redor. Tal alienação, diz-nos Berkes (op. cit.), tem contribuído para os problemas ambientais que o mundo atual enfrenta.

Descola (2013) diz-nos que a relação entre a humanidade e a natureza é a mais importante questão dos nossos dias.

¹¹ Uma região pode estar dividida em diferentes províncias (*chãos*) controladas por espíritos (*irãs*), posteriormente divididas em três classes. A primeira respetiva a cada povoação, incluindo terrenos de habitação e terrenos de cultivo; a segunda correspondendo aos matos *malgosse* (malgostoso), pequenos espaços florestais nas florestas densas sub-húmidas, onde estão sediados os locais de culto. Estes espaços são de acesso restrito cujos recursos não podem ser retirados; por último temos os espaços também correspondentes às áreas circundantes dos matos *malgosse*, de acesso limitado, onde a caça, colheita de mel, lenha, frutos e de raízes silvestres é permitida, mas o corte de árvores é proibido (Temudo 2009).

“It suffices to look around oneself to be convinced of this: climate change, the erosion of biodiversity, the multiplication of transgenic organisms, the exhaustion of fossil fuels, the pollution of fragile environments and of large urban centres, the accelerating disappearance of tropical forests, all have become an issue of public debate at the global scale and fuel the disquiet of numerous inhabitants of our planet. At the same time, it has become increasingly difficult to continue to believe that nature is a completely separate domain from social life (...)” (op. cit.: 81)”

Nas sociedades industrializadas, natureza e cultura são conceitos dicotómicos (Davidson-Hunt and Berkes 2003; Berkes 2008; Descola 2013 Cortés 2014; Casanova 2016) – visão característica das sociedades capitalistas e que vivem sob o paradigma judaico-cristão. Segundo Bennett (1976) as duas principais teorias que opõem os seres humanos e a natureza nas sociedades industriais são: a determinação da cultura pela natureza e a segunda diz respeito à evolução da tecnologia que permitiu ao ser humano tornar-se independente da natureza. As próprias ciências sociais contribuíram para a dicotomização da natureza e cultura. A própria antropologia que outrora havia feito a mediação entre natureza e cultura, entre as condições físicas que determinavam as condições de vida dos humanos (Descola 2013) renegou para a margem das suas discussões a ecologia, concentrando-se nas perspetivas pós-modernistas (Descola and Pálsson 1992).

No caso das sociedades tradicionais existem dois bens extremamente valiosos: a terra e a cultura, um não pode existir sem o outro (Thomas 2009). Naturalmente que na região estudada existem sistemas de crenças, bem como rituais que integram a cultura. O sistema de crenças, a terra e o seu valor integram essa cultura. A terra não se vê apenas como um local ou espaço geográfico destinado ao cultivo. Há zonas da floresta que não são usadas para agricultura e onde a produção agrícola é proibida (ver Temudo 1998 ou Casanova e colaboradores 2014].

Segundo Berkes (2008) a divisão que exercemos no seio das nossas sociedades é fruto de muitos anos de, industrialização moldada pela necessidade de domínio e controlo sobre a natureza. Esta afirmação não implica que as sociedades tradicionais não exerçam ou tentem exercer um controlo sobre a natureza – sabemos que sim – se tivermos em conta que *“toda a produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no seio e por intermédio de um tipo de sociedade bem determinado”* (Marx 1859) 1965:451, in (Schmidt 1999). Porque as sociedades tradicionais estão extremamente

dependentes do meio ambiente como meio direto de obtenção de recursos e matérias primas essenciais à satisfação das duas necessidades básicas (alimentação e reprodução social ao longo de incontáveis gerações), estas sociedades interagiram e continuam a interagir com a restante biodiversidade através de processos adaptativos e de co-evolução (Berkes 2008; Berkes et al. 2010; Pretty e Pilgrim 2010b), sugerindo que a distinção entre sistema social e natural é, de alguma forma, artificial (Berkes 2008).

Durante milhares de anos as sociedades tradicionais interagiram com o seu meio-ambiente (biodiversidade) adaptando-se e co-evoluindo em conjunto, adaptando-se ao meio e ao mesmo tempo criando alterações no mesmo (Kathirithamby-Wells 2005; Pretty and Pilgrim 2010b).

1.2.3 Conhecimento tradicional ecológico

“O nossos grandes [antepassados] reservaram o mato cedo, antes de eu ter nascido, porque o mato dá-nos tudo, o mato dá-nos comida.” (N35 04-03-2016)

Definir o conhecimento tradicional ecológico não é tarefa fácil, pois trata-se de um conceito por vezes ambíguo. A palavra “tradicional” no seu sentido direto refere uma prática cultural contínua: *“transmitted in the form of social attitudes, beliefs, principles, and conventions of behavior and practice derived from historical experience”* (Berkes 2008). Por vezes é encarada como um processo estático, o que é um erro, pois trata-se pelo contrário de um processo cumulativo e aberto à mudança (Nakashima 1998).

O conhecimento tradicional ecológico tem sido definido como o corpo cumulativo de conhecimento, práticas e crenças envolvidas, através de processos adaptativos, aprendidos por diferentes gerações via processos de transmissão cultural, acerca da relação entre os seres vivos, nos quais os humanos estão incluídos, e o meio ambiente onde estão inseridos (Berkes 2008; Berkes et al. 2010; Gómez-Baggethun et al. 2010; Pretty and Pilgrim 2010b).

A resiliência que certas comunidades tradicionais possuem e que também se evidencia através do TEK é fundamental, especialmente para as que dependem diretamente dos ecossistemas para retirar os recursos necessários à sua subsistência. Neste último caso, a resiliência pode significar sobrevivência (Gómez-Baggethun et al. 2010). A resiliência pode ser vista como a capacidade que os sistemas sócio-ecológicos possuem para absorverem alterações, ruturas ou outros constrangimentos, mantendo os processos e estruturas necessários à manutenção da reprodução social/natural (Gómez-Baggethun et al. 2010). O conhecimento tradicional ecológico necessita desta dinâmica, uma vez que se assume como um corpo de conhecimento, adquirido através de um longo processo de aprendizagem ecológica, aprendendo com as crises e erros, ou seja, o conhecimento tradicional ecológico aumenta a capacidade de resiliência face a problemas e crises (Davidson-Hunt and Berkes 2003; Gómez-Baggethun et al. 2010; Pretty and Pilgrim 2010b).

Existem diferentes níveis de conhecimento tradicional ecológico (Berkes 2008):

- Conhecimento local e empírico sobre animais, plantas, solos e paisagem (*landscape*), referentes à taxonomia, histórias de vida e comportamentos baseados em observações empíricas de importante valor para a sobrevivência e conhecimentos adquiridos por transmissão cultural, onde se inserem as aprendizagens de técnicas de outros grupos étnicos;
- A forma como o conhecimento do ambiente circundante influencia a gestão dos recursos, utilizando para tal um sistema de práticas, técnicas e ferramentas (tecnologia).

Estas formas de conhecimento podem ser chamadas de *science du concret*, uma vez que se refere ao conhecimento aprendido localmente pela experiência, com raízes na acumulação de informações concretas através de experiências pessoais, opostas à aprendizagem recorrendo a “livros”, característica da nossa sociedade (Levi-Strauss 1962).

Ao longo da dissertação seguiremos o conhecimento ecológico como sendo o conhecimento da terra, como sugerido por Berkes (2008), inserido no campo das etno-ciências¹²

1.2.4 Mercado e impactos nas economias tradicionais

Se olharmos para o mundo de hoje face aos inquietantes avisos de que entrámos numa fase conhecida por antropoceno (Pretty and Pilgrim 2010a), onde a humanidade é tida em conta como responsável pelo aquecimento global, desaparecimento de espécies, poluição dos solos e das águas, erosão em grande escala, entre outras coisas, devemos perguntar se o termo “humanidade” é o mais assertivo (Moore 2016a, 2016b). Pensar a humanidade como a culpada por todas estas transformações, omite o sistema económico, social e político em que tais transformações acontecem, o capitalismo, sistema que leva Moore (2010) a utilizar o conceito, que aqui é seguido, de capitaloceno, uma era onde os modos produtivos e relações de produção se desenvolveram de tal forma, que são capazes de transformar a estrutura da própria natureza (humanidade incluída) levando a que a sua presença seja sentida nas mais tradicionais e isoladas sociedades e regiões.

O capitalismo é hoje a grande ideologia dominante (Featherstone 1990; Ianni 1994; Robertson 1999; Bernstein 2010; Moore 2016). Como modelo político, económico e social global que afeta todas as estruturas e relações sociais onde se insere (Harvey 2005), este sistema exerce reformas constantes tanto a nível global como local e revela-se expansionista.

Conceptualizar o capitalismo não é tarefa fácil, tal é, por exemplo, a diversidade de campos de investigação ou de escolas que obrigam a diferentes conceptualizações ou tal é a sua capacidade de “reinvenção”. Porém, no presente trabalho adotaremos a definição dada por Bernstein (2010) que entende este sistema dominante como um sistema socioeconómico estabelecido à escala global, assente na relação de *classe* entre o *capital* e *força de trabalho* (Bernstein 2010). Isto quer dizer que o capital exerce a exploração da força de trabalho numa procura constante por lucro

¹² Diferentes campos da ciência que se dedicam ao estudo das diferentes *world views* percebidas por diferentes culturas (Altieri 1993).

e acumulação e no reverso da medalha o trabalhador trabalha para o capital/burguesia por forma a obter os meios necessários à sua subsistência (Bernstein 2010).

Harvey (2005) simplifica a missão do capitalismo recorrendo a Marx e atribuindo à burguesia a necessidade histórica de se guiar pelo comportamento de acumulação de lucro e sempre que este não é conseguido, o sistema entra em crise. Tal missão remete-nos de novo para o carácter expansionista desse sistema, uma vez que partindo deste pressuposto, a procura de novas mercadorias e mercados a fim de garantir acumulação de capital se torna uma prioridade.

O *desenvolvimento* enquanto conceito pode ser vazio, uma vez que tudo cabe dentro dele menos as transformações e ruturas sociais que provoca, no seio de sociedades já estabelecidas com diferentes práticas e cosmologias (Abreu 2012). Muitas vezes o desenvolvimento materializa-se no aumento da produção de mercadorias (Rist 2008). Este aspeto é central se tivermos em conta sociedades cujo valor das mercadorias se centra em grande parte no seu valor de troca e de subsistência, que com processos de desenvolvimento conduzidos de cima para baixo podem transformar estruturalmente modos de vida e inevitavelmente a sua relação com o ambiente circundante.

Esta expansão e mundialização do sistema é conhecida pelo termo *globalização* que segundo (Waters 2002) é o veículo natural do capitalismo. Um mundo em constante contacto, onde os processos sociais são cada vez mais rápidos e onde categorias como o “espaço” e o “tempo” são não só mercantilizadas como se tornam menos legíveis (Featherstone 1990).

O desenvolvimento do capitalismo provoca alterações na categoria social dos camponeses e pequenos agricultores. Primeiramente os camponeses podem tornar-se pequenos produtores de mercadorias que necessitam de produzir a sua própria subsistência através da integração numa rede social de divisão do trabalho e de mercado; em segundo, os pequenos produtores de mercadorias ficam sujeitos a uma diferenciação de classe assumida pelo trabalho assalariado (Bernstein, 2010).

O valor das florestas tropicais, quando consumidas pelo “mercado turístico”, tem atraído cada vez mais o interesse de doadores, empresários e ONG’s que procuram explorar estes recursos (Ninan et al. 2007), atribuindo-lhe o nome de “ecoturismo” ou ainda “turismo da natureza” (sendo que um é diferente do outro). Esta estratégia é

valorizada pela suposta capacidade de gerar dinheiro no seio das populações locais, por via do comércio local de produtos de artesanato, entre outros.

Contudo, na outra face da moeda estes agentes dinamizadores (chamados igualmente de “stakeholders”: tais como as comunidades locais e outros agentes que intervêm no processo e numa clara adoção de conceitos do mundo empresarial capitalista para a dentro da própria área da etnografia e outras etno-ciências que de uma ou outra forma se debruçam sobre as comunidades locais), têm sido alvo de críticas por dar pouca importância ao valor do uso das florestas pelo seu valor intrínseco, ou seja, os recursos necessários à sobrevivência das comunidades locais podem ter importância estética, mágico-religiosa, entre outras.

Neste processo torna-se cada vez mais comum o discurso assente na “resiliência” dos povos e no valor da floresta (e respetivos habitantes da mesma) enquanto mercadoria.

2 Metodologia

2.1 Contexto de estudo

O presente estudo centra-se em algumas comunidades locais da região de Tombali, sector de Bedanda no sul da RGB. Trata-se de uma das zonas mais pobres da RGB (Temudo 1998; Costa 2010).

Parte desta região (Península do Cubucaré) é constituída por uma área protegida, o já referido PNFC criado oficialmente por decreto em Março de 2008 (Costa 2010; Temudo 2012) embora o PNFC tenha sido formado um ano antes em reunião no próprio PNFC que reuniu IBAP, régulos e chefes de tabanca de toda a Península do Cubucaré, associações locais e algumas ONG (ex.: Acção para o Desenvolvimento).

Segundo dados demográficos do INEP (2007), aliados aos dados de Carvalho (1949) a população do PNFC aumentou cerca de 150% em 50 anos, uma vez que o seu número no final da década de 40 era de 10,000 habitantes, hoje ascendendo aos 25,000.

A península de Cubucaré é composta por 1142km², possuindo as suas fronteiras a Sul pelo Oceano Atlântico e pela Ilha do Melo, a Este pela fronteira com a Guiné Conacri e o rio Cacine e a Norte e a Oeste pelo rio Cumbidjã (Temudo 1998).

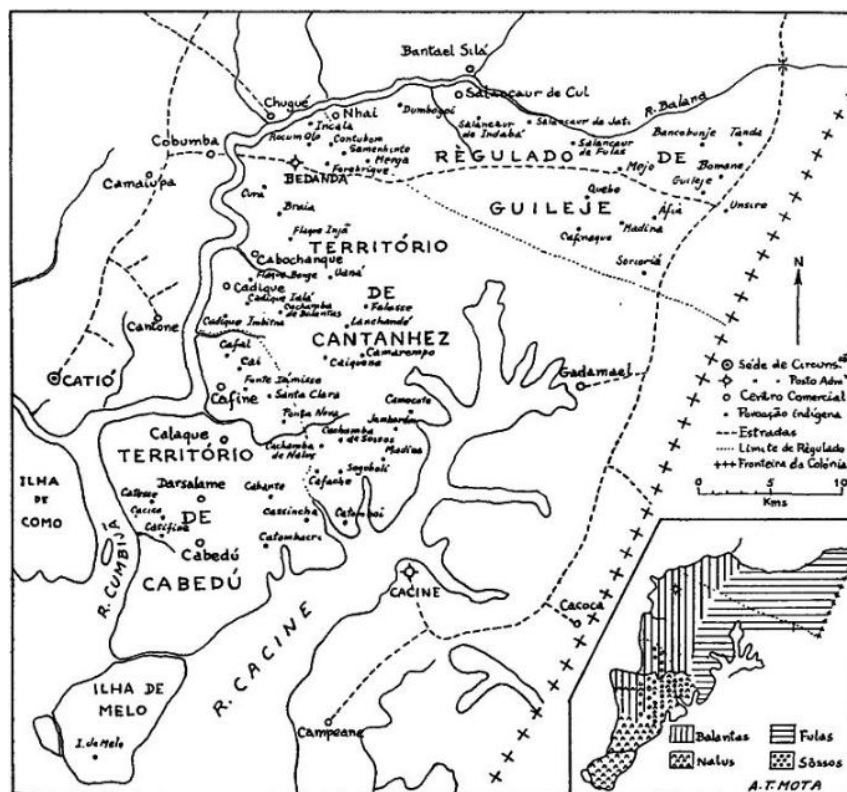


Ilustração 1- Mapa da Península de Cubucaré e respectivas povoações (fonte: Carvalho 1949: 309)

2.2 Recolha de dados

A estadia no terreno teve início em Janeiro e terminou em Abril de 2016. A escolha deste período deveu-se essencialmente ao facto de serem meses incluídos na chamada estação seca e que portanto proporcionariam uma maior facilidade de deslocação às diferentes tabancas onde o estudo decorreria. Importa referir que a zona do PNFC fica parcialmente alagada e a deslocação fica condicionada na estação das chuvas devido aos inúmeros afluentes e braços de rios que transformam aquilo que outrora eram picadas em rios.

De modo a obter dados qualitativos para atingir os objectivos de estudo inicialmente propostos, recorreremos a várias técnicas: i) inquérito por entrevista (semi-estruturada), ii) conversas informais e finalmente iii) observação (em casos pontuais

recorreu-se à observação participante onde o autor participou em algumas das actividades levadas a cabo pelas comunidades em estudo).

Dado o curto tempo de estadia devido a constrangimentos não apenas temporais mas sobretudo financeiros, impunha-se a necessidade de confinar o estudo a estas técnicas, deixando para trás a possibilidade de *focus group* (ou técnicas mais participativas como é o caso do *photovoice*) para estudos futuros.

Foram realizadas um total de 45 inquéritos por entrevistas (N=45) a indivíduos com idades superiores a 45 anos, sendo os mesmos divididos de forma mais ou menos igual entre os grupos étnicos Balanta, Nalu e Sosso. Os inquéritos por entrevista, bem como as conversas informais, foram dirigidos a informantes que habitavam treze tabancas, escolhidas com base na proximidade geográfica. Para além da proximidade geográfica, um segundo aspecto que determinou a escolha dos 3 grupos étnicos referidos foi a forma como a bibliografia descrevia a relação dos mesmos com a terra e a paisagem do ponto de vista agrícola. Enquanto os Balanta se dedicam mais (embora não exclusivamente) ao arroz de bolanha/tarrafe (rizicultura levada a cabo em mangal), os Sossos dedicam-se mais à agricultura itinerante apoiada maioritariamente em arroz de sequeiro. Por sua vez, os Nalu, embora possam desenvolver algumas áreas de arroz de bolanha, também plantam arroz de sequeiro mas vivem sobretudo dos pomares que plantam (Temudo 1998). Assim, ao seleccionarmos estes 3 grupos étnicos tivemos acesso geográfico menos difícil aos informantes. Adicionalmente, estes pertenciam a grupos étnicos que tradicionalmente ocupam e usam a paisagem de modo diferente podendo assim este trabalho captar a diversidade de relações estabelecidas com a terra e as próprias actividades agrícolas.

Assim, os dados apresentados no presente estudo, foram recolhidos através de técnicas distintas mas que se complementam entre si: os inquéritos por entrevista (N=45, respectivamente: Balantas N=15; Nalus N=15; Sossos N= 15); a observação (que em alguns momentos foi participante) e finalmente as conversas informais com o objectivo de explorar mais aprofundadamente temas precisos levantados nas entrevistas semi-estruturadas.

Tabela 1- Técnicas de recolha de dados utilizadas

Método	Periodo de tempo	Amostra	Recolha de dados
Entrevistas semi-estruturadas	Janeiro a Março	N=45	43,2 horas
Conversas informais	Fevereiro a Abril		
Observação semi-participante	Fevereiro a Abril		

Actualmente, no território da RGB, o português é uma língua pouco falada e esta tendência verifica-se de forma ainda mais acentuada no Cubucaré por se tratar de uma das regiões mais isoladas (do ponto de vista de infra-estruturas como por exemplo as estradas) da RGB. Foi necessário recorrer a um intérprete na fase das entrevistas semi-estruturadas, bem como na transcrição e tradução para o crioulo ou para o português. Embora o crioulo atue como língua agregadora, partilhada pelos diferentes grupos étnicos, cada uma das quais possuidora de uma língua própria, desengane-se aquele que julga que ao saber crioulo, poderá falar com todos os habitantes do Cubucaré. Foram entrevistados inúmeros informantes que possuíam um fraco (ou nenhum) domínio do crioulo, sendo necessário recorrer aos dialectos de cada grupo étnico, algo que dificultou a transmissão de significados. Se antes do inquérito por entrevista houve um cuidado em tentar utilizar vocabulário (crioulo) com significados o mais próximos possíveis, no terreno, quando os entrevistados não falavam crioulo, houve necessidade de algum ajuste, que nos primeiros dias obrigou a troca de informação sobre estes 3 dialectos e quais as palavras mais adequadas para recolher determinado tipo de informação. Importa referir que tal não deixou de se constituir como uma limitação.

As conversas informais foram sempre dirigidas por nós embora, algumas vezes, o intérprete estivesse presente.

Embora inicialmente tivéssemos como objectivo usar o método misto recorrendo a técnicas qualitativas e quantitativas para a recolha de dados, a curta permanência no terreno não permitiu levar a cabo tal plano.

2.3 Análise de dados

A análise dos dados foi auxiliada pelo *software Atlas.ti 7.5*. Trata-se de um *software* semelhante ao NVivo ou ao Nudist que permite a utilização da análise de conteúdo. Ao recorrermos a este *software*, utilizámos para cada um dos três grupos étnicos uma *unidade hermenêutica*, agrupando os códigos de análise consoante o grupo étnico, evitando misturar dados. A utilização desta estratégia pode proporcionar, a título de exemplo, a detecção de diferentes significados atribuídos à importância da floresta pelos diferentes grupos étnicos, bem como as diferentes formas de utilização da mesma. Contudo importa referir que os dados apresentados não podem ser extrapolados para toda a população que habita no PNFC uma vez a nossa amostra não foi aleatória nem pretendia ser representativa face ao tempo limitado que tínhamos no terreno.

O gráfico que se segue, ilustra a forma como o *software* utilizado apresenta os dados recolhidos no inquérito por entrevista e onde as categorias abaixo mencionadas demonstram a forma como neste caso os Balanta encaram o corte de floresta. Assim a categoria “cortamos o mato (2-8)” diz-nos que esta decisão está relacionada com o cultivo de caju, bananeiras e coleiras. Os Balanta referem ainda que o aumento da população justifica um aumento na desflorestação (corte do mato através do chamado “pabi”). Assim os Balanta consideram a existência da floresta como essencial porque permite o cultivo de certas espécies de utilidade. Contudo, não deixam de associar alguns aspectos que são negativos à redução da floresta: é o caso da diminuição do número de animais selvagens que defendem ser muito mais visível nos dias de hoje do que anteriormente.

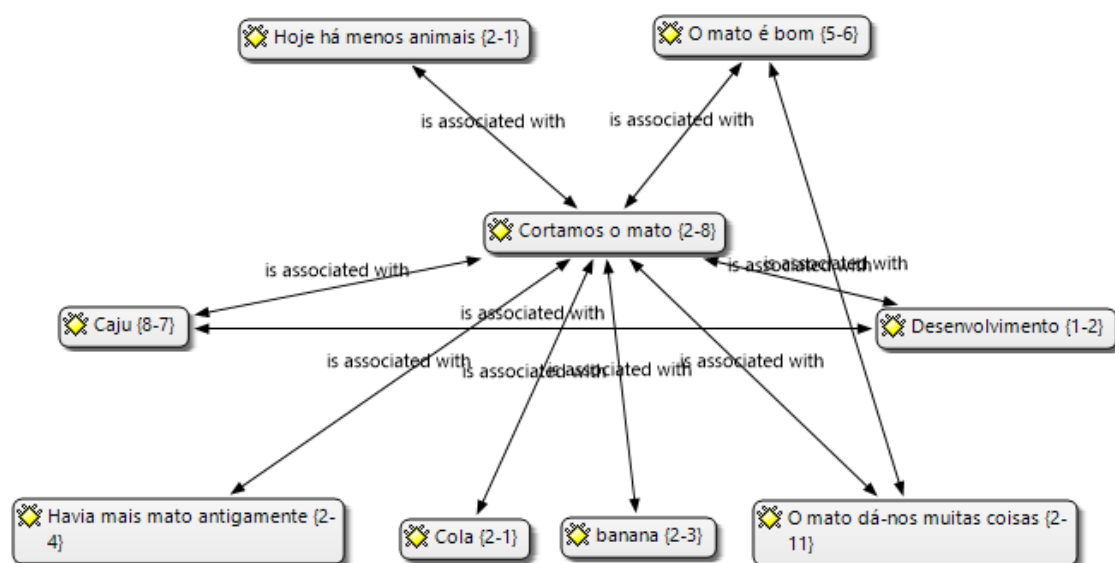


Gráfico 1- Causas e efeitos da desflorestação segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta (exemplo de gráfico do software Atlas.ti)

2.4 Limitações e dificuldades do presente estudo

As dificuldades e limitações do presente estudo prendem-se sobretudo com aspectos ligados ao terreno.

A realização de trabalho de campo em contexto africano e particularmente num meio rural extremamente isolado, apresenta sempre um carácter de forte teste físico e psicológico para o investigador que pela primeira vez se desloca a semelhante contexto.

O primeiro impacto notado foi a língua. Não sendo falante habitual de crioulo esta língua assumiu-se como incontornável.

É por isto necessário frisar que os dados recolhidos são limitados pelo facto de no início os nossos conhecimentos de crioulo não serem tão vastos como no final da pesquisa. A permanência no terreno, obrigando à utilização diária do crioulo, permitiu que esta língua fosse cada vez melhor dominada.

Os dialéctos locais obrigaram à utilização de um interprete embora este tenha sido devidamente instruído antes da recolha de dados sobre a informação que se queria obter com cada uma das perguntas dirigidas aos entrevistados bem como sobre o seu significado (quer do ponto de vista do crioulo, quer do ponto de vista dos dialéctos dos

três grupos étnicos estudados). Procurámos distanciar-nos o mais possível da presença do interprete, tentando, numa segunda fase (conversas informais) não recorrer a esta presença sempre que possível. Contudo, a presença do interprete foi incontornável em todas as situações em que estávamos perante informantes que só falavam os dialectos locais.

Um leitor experiente em literatura etnográfica sobre temáticas guineenses pode achar estranho encontrar diferenças na forma de escrita dos termos em crioulo comparativamente a outras etnografias. Contudo é de salientar que o crioulo não possui um acordo ortográfico e como tal, as palavras escritas por nós, obedecem a critérios de fonética. Não se procurou qualquer uniformidade na forma de escrita relativamente a outros textos já publicados na mesma língua.

No crioulo os termos surgem identificados, a título de exemplo por - *lanta orike:c* - sendo que o “c” indica a origem da palavra (neste caso crioulo) e a existência de termos em sosso está também identificada, com um “s”, tal como seguido por Temudo (1998).

A necessidade de diariamente trabalhar em conjunto com o intérprete na transcrição das entrevistas também contribuiu para sedimentar não apenas o crioulo mas algumas palavras nos três dialetos falados pelos entrevistados. A iniciação na língua sosso partilhada por alguns dos grupos étnicos¹³ estudados foi algo que desenvolvemos. O sosso revelou-se uma ótima mais valia aquando das conversas informais, uma vez que iniciar uma conversa com os cumprimentos (*mantenhas :c*) nesta língua e terminar a frase com um obrigado, foi muito bom falar consigo (*Onoali m'baranhacalim :s*) traziam uma maior abertura e proximidade para com o informante.

Ao longo das entrevistas e conversas informais em que o meu intérprete estava presente, apercebi-me que o mesmo influenciou algumas respostas dadas pelos entrevistados. Tal assunção deveu-se à história pessoal do meu intérprete (tinha uma ligação ao PNFC desde 2014). Nestes casos, optei por me dirigir sozinho mais tarde aos informantes e levar a cabo conversas informais de forma a desenvolver determinados temas.

¹³ O sosso é uma língua comumente falada na zona de estudo por Sossos, Nalus, Mandingas, entre outros grupos étnicos. Nestes grupos, para além dos indivíduos dominarem o crioulo e a sua língua étnica, ainda possuem o conhecimento desta terceira língua, que muitas vezes é usada em substituição do crioulo.

Desde a minha chegada até à minha partida, tive a preocupação de participar no máximo de atividades que conseguisse, embora soubesse que tal não se estenderia a todas as actividades desenvolvidas tendo em conta o curto espaço de tempo e a necessidade de recolher o máximo de informação possível da parte dos entrevistados. Contudo foram-me dadas inúmeras oportunidades de participar em algumas atividades desenvolvidas por estas comunidades, como a pesca, fabrico de canoas, participar no levantamento de um dique numa bolanha salgada, entre outras atividades.

As limitações sentidas no presente estudo prendem-se sobretudo com as dificuldades financeiras, dificuldades essas que não me permitiram estar o tempo que queria no terreno.

2.5 Considerações éticas

As questões éticas foram uma preocupação constante ao longo de todo o trabalho de campo.

Foram sempre respeitados os costumes particulares da cultura em que me inseri por forma a não causar desconforto com a minha própria pesquisa bem como a futuros investigadores que se deslocassem ao PNFC, uma vez que me foram reportados casos de má conduta por parte de agentes externos a Cantanhez e que eram posteriormente incorporados nas ideias pré-concebidas sobre o “branco”.

Apesar de autorização já obtida para trabalhar no PNFC pelo IBAP (organismo governamental que concede autorização aos investigadores para trabalhar nas áreas protegidas), o poder tradicional foi respeitado, pois foi solicitada autorização aos régulos e chefes de tabanca antes de conduzir qualquer entrevista ou conversa informal nas diferentes tabancas (aldeias).

Cada entrevistado bem como a rede de informantes que se foi estabelecendo, foi esclarecida sobre todos os objetivos da investigação, as suas várias fases bem como a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados (Crang and Cook 2007).

Em momento algum foi pago qualquer tipo de compensação pela entrevista, embora frequentemente levasse cigarros (*iembé*: s), tabaco africano (*tcharro*¹⁴: c) ou

¹⁴ Tabaco africano, cultivado em Cantanhez e altamente apreciado pelos anciãos.

nozes de cola, como sinal de respeito para com os meus entrevistados, uma vez que se tratavam de anciãos (*homens grandes*¹⁵:c).

Durante o processo de entrevista e respetiva transcrição o intérprete foi informado da importância do rigor na tradução e ao longo das transcrições o intérprete foi confrontado com uma constante repetição de palavras e temas, como forma de verificação da veracidade e fiabilidade da própria tradução.

3 Resultados

3.1 Mobilização da força de trabalho

A força de trabalho é mobilizada por via das relações de parentesco, bem como mediante um sistema de contrato. Cada morança mobiliza a força de trabalho disponível, traduzida no número de filhos e filhas, mas também pelo casamento.

A divisão sexual do trabalho é fortemente espelhada nestas relações, embora existam variações consoante o grupo étnico em questão. Às mulheres compete a rega dos viveiros bem como das hortas, ao passo que os homens se encarregam do corte (*pabi*: c) e limpeza (*farfari*: c), bem como de lavrar a terra. Parece haver uma distinção entre trabalhos pesados destinados aos homens e trabalhos considerados leves executados pelas mulheres. Contudo, verifica-se uma assimetria relacionada com os tempos livres que cada sexo dispõe. Sendo que os homens são quem dispõe de mais tempo livre.

Nos últimos anos a migração interna tem sido cada vez mais acentuada. Os jovens procuram sair das aldeias e ir para Bissau a fim de procurarem uma nova vida, esperançosos de encontrar a modernização que as *tabancas* não possuem. Este fenómeno e preocupação estavam presentes no discurso dos homens *grandes*: “naquele tempo eu não comprava arroz, mas agora eu compro porque os meus filhos estão em Bissau” (S14 14-02-2016), acusando ainda muitas vezes os jovens de serem crianças que não obedecem aos pais e que não querem trabalhar. Por sua vez, os jovens acusam

¹⁵ Homem grande em crioulo serve para designar um homem considerado ancião e portanto de idade já avançada. Contudo na RGB devido à elevada taxa de mortalidade um homem com uma idade superior a 45 anos pode ser já considerado homem grande.

os pais de os prenderem a tradicionalismos, evidenciando a mudança nas mentalidades, pois segundo os nossos informantes tudo mudou numa geração. Esta ausência de força de trabalho capaz de fazer face às necessidades empurra muitos produtores para a necessidade de contratarem trabalhadores extra *morança* os quais não estão sujeitos a necessidades de reciprocidade e portanto trabalham mediante o pagamento, que pode ser em dinheiro ou mercadorias.

3.2 Produção agrícola

Segundo os dados recolhidos, a região do Cubucaré tem como principal motor económico a agricultura. Todos os entrevistados (N=45) apresentaram como primeira profissão, atividades ligadas à agricultura.

Os nossos informantes dividiram a produção agrícola dentro de três grandes grupos atualmente: bolanha salgada (tarrafe), mpam-mpam (sequeiro) e pomares (ver Gráfico 11). Os três gráficos que se seguem apresentam os principais cultivos para os diferentes entrevistados consoante o grupo étnico a que pertencem.

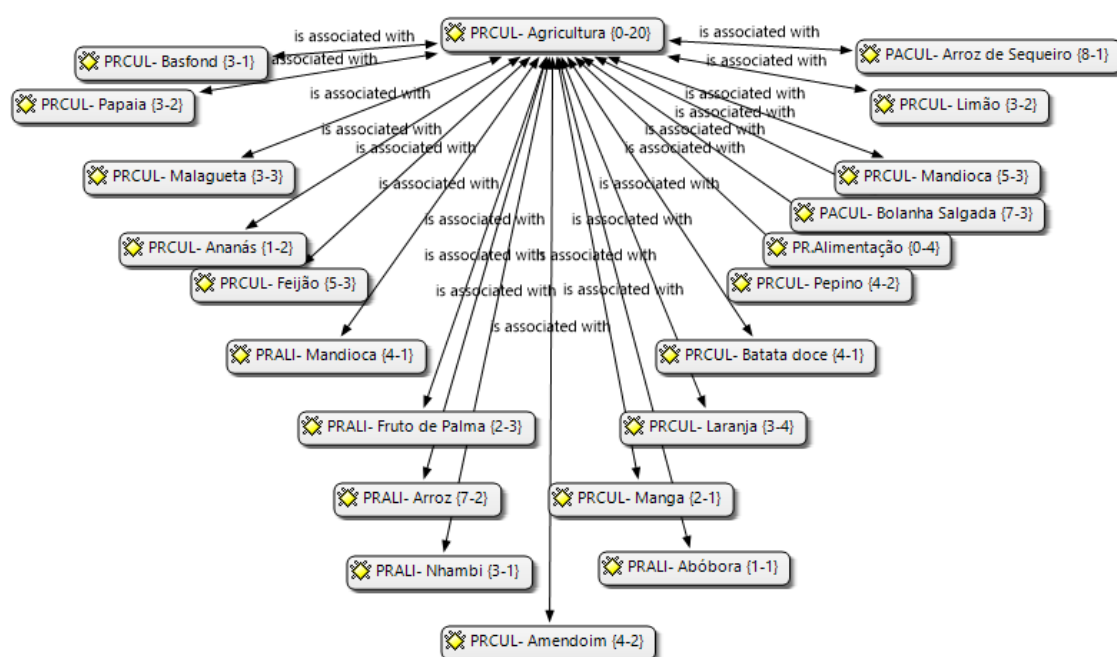


Gráfico 2- Cultivos evidenciados pelos inquiridos do grupo étnico Sosso

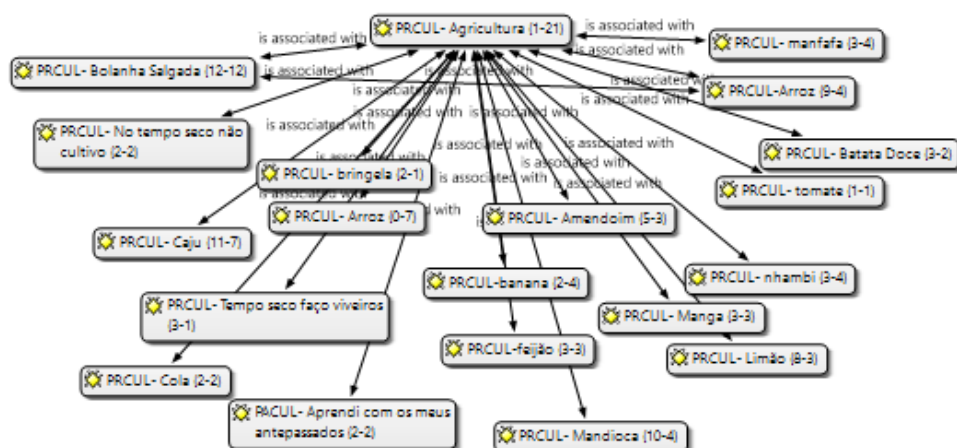


Gráfico 3- Cultivos evidenciados pelos inquiridos pelo grupo étnico Balanta

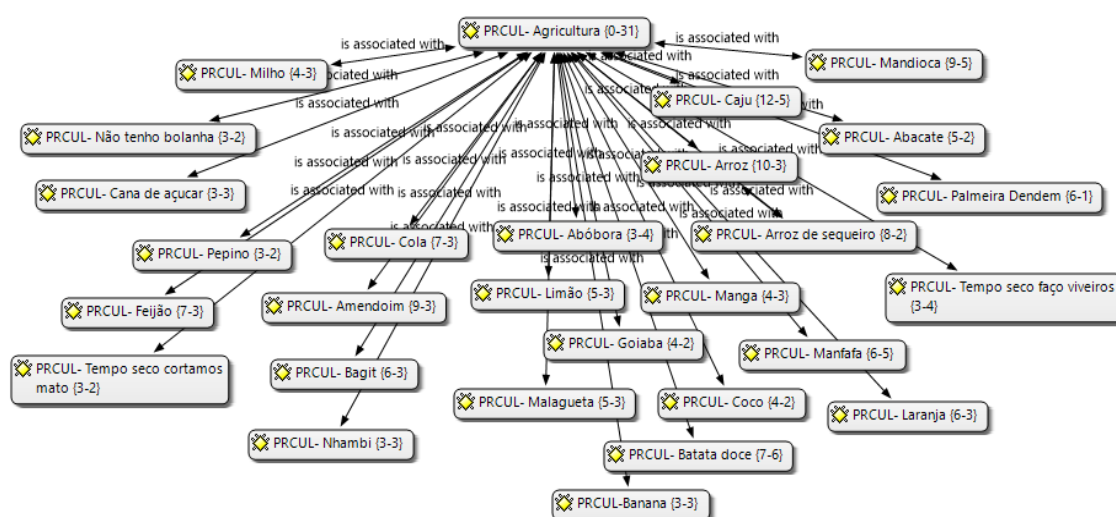


Gráfico 4- Cultivos evidenciados pelos inquiridos do grupo étnico Nalu

A análise dos dados recolhidos permitiu compreender algumas das semelhanças e diferenças entre os três grupos étnicos relativamente à produção agrícola. Os gráficos 2, 3 e 4 revelam que os grupos étnicos Sosso e Nalu recorrem com mais incidência à prática de cultivos de sequeiro, algo observável pela variedade de espécies cultivadas reveladas nas entrevistas. Também o cultivo de arroz de sequeiro é quase inexistente entre os Balanta. Quanto às culturas frutícolas, também os Balanta são quem menos variedade cultiva.

3.2.1 Bolanha salgada

O termo *bolanha* é utilizado em Cantanhez bem como no resto da RGB (Temudo 1998) para referir um terreno destinado ao cultivo de arroz por alagamento. As *bolanhas salgadas* devem o seu termo ao facto de se instalarem em zonas onde anteriormente a água salgada se encontrava (N35 04/03/2016).

Esta técnica de cultivo é praticada pelos Balanta, Nalu e Sosso, bem como por outros grupos étnicos, embora entre todos estes, os Balanta sejam quem mais a domina levando a que muitas vezes sejam contratados para prestar apoio técnico em bolanhas de outros grupos étnicos, nomeadamente entre os Sosso e Nalu (B23 22/02/2016). O apoio técnico contratado maioritariamente mediante um salário acordado (*contrato: c*), pode também ser pago através de mercadorias, embora esta tendência segundo os Balanta tenha vindo a decrescer (B5 03/02/2016; B10 07/02/2016; B18 17/02/2016). Estas trocas poderiam ser pagas através de amendoim (*mancarra:c*), óleo de palma (*siti:c*), vinho palma, ou nos tempos mais recentes, vinho de caju. Importa salientar que o pagamento por mercadorias está dependente de fatores humanos no seio da *morança* do contratado, pois óleo e vinho de palma exigem homens para subir às árvores (trata-se de uma tarefa exclusiva do sexo masculino).

As bolanhas salgadas encontram-se em regiões de mangal que apresentem boas condições para o cultivo de arroz. Nelas é aberto um troço através do corte dos mangais e restante vegetação; de seguida é feita uma barreira para impedir a água salgada de entrar (*lanta ourike: c*) ou seja, o chamado dique de cintura que circunda todo o cultivo. A terra é posteriormente dividida em parcelas (*prikes: c*) recorrendo a diques mais pequenos que o dique de cintura.



Ilustração 2- Bolanha salgada em Lautchande durante reparação do dique

Os diques são levantados anualmente devido à erosão provocada pelas chuvas e marés com o auxílio de uma pá própria para o efeito (*aradi*: c) construída a partir de uma madeira específica encontrada nas florestas de Cantanhez onde posteriormente é adicionado um componente em ferro, preso na ponta da pá, com o propósito de ajudar a fatiar a lama (DC 23/03/2016).

As bolanhas salgadas são um processo extremamente complexo, desenvolvido ao longo de gerações e gerações, aperfeiçoados por tentativa e erro. “*Os pais dos pais dos nossos pais já faziam bolanha*” (B24 22-02-2016). Uma história contada por um informante durante uma conversa informal ilustra esta aprendizagem cumulativa. Dizia o informante que os seus pais cortavam o mangal em direção ao rio consoante as necessidades, por vezes cortavam todo o mangal até ao rio, hoje os produtores deixam cerca de trezentos metros de mangal, pois perceberam que ao cortar toda a vegetação deixariam os diques mais vulneráveis a estragos provocados pelas forças das marés.

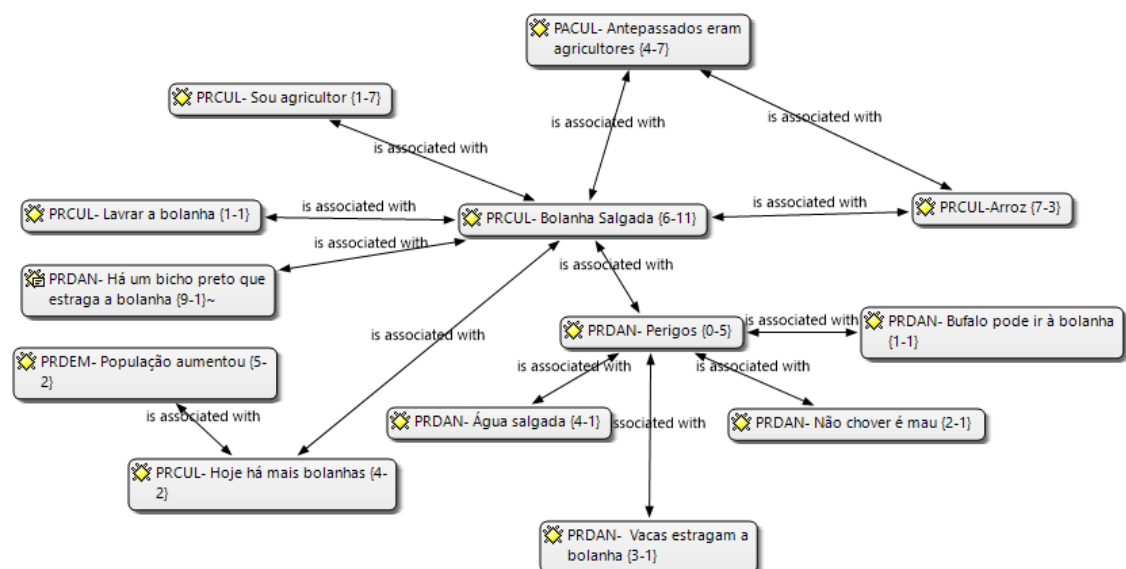


Gráfico 5- Bolanha salgada segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

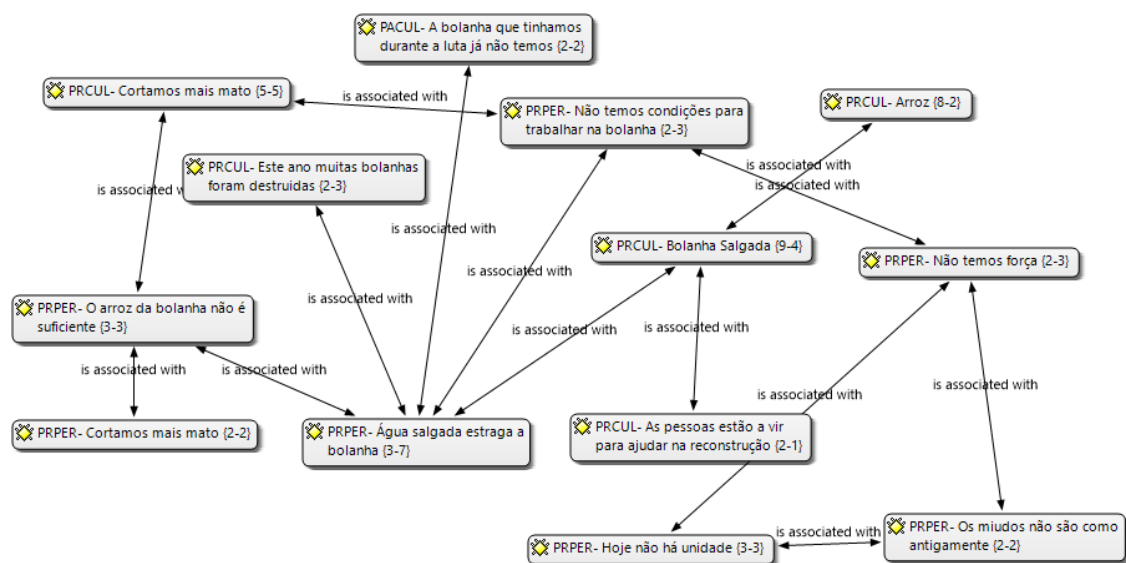


Gráfico 6- Bolanha salgada segundo os inquiridos do grupo étnico Sosso

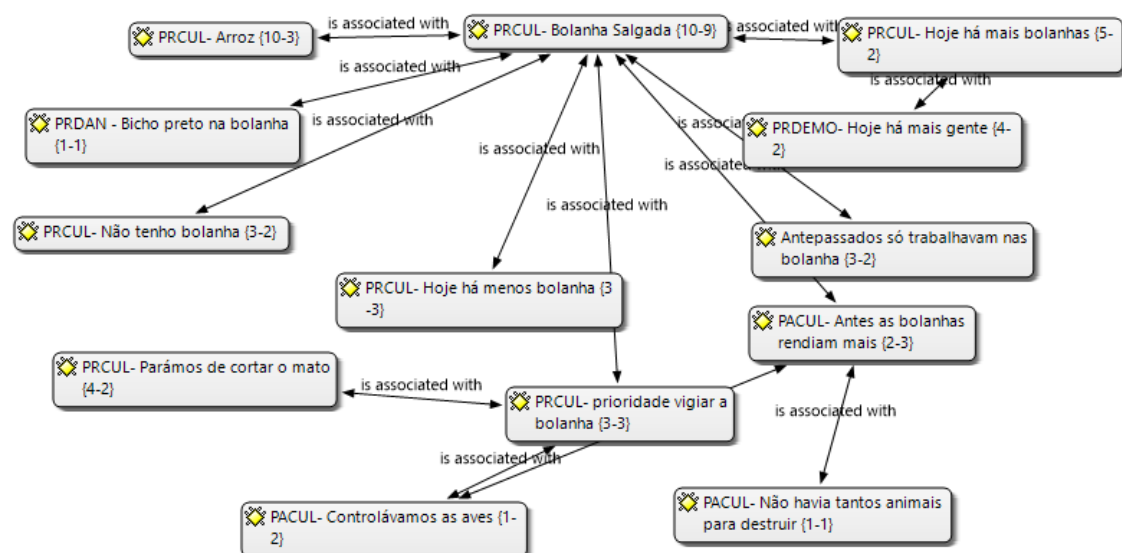


Gráfico 7- Bolanhas Salgas segundo os inquiridos do grupo étnico Nalu

Os dados por nós recolhidos revelam que esta prática se mantém desde os tempos que antecederam a luta pela independência até aos dias de hoje (ver Gráficos 5, 6 e 7). Contudo, a prática desta técnica de cultivo sofreu um decréscimo ao longo dos tempos. Alguns dos nossos entrevistados afirmam que muitas bolanhas foram abandonadas durante os tempos da luta onde histórias de bombardeamentos levados a cabo pela aviação portuguesa eram frequentes. Segundo um informante qualificado a guerra levou ao abandono de muitas bolanhas “*Quando os aviões vinham, a gente fugia das bolanhas para o tarrafe, quando viam uma pessoa na bolanha eles largavam bombas.*” (B1 30/1/2016) e a sua recuperação nunca chegou ser completa. Ao longo dos últimos anos tem havido esforços para trabalhar de novo as bolanhas. Algumas *tabankas* têm conseguido mobilizar os jovens para ajudar os mais velhos na recuperação das bolanhas que de ano para ano têm vindo a sofrer com a cada vez mais frequente subida das águas salubres dos rios.

“A água foi fazendo força e quebrou o dique. Hoje há muita bolanha, porque muita gente chegou para ajudar a levantar os diques, este ano muitas bolanhas foram roubadas, mas com o apoio das pessoas que nos vieram ajudar” (S 14 14-02-2016).

Contudo, não podemos generalizar a Cubucaré os dados providenciados pelos nossos informantes que dizem apenas respeito às *tabankas* específica dos mesmos. Na verdade, as condições de cada povoamento variam, como tal existem regiões onde o número de bolanhas tem aumentado e outras em que o número de bolanhas tem

diminuído, mas um aspeto mantém-se comum a todas, a produção, na perceção dos nossos informantes é cada vez mais insuficiente. Os motivos apontados são: o número cada vez maior de habitantes por *fogão* e falta de terrenos para aumentar as bolanhas (N 41 10-03-2016); o aumento de pragas na região (ver secção 3.3) responsável por uma produção cada vez mais deficitária (N12 10/02/2016); destruição das bolanhas por uma cada vez mais constante subida das águas dos rios salubres (B24 22/02/2016); falta de capacidade de mobilização dos trabalhadores para a recuperação das bolanhas após a sua destruição, principalmente por água salgada (S13 11/02/2016).

3.2.2 Bolanha doce



Ilustração 3- Bolanha doce (*basfond*) ocupada com uma plantação de bata-doce

As *bolanhas doces* também chamadas de *basfons* (c) são zonas de cultivo situadas em áreas com uma ligeira depressão permitindo acumular grandes quantidades de água na estação das chuvas.

Durante a época das chuvas o arroz é semeado, podendo ser utilizada a mesma técnica usada na *bolanha salgada*. Os produtores recorrem em consociação com o arroz ou isoladamente às bolanhas doces para plantar tubérculos, como a batata-doce,

mandioca, manfafa e inhambi, feijão e amendoim (ver gráfico seguinte). Os entrevistados revelam que estas zonas de cultivo são preferencialmente escolhidas para plantar tubérculos, sendo poucos os informantes que escolhem plantar arroz nos *basfons*.

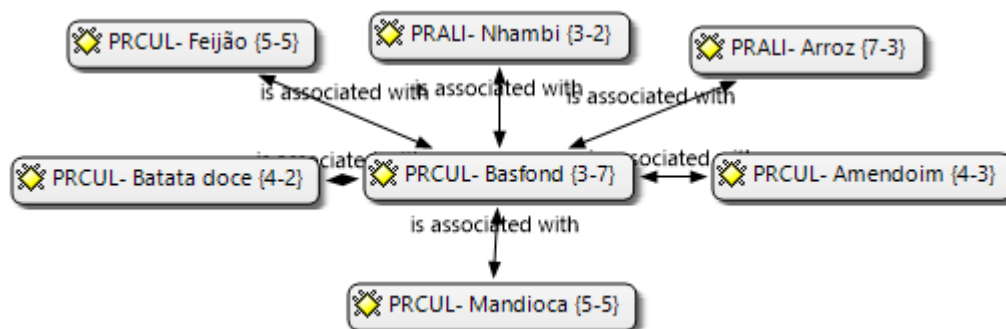


Gráfico 8- Principais cultivos associados aos *basfons* segundo os inquiridos dos três grupos étnicos

3.2.3 Cultivos de sequeiro

A desmatção da floresta (*pabi*: c) decorre por norma na estação seca, não havendo uma data específica para o seu começo e estando o seu início dependente da força de trabalho que a morança conseguir mobilizar.

No mês de Abril nota-se uma intensidade do corte da floresta (como eu próprio pude observar), sendo habitual ao caminhar pela floresta ouvir o som do machado a embater nas árvores. O aumento desta atividade no mês de Abril deve-se à proximidade da estação das chuvas bem como estando perto da altura em que começam as queimadas. O mês de Maio é a altura em que os terrenos devem estar prontos para ser semeados (N42 10/03/2016). Para desflorestar, os homens utilizam o machado tradicional e a catana (*traçado*: c).

O cultivo de arroz de sequeiro é bastante comum no Cubucaré. A sua prática varia ligeiramente de grupo étnico para grupo étnico, sendo que os Balanta são os que apresentam menor adesão a esta prática (ver Gráficos 12, 13 e 14). Como revelam os nossos gráficos os Nalu referenciaram uma enorme variedade de cultivos de sequeiro

menores¹⁶ O arroz é a cultura mais importante do sequeiro (*mpam-mpam*: c) uma vez que é sempre a primeira espécie a ser cultivada, sendo que será substituída posteriormente por amendoim (*mancarra*: c) antes do pousio. Este sistema de rotação é mais ou menos consistente nos três grupos étnicos a que pertencem os nossos informantes: o campo é usado um ano para o cultivo de arroz, um ano para o cultivo de amendoim e um período de mais de três anos – embora não tenha encontrado consenso entre os produtores – para o “mato” (não floresta primária mas degradada) voltar a crescer. Anteriormente os pousios podiam chegar a durar sete anos (Temudo 1998). Muitos entrevistados queixam-se que não possuem a mesma força de trabalho no seu seio familiar para cortar a floresta o que leva à redução do tempo em pousio, permitindo desmatar mais facilmente. Os informantes referem ainda que devido à criação de zonas de floresta reservada pelo PNFC torna-se cada vez mais difícil fazer o pousio, uma vez que necessitam de áreas maiores para permitir a rotatividade, começando a alargar os períodos de cultivo do terreno, podendo repetir o cultivo de arroz até dois ou três anos

Para além do arroz e amendoim também outras espécies são plantadas em consociação com o arroz, designadamente o milho (*milho bacil*: c), milheto (*milho preto*: c) e o sorgo (*milho cavalo*: c), normalmente designados por milho, exceto quando pretendem referir uma determinada particularidade destas diferentes espécies (Temudo 1998).

O amendoim é uma das grandes fontes de alimento, considerada pelos informantes como fonte de força (DC 07/02/2016). A cultura do amendoim é inserida na rotação dos terrenos, sendo que habitualmente e como já referido, é introduzida no segundo ano a seguir ao cultivo de arroz. Porém existem exceções na qual o amendoim é cultivado em terrenos em pousio (*cau belho*: c). Quando tal necessidade é posta em prática, é escolhido um local cujo pousio não é superior a três anos, o que desta forma permite uma limpeza (*farfari*: c) simples em vez do corte de árvores, que inevitavelmente necessitaria de uma força de trabalho muito superior.

¹⁶ O termo “menores” é utilizado por mim para referir os cultivos que não são essenciais à subsistência, e como tal não são plantados em grande quantidade nem por todas as moranças. São exemplo destes cultivos o abacate, bagit, pepino, cana-de-açúcar, abobora, e o inhame.



Ilustração 4- Zona de desmatamento para posterior cultivo de sequeiro

3.2.4 Tubérculos: mandioca, manfafa, nhambis e batata-doce

Os tubérculos ocupam um importante lugar na alimentação das comunidades locais que habitam o PNFC.

A mandioca pode ser cultivada duas vezes por ano, permitindo recorrer a esta fonte de alimento na estação das chuvas bem como na estação seca. A maioria da mandioca provem de cultivos *mpam-mpam* plantada ainda durante o período seco (meados de Maio). No tempo das chuvas, a mandioca é cultivada em simultâneo com o arroz, para ser colhida no início de Janeiro podendo esta data estender-se até ao mês de Maio. Este compasso de espera é controlado pelo agricultor que vai experimentando retirar da terra alguns exemplares até obter o tamanho pretendido e assim iniciar a colheita (DC 01/03/2016).



Ilustração 5- Agricultor Mandinga durante exame da produção.

A *manfafa*, outro importante tubérculo tem o seu processo de cultivo iniciado no mês de Junho e colheita em Fevereiro. Existem duas variedades amplamente difundidas na região. A chamada *manfafa fula* e a *manfafa tanda* sendo que segundo Temudo (1998) existe ainda uma terceira variedade a qual não tomei conhecimento chamada *manfafa côcô* sendo esta cultivada com pouca frequência.

A *manfafa fula* é cultivada perto das casas, em camalhões perto de zonas frescas e húmidas, como as partes traseiras das latrinas, pois é lá que na maioria das vezes os habitantes da morança tomam banho, aproveitando desta forma a água que daí resulta. Esta técnica permite o seu cultivo em qualquer altura do ano. O ciclo desta variedade é de aproximadamente um ano.

A segunda variedade é plantada em consociação com o arroz e o amendoim, iniciada em Junho e o seu ciclo é completado em Fevereiro, tratando-se de uma variedade de ciclo curto.

O *nhambi* conhecido por inhame em português possui três variedades na região: *nhambi balanta*; *nhambi di família*. Sendo que também foi referida a existência de *nhambi di mato* a qual cresce de forma selvagem e é recolhida por quem tem conhecimento da “*comida di mato*”.

O *nhambi balanta* é entre estas três variantes a que possui um ciclo mais curto, uma vez que a época de cultivo se inicia em Junho e a colheita é iniciada em Janeiro. Na maioria das vezes é cultivado em zonas de sequeiro. A segunda variedade é chamada de *nhambi di família* precisamente por ser cultivada nos arredores das *moranças* na altura das chuvas.

A batata-doce, designada apenas de “batata” na região, possui ciclos vegetativos de três meses sendo cultivadas em duas fases separadas, uma primeira com o propósito de obter a “sementeira” necessária ao cultivo seguinte, ou seja, no tempo das chuvas são cultivadas raízes guardadas para o tempo seco, para posteriormente serem plantadas com “força”. A sua plantação decorre entre Agosto e Setembro e a sua colheita entre Novembro e Dezembro. Apesar da produção de batata destinada ao consumo ser mais frequente neste período correspondente às chuvas e no tempo seco ser destinada à obtenção de material de cultivo para a época das chuvas, é de salientar o caso de um agricultor Mandinga possuidor de um grande terreno de batata-doce, cuja colheita no tempo seco lhe permitia vender por forma a obter dinheiro para a compra de arroz a fim de armazenar as provisões suficientes para a morança no tempo das chuvas.

3.2.5 Pomares

Em crioulo as árvores de fruto cultivadas ordenadamente em forma de pomares designam-se por *horta*. Alguns pomares assumem proporções gigantescas como é o caso das plantações de caju, algumas delas podendo atingir mais de três hectares segundo alguns informantes qualificados. Existem inúmeras outras frutas cultivadas para além desta, mas são encaradas como complementares e situam-se na maioria das vezes nas imediações das *moranças*. Parece também haver um critério de valor monetário para a designação de pomar, uma vez que todos os cultivos designados por pomar tem como destino a sua venda e são por isso considerados por nós como *cashcrops*.

Das várias culturas frutícolas existentes na região destaco as de maior importância como: caju, banana, cola e palmeira dendém (ver Gráficos 15, 16 e 17).

A banana outrora foi a cultura frutícola mais importante de Cantanhez pois segundo alguns informantes era frequente ver camiões encherem-se de toneladas de

banana para mais tarde serem levadas para diferentes cidades, sendo Bissau o destino para a maior parte delas. Contudo o deterioramento da estrada foi reduzindo a procura deste produto na região por parte dos comerciantes. Para piorar a situação as culturas de banana têm sido gradualmente destruídas por uma doença surgida nos últimos anos, dizimando grande parte do cultivo, *“tinha banana mas as doenças estragaram a banana toda”* (N35 04-03-2016).

Alguns produtores referiram que a banana era utilizada como moeda de troca por arroz em anos que a produção não satisfazia as necessidades, também confirmado por Temudo (1998). Hoje em dia esta prática caiu em desuso e são os Balanta entre os informantes pertencentes aos três grupos étnicos estudados que menos se dedicam a esta cultura.

Um dos mais importantes agricultores de Caiquene relatou-nos que a sua produção de banana há sensivelmente uma década atrás era de uma tonelada. Hoje mal extrai o suficiente para a sua família, o que representou uma enorme perda no seio familiar e empurrando-o para o cultivo do caju como substituto.

“Então nós semeávamos banana com força, chegávamos a tirar mais de 1000kg mas a doença veio e hoje não temos banana. E então entrámos no caju” (N42 10-03-2016).

As árvores de cola (coleiras) assumem-se também como importantes na região sobretudo no que toca às relações sociais uma vez que especialmente os mais velhos gostam de receber nozes de cola como sinal de respeito. Segundo os produtores, a cola possui propriedades estimulantes, semelhantes ao café, tornando os seus consumidores dependentes deste cultivo, *“sem cigarros os homens grandes precisam de cola, cola ou cigarros, é um grande vício”* (diário de campo 08-04-2016)., Este fruto cumpre uma função social, utilizado frequentemente como oferenda demonstrando um sinal de respeito como demonstra um informante: *“Levo umas nozes de cola para levar aos Nalu (djatiqui) e depois pedir para oferecer o terreno”* (N13 11-02-2016). Os Sosso apresentam uma maior predisposição ao seu cultivo, algo demonstrado pela observação de pomares de coleiras com maior concentração junto a moranças Sosso, bem como à sua grande concentração na *tabanca* Catchamba Sosso.

Nos últimos anos o caju tem sido a cultura dominante na região, uma vez que os nossos entrevistados revelam que a prática do seu cultivo tem aumentado

exponencialmente. De facto a produção atinge vastas áreas do país e ao longo das estradas, picadas e caminhos avistam-se constantemente pomares de cajueiros.

O cajueiro foi trazido pelos portugueses e cultivado em pequena escala, sendo uma espécie conhecida pelas famílias guineenses (Temudo 1998; N35 04-03-2016). Segundo os nossos informantes houve alguma resistência à sua adesão em massa devido à grande concentração de muçulmanos na região uma vez que a possível transformação do fruto de caju em vinho desagradava aos mais velhos.

“Em 1959 eu vi caju, mas eram os brancos que tinham, e eu pequenino vi e eles traziam também palmeira dendém¹⁷. Mas antes de 59 havia caju, eles disseram-nos que devíamos plantar caju porque no futuro ia dar dinheiro e a palmeira dendém também. Você viu aquelas fileiras de palmeira? Foi plantado por brancos”(S14 14-02-2016).

A palmeira dendém é uma das mais importantes culturas da região, uma vez que a partir dela se estrai o apreciado óleo de palma (*siti*: c) que para além do valor gastronómico, possui um valor comercial extremamente importante para as economias familiares.

As mangueiras foram a primeira fruteira a ser introduzida na região (Temudo 1998), trazidas pelos Nalu aquando da sua chegada ao território. Esta árvore é semeada junto das *moranças* e chega a ser tão abundante que o seu valor comercial no interior da região é pouco expressivo.

Outros cultivos como o ananás, coco (coconet: c), papaia, e anona (pinha: c) são cultivados sempre perto das moranças à excepção dos ananaseiros que podem ser encontrados nas zonas de cultivo (*lugares*: c) em consociação com outras espécies como as coleiras e as bananeiras. Estes cultivos não representam rendimentos no seio das economias familiares, ao invés disso, são antes usados para consumo interno, colmatando a alimentação diária.

Nas entrevistas por nós conduzidas foi possível encontrar uma relação direta entre os cultivos de *cash crop*, e as posses materiais, sendo que motas, telhado de zinco, gerador e televisão são frequentemente atribuídos ao dinheiro revertido através do caju.

¹⁷ A palmeira Dendém é uma espécie endógena na Guiné-Bissau. O nosso entrevistado Sosso refere-se a uma sementeira melhorada que os portugueses trouxeram para a GB e que tem sido disseminada por todo o Cubucaré, também conhecida por palmeira de granja ou *chabéu de angola* (c).

Verificou-se que os Balanta, o grupo étnico que mais recentemente começou a cultivar caju, possui menos bens materiais.

3.3 Produção animal

Os animais domésticos são comuns em todas as *tabancas* embora existam algumas diferenças de *tabanca* para *tabanca*. Os grupos étnicos muçulmanos, neste caso os Sosso e os Nalu, possuem essencialmente galinhas e cabras as quais libertam todos os dias ao nascer do sol e recolhem ao pôr do sol por motivos de proteção, ao passo que os Balanta, por serem maioritariamente animistas e católicos, possuem gado suíno mas também bovino. No PNFC são os Balanta os únicos detentores de gado bovino.

Foram ainda observadas outras espécies de animais domesticados como gansos e ovelhas.

Os animais domesticados são essencialmente destinados ao consumo ritualizado e ao comércio. O seu consumo caseiro é raro, talvez motivado pelo valor monetário que possuem. Uma cabra pode custar cerca de trinta a quarenta mil francos CFA e uma galinha entre mil e quinhentos a dois mil e quinhentos francos CFA pelo que muitas famílias preferem vender. Por vezes estes animais funcionam como “seguro de viagem” e de “saúde”, caso alguém tenha que se deslocar à capital para, por exemplo, ir ao médico. Os entrevistados fazem-se acompanhar de galinhas ou cabras para depois vender e obter o dinheiro do regresso bem como para pagar as despesas hospitalares.

Para fins rituais os animais domésticos são utilizados essencialmente durante os *toca tchoro* (cerimónias fúnebres) onde os animais são utilizados para alimentar a festa e aí possuem uma enorme importância, bem como para oferendas aos irãs quando se pretende fazer um contrato mágico-religioso. Estas ofertas foram referidas inúmeras vezes pelos informantes.

3.4 Ameaças aos cultivos

Para os informantes as pragas existentes na região são causa de protesto sendo comum observar agricultores cabisbaixos devido a ataques nos cultivos levados a cabo pelos mais diversos animais silvestres (ver Gráfico 18). Cada cultivo possui as suas pragas e para cada praga existem formas diferentes de lidar com a mesma. Os conhecimentos que possuem para fazer face às ameaças são variados, mas

essencialmente provenientes de duas origens: conhecimento cumulativo passado geracionalmente; e ciência ocidental adquirida por via de ONG's e investigadores *in loco*.

A praga que mais “*dor de cabeça*” causa é uma espécie conhecida localmente por *farfana* (*Thrionomys swinderianus*) que é caracterizada como sendo a pior de todas as pragas (roedor que se reproduz rapidamente tendo várias ninhadas de crias por ano e arrancando as colheitas diretamente na raiz). Trata-se de um roedor que se desloca em grupos grandes, maioritariamente durante a noite (espécie noctívaga), tornando difícil o seu controlo. Segundo os informantes esta espécie destrói um campo de arroz em apenas algumas horas, cortando o arroz tangente à superfície da terra danificando por completo a planta. Os cultivos de amendoim e tubérculos também não estão imunes a esta praga. Todos os agricultores entrevistados (N=45) afirmaram ser impossível vigiar esta espécie, contudo existem algumas técnicas postas em prática (mas de pouca eficácia), como fazer uma queimada circundando o terreno ou passar a noite junto do local com objetos para fazer barulho. Estas técnicas dificilmente são postas em prática devido à natureza noctívaga destes roedores e à ausência de iluminação dos campos (não há electricidade).

As aves (*catchos*: c) causam frequentemente estragos no arroz de sequeiro bem como de bolanhas. Para fazer face a estas ameaças as famílias submetem os mais novos, regra geral as crianças, a guardar (*bigiadores*: c) os terrenos, acompanhados de um instrumento de arremesso (*lamparam*: c) similar a uma funda, que também é utilizado para guardar os pomares e demais cultivos.

As térmitas afetam as zonas de sequeiro com os seus montes (*bagabaga*: c) ao roerem os cultivos. A solução é antes da instalação de uma determinada cultura o terreno ser bem queimado para evitar que tal aconteça. São também deixados troncos nas imediações na esperança de desviar as atenções para estes ao invés dos cultivos.

Os chimpanzés (*dari*: c) são amplamente culpabilizados pelas perdas nas fruticulturas como a manga, papaia, caju e principalmente a laranja. Contudo é de salientar a forma como por vezes os entrevistados brincam com o facto do chimpanzé os ajudar na apanha da noz de caju, pois estes primatas ao comerem os frutos deixam montes de nozes no pomar, cujo interesse para eles não é nenhum, ao passo que para os informantes a perda do fruto não é importante, uma vez que não possui valor comercial

criando-se uma espécie de relação simbiótica entre camponeses e chimpanzés. Os entrevistados apenas referiram que o problema nestes contextos surge quando os chimpanzés partem ramos dos cajueiros.

Os macacos (*santcho*: c) são responsáveis pelos danos nos pomares, bem como do arroz de bolanha, neste último caso, apenas o *santcho tarrafe*¹⁸.

Os babuíños (*con*: c) entre todas as espécies de primatas existentes na RGB é a mais odiada, acusada de estragar tudo e de não trazer nada de bom. A verdade é que quando esta espécie leva a cabo uma incursão em grupo a um sequeiro faz bastantes estragos. Os entrevistados referem que este primata arranca tudo, desde arroz, feijão, batata-doce, entre outros.

Os insetos são uma praga de difícil controlo. Nos últimos anos a presença de um inseto apelidado de “bicho serração” tem sido cada vez mais presente nos pomares de caju. Este inseto serra os ramos da árvore, provocando a queda de ramos e portanto representando uma perda na produção. As crianças são frequentemente mobilizadas para procurarem esta espécie e proceder à sua destruição. Contudo, este método é insuficiente para fazer frente a esta praga. Também nos cultivos de arroz existe um “*bicho preto*”¹⁹ que corta os grãos de arroz. Os produtores referem que nos anos em que o projeto DEPA²⁰ estava presente no sul, foram entregues alguns químicos a agricultores mediante um processo de seleção para fazer face às doenças e pragas invasoras. Contudo hoje “*bombar*” não é uma solução, pois os agricultores não possuem meios monetários para obter este produto.

No que toca aos cultivos de tubérculos, os gafanhotos constituem-se como uma grande ameaça, pois as folhas da batata, mandioca e manfafa são atacadas por estes insetos sendo que a capacidade para fazer face a esta praga é quase nula.

¹⁸ Tarrafe em crioulo designa zonas de mangal.

¹⁹ Não foi possível identificar a sua espécie, embora tenha sido amplamente referenciado pelos informantes, especialmente pelos Balanta.

²⁰ Entidade de promoção agrícola na Guiné-Bissau atualmente extinta.



Ilustração 6- Folha de batata-doce danificada por gafanhotos.

Outros mamíferos de grande porte são igualmente acusados de serem grandes causadores de problemas. Tal é o caso dos búfalos que são acusados de comer grandes quantidades de arroz. Até as vacas pertencentes aos Balanta, são acusadas de destruir cultivos de sequeiro bem como o arroz nas bolanhas. Por sua vez os porcos selvagens são acusados de “*levantarem*” o chão onde se encontram plantados os já referidos tubérculos.

As pragas são consideradas sempre como negativas, tal como seria de esperar, embora haja exceções mesmo no caso dos babuíños. O caso deste primata torna-se contraditório e por isso simultaneamente interessante pois apesar de serem considerados pragas, os entrevistados referiram que este primata é predador de *farfanas* e cobras, o que é evidenciado como sendo positivo. Sendo as *farfanas* a pior entre todas as pragas, o papel deste primata é considerado importante, havendo entrevistados que traçaram uma relação direta entre a diminuição do babuíno e o aumento das *farfanas* e das cobras (ver Gráficos 19, 20 e 21).

3.5 Práticas alimentares

No Cubucaré, como no resto da RGB, o arroz ocupa um lugar de destaque por ser a base da alimentação das famílias guineenses. Os informantes falam em fome

quando a produção de arroz é deficitária, mesmo havendo outros alimentos para consumo como por exemplo o feijão, a mandioca, entre outros.

Os nossos dados revelam uma grande variedade de alimentos (ver Gráficos 22, 23 e 24), embora estes não abundem o ano inteiro, uma vez que estão dependentes dos seus ciclos de colheita. O tempo da chuva é tido como mais árduo, pois verifica-se uma escassez de muitos alimentos (N12 10/02/2016).

A língua, é um exemplo ilustrativo da importância deste cereal para as comunidades locais: em crioulo *bianda* é o termo utilizado para referir o arroz após ser cozinhado, por outro lado *mafê* serve para designar o acompanhamento, este último pode variar dependendo do alimento que a família conseguir provisionar para a confeção da refeição.

Uma família pode fazer entre uma a três refeições por dia, dependendo dos meios que disponha. Estas refeições são chamadas de *mata-bicho* (pequeno-almoço), *janta* (almoço) e *ceia* (jantar).

O *mata-bicho* é a única das três refeições que pode não conter arroz e ainda assim satisfazer a necessidade para qual esta refeição serve: “*força para o trabalho*” (B12 10-02-2016). Esta refeição pode ser confeccionada através de tubérculos como a batata-doce, a mandioca ou a manfafa, mas também com arroz confeccionado por forma a ficar mais aguado e mole, semelhante a uma papa. Por vezes quando existem sobras da *ceia*, estas são aproveitadas para a manhã seguinte. Algumas famílias, devido à falta de alimentos recorrem a frutas semeadas nas imediações das casas, ou recolhidas na floresta. Existem ainda famílias que não consomem esta refeição. Contudo é ponto assente que quando um homem se dirige para a *bolanha* o *mata-bicho* será providenciado pelas mulheres.

“*No tempo da bolanha, nós tomamos pequeno-almoço e depois quando chegamos à bolanha e lavramos duas parcelas, o almoço chega. Se trabalhar mais duas ou 3 horas depois voltamos para casa, jogamos [damas] e quando acabar o jogo vamos comer o jantar*” (B43 14-03-2016) .

Tanto a *janta* como a *ceia* são complementadas para além do arroz com peixe ou carne, e molhos/caldos, na maioria das vezes com óleo de palma (*siti*: c) ou a sua variante caldo de palma (*caldo chabên*: c). Pode ainda ser usado o caldo de amendoim

(*caldo mancarra*: c). A carne é o acompanhamento mais difícil de obter. Segundo os habitantes cada vez há menos caçadores, uma vez que o PNFC controla a caça e proíbe esta prática, sendo que quem é apanhado no ato de caça, fica com o material apreendido e é levado à capital do setor (Bedanda) para aguardar julgamento. Contudo, como eu próprio pude observar, a caça continua presente, e diariamente ouvem-se tiros na floresta sendo que não existem guardas que possam cobrir toda a área do Parque ou que sejam renumerados.

A caça nos tempos posteriores à luta pela independência era feita recorrendo a instrumentos tradicionais como o arco a flecha e o *lamparan*, ou recorrendo a armadilhas e a cães treinados para o efeito. Com o começo da luta e consequente disseminação das armas a caça aumentou muito na visão dos nossos informantes, levando à diminuição de determinadas espécies evidenciadas na Tabela 3.

Entre os grupos étnicos estudados, os Balanta foram quem melhor descreveu o processo da caça durante e depois da luta de libertação (ver Gráfico 25). Os nossos entrevistados Balanta referem que nos tempos anteriores à luta eram feitas armadilhas para caçar animais de grande porte como gazelas, búfalos e javalis, mas também primatas excepto chimpanzés. A caça de crocodilos foi também mencionada, contudo esta parece ser pouco comum nos dias de hoje e foi descrita com maior incidência nos tempos da luta de libertação nacional. De uma forma geral todos os grupos étnicos descreveram a caça como sendo mais fácil durante a luta devido ao surgimento de armas de fogo bem como à então abundância de animais.

Existem diferenças substanciais na alimentação dos Sosso e Nalu para com os Balantas e estas diferenças devem-se maioritariamente a causas religiosas. Os Nalu e Sosso, na sua maioria islamizados, tendem a não comer determinadas carnes consideradas impuras (ver Gráficos 9 e 10).

Maioritariamente animistas e católicos, os Balantas caçavam macacos, babuínos e porcos selvagens, animais que tanto Sosso como Nalu na maioria não admitem caçar nem comer apesar de alguns dos nossos informantes terem confessado já ter comido, inclusivamente no tempo da luta, alegando que foi um período de grandes dificuldades (N19 18-02-2016). Contudo sabemos que existem reservas quanto a esta afirmação, pois muitas vezes tais práticas acontecem, mas por serem condenadas pela comunidade são mantidas em segredo (ex.: bafatório). É frequente ouvirmos o termo *muçulmano puro*

para referir um muçulmano que não bebe nem come carnes proibidas. Tal significa que há os “não puros”, que consomem álcool e carnes proibidas.

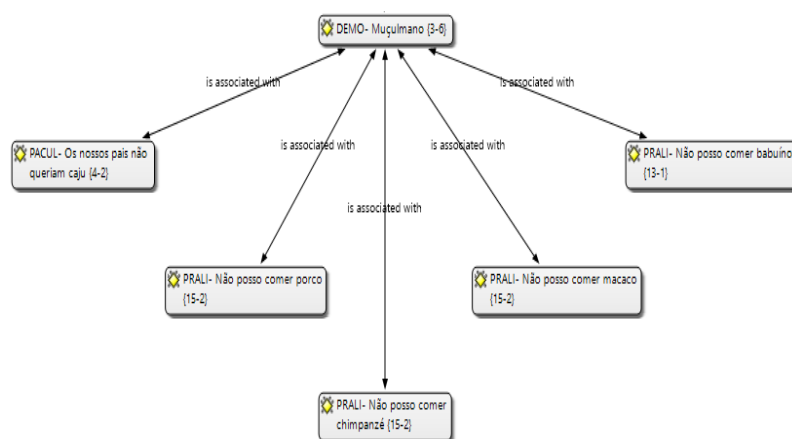


Gráfico 9- Restrições alimentares de acordo com os informantes Sosso (Grupo étnico Sosso)

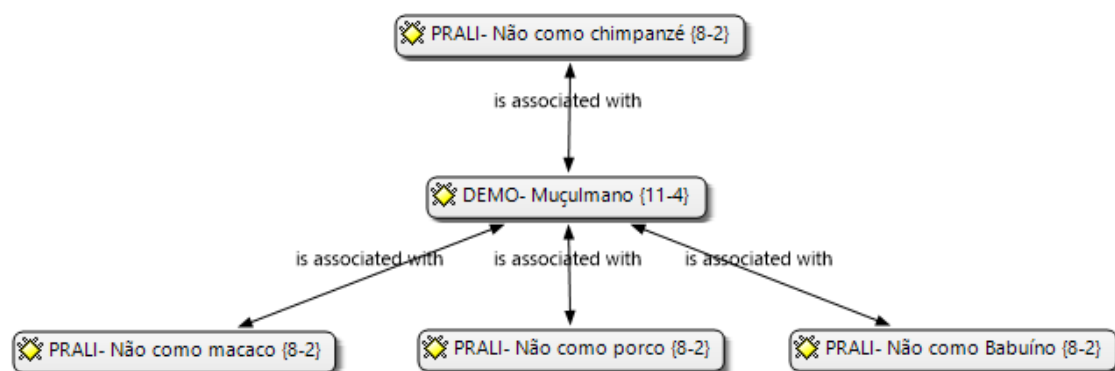


Gráfico 10- Restrições alimentares de acordo com os informantes Nalu (Grupo étnico Nalu)

Os grupos étnicos islamizados quando questionados sobre a razão de não comerem estas espécies dão duas respostas diferentes: os porcos selvagens e domésticos são considerados impuros, contudo os restantes primatas são associados ao ser humano e portanto demonstram uma aversão. Quanto ao chimpanzé, nenhum dos grupos étnicos manifestou a mais pequena hipótese de o comer, inclusivamente durante a luta, onde muitos muçulmanos abriram exceções devido á escassez de alimentos. Nas palavras dos habitantes do cubucaré o chimpanzé é como uma pessoa (c: *dari suma pecador*), estando ligado a lendas locais que referem os chimpanzés como antigos homens, castigados por deus e enviados para a floresta.

Os animais de casa (*limarias di casa*: c) como os porcos, vacas, galinhas, cabras, etc., são guardados, como já referido, para determinadas ocasiões como cerimónias fúnebres (*toca tchoro*: c), oferendas aos *Irãs*, comércio, ou como provisões em caso de necessidade, motivadas, a título de exemplo, por uma guerra. Os animais podem ser divididos em dois universos distintos, *Limarias di casa* e *limarias di mato*. A preferência alimentar é apontada sempre para os animais da floresta, dizendo respeito às gazelas, porcos selvagens, porco-espinho, cabra-mato, entre outros (ver Tabela 3).

3.6 Atributos da floresta

“Os meus grandes lavravam e cortavam. Mas naquele tempo os nossos pais (...) reservavam mato, então as pessoas depois é que começaram a admirar as reservas, porque os nossos antepassados já tinham reservas. No tempo dos nossos pais, eles disseram que o mato não era para comer numa só vez. Se cortávamos mato ali num ano, aquele mato devia ficar reservado depois até crescer, ninguém podia cortar até lá. Então nós seguimos através da recomendação que eles nos deram, o mato não é para comer de uma vez, o mato não é para trabalhar com inchada, porque se cortarmos um sítio devemos deixar crescer, para depois voltar a trabalhar lá no futuro” (N42 10-03-2016).

A floresta (*mato* :c) está no centro das atenções das comunidades de Cantanhez. As alterações sentidas face à flora são manifestadas no seu quotidiano, pois a maioria das suas atividades económicas estão relacionados com esta.

A maioria dos informantes referem que a floresta lhes oferece os produtos que necessitam para viver, demonstrando a sua dependência direta perante o ecossistema em que habitam. Conservar a floresta, é frisado como sendo extremamente importante (ver Gráficos 26, 27 e 28). Na memória dos *grandes*, a importância da floresta para a luta pela independência levada a cabo pelo PAIGC ainda se mantém viva, pois “*era lá que nos escondíamos dos brancos na luta*” (N41 10-03-2016). Este argumento ainda hoje atribui uma grande importância ao valor dado à floresta, uma vez que as populações ainda sentem que em caso de problemas será a floresta que os vai proteger.

As reservas subterrâneas de água doce permitem retirar a água necessária à vida. Contudo, estes poços de água doce não permitem a rega de cultivos, uma vez que a ausência de energia para bombear água impossibilita tal tarefa (embora esta fonte de

água seja usada para as culturas de viveiro). Tal deixa a árdua tarefa de irrigação dos cultivos inteiramente dependente da água que cai dos céus.

Os informantes pertencentes aos três grupos étnicos estudados manifestam com firmeza a opinião de que as chuvas são uma consequência direta da floresta como refere N15 (15-02-2016) “*O mato dá-nos muitas riquezas, os nossos avós reservaram este mato, com o mato há muita chuva.*” A opinião de que as florestas são responsáveis pelas chuvas foi transmitida pelos seus antepassados. O facto de cada vez chover menos segundo referem os informantes, deve-se ao corte da floresta cada vez mais normalizado dentro do seio das populações locais dentro do PNFC. Tal facto, na sua opinião, confirma a tese dos seus antepassados.

As alterações climáticas em nenhum ponto são referidas, pois apesar da consciência de um mundo exterior bem presente, as populações de Cantanhez tendem a isolar os factos dentro do seu universo cultural, e portanto dentro do seu próprio espaço e tempo, não concebendo que atividades lesivas para o meio ambiente do “outro lado” do mundo possam influenciar o aumento da temperatura ou a subida do nível do mar que lhes danifica os diques e por isso destrói bolanhas (de tarrafe). No entanto fica bem patente que os informantes estabelecem uma relação entre o corte desmesurado de grandes áreas de floresta com as alterações nas chuvas sazonais.

De acordo com os entrevistados a recolha de recursos na floresta é abundante. A tabela seguinte (2) expõe alguns dos recursos mais referidos no curto espaço de tempo que estive no terreno (e que não permitiu os aprofundamentos que desejava nesta matéria).

Tabela 2- Recursos recolhidos da floresta

Português	<i>Crioulo</i>	Produtos
Medicamentos naturais	<i>Mesinhos di terra</i>	Produtos encontrados na floresta por curandeiros, constituídos na sua maioria por raízes e ervas medicinais.
Madeira e outros materiais para transformação	<i>Pós</i>	Madeira destinada a construção de casas, cabanas, instrumentos agrícolas, canoas e lenha e palha para a construção dos telhados tradicionais.

Frutos selvagens	<i>Frutos di mato</i>	Tambacumba (<i>Neocarya macrophylla</i>); Fole (<i>Landolphia heudelotii</i>); Veludo (<i>Dialium guineense</i>); Miséria (<i>Anisophyllea laurina</i>); Mandiple (<i>Spondias mombin</i>)
Mel	<i>Mel</i>	Recolhido de colmeias selvagens ²¹
Animais selvagens	<i>Limarias di mato</i>	Ver tabela 3
Vinho de Palma	<i>Vinho palma</i>	Extraído de palmeiras (<i>Elaeis guineensis</i>) muitas delas encontradas no interior das florestas.

É de salientar que os Nalu são quem aparentemente possui mais conhecimento sobre o que a floresta pode “dar”. Os Nalu quando se referem aos cultivos de *mpam-mpam* e de bolanhas fazem uma clara distinção entre estes e a floresta, sendo portanto categorias diferentes, ao passo que muitos dos nossos informantes Balanta como Sosso, misturam estas duas categorias, como ilustra por exemplo um dos nossos informantes Balanta: “*nós no mato plantamos amendoim e malagueta, esse tipo de coisas para come e caju*” (B8 07-02-2016).

Tal diferença sugere uma ligação mais forte dos Nalu à floresta, uma vez que foram os primeiros habitantes daquelas florestas e possuem uma vasta teia de rituais ligados à floresta, bem como práticas sociais. “*No mato os grandes conversavam, como você vem aqui, naquele tempo era no mato que falávamos*” (N41 10-03-2016). Esta prática segundo os informantes do presente estudo, era extremamente comum nos tempos dos seus pais e avós²². Estes convívios eram acompanhados de mel e vinho de palma, e constituíam-se como ambientes de socialização paralelos aos rituais (Diário de Campo 12/04/2017). Hoje esta prática parece ter-se reduzido contudo, continuam a

²¹ Contudo existem produtores de mel especializados que nas imediações das tabancas colocam troncos ocos para serem colonizados por abelhas.

²² Obter datas concretas é extremamente difícil no seio destas sociedades, uma vez que parecem não dar a estas grande importância, bem como já referido anteriormente, tais paradigmas quantitativos mantêm-se ausentes no decorrer das entrevistas e conversas. Podemos considerar o tempo dos pais e avós como o período antes da luta de libertação, durante a luta de libertação e o início do abandono de determinadas práticas posteriores ao fim da luta de libertação.

verificar-se rituais (*cerimónias*: c) na floresta por parte dos Nalu aos quais eu não tive acesso²³.

O facto dos habitantes de Cantanhez preferirem a carne da floresta (*bushmeat*) atribui às florestas uma valorização fundamental, pois a caça apesar de proibida para fins comerciais continua a ser de extrema importância do ponto de vista alimentar, pois constitui-se como um importante valor proteico adicional à alimentação que raramente contem carne para além do peixe que é consumido.

Tabela 3 - Lista de animais mais caçados

Animal caçado (nome comum)	Nome científico	Designação em crioulo
Babuíno	<i>Papio hamadryas papio</i>	<i>Con</i>
Búfalo	<i>Syncerus caffer nanus</i>	<i>Bufalo</i>
Cabra grande do mato	<i>Cephalophus sylvicultor</i>	<i>Muntum</i>
Galinha de mato	<i>Numida meleagris</i>	<i>Galinha di mato</i>
Antílope	<i>Cephalophus sylvicultor</i>	<i>Gazela pintada</i>
Gazela de savana	<i>Kobus Kob Kob (Erxleben)</i>	<i>Gazela di lala</i>
Porco selvagem	<i>Pacocheros aethiopicos africanus</i>	<i>Porco di mato</i>
Porco do rio	<i>Pothamocheirus porcos porcos</i>	<i>Porco di mato vermelho</i>
Cólobo vermelho	<i>Procólubus badium temmincki</i>	<i>Fatango</i>
Macaco mona	<i>Cercopithecus mona campbelli</i>	<i>Santcho mona</i>
Macaco verde	<i>Cercopithecus aethiops sabaeus</i>	<i>Santcho preto</i>
Macaco Fidalgo	<i>Colobus polikomos polykomos</i>	<i>Sanctho fidalgo</i>

²³ Alguns estudantes que passam mais tempo no PNFC foram convidados para determinados rituais que são realizados nas florestas.

4 Discussão

No Cubucaré a economia organiza-se em torno da família, mais precisamente na unidade residencial familiar (*morança*: c), sendo esta a base social destas sociedades rurais (Oliveira et al. 1996). Estas unidades familiares, são inseridas numa aldeia (*tabanca*: c) constituída por uma ou mais *moranças*. As *tabancas* estão também elas inseridas num *regulado*, sendo este último um território fronteiriçamente determinado.

A raiz étnica é uma característica fundamental na organização social da RGB, bem como no Cubucaré, uma vez que as fronteiras anteriores às “campanhas de pacificação”²⁴ eram organizadas em chãos (*tchons*:c) pertencentes ao grupo étnico que primeiro povoou aquela região (Oliveira et al. 1996; Temudo 1998).

Cada grupo étnico organiza-se em linhagens (*djorçom*: c) constituídas por um grupo de *moranças* descendendo de um mesmo antepassado. Esta linhagem é fundamental para estabelecer relações de solidariedade e reciprocidade, bem como de transmissão de direitos entre indivíduos (Temudo 1998). Desta forma as propriedades são transmitidas por linhagem, deixadas aos descendentes do primeiro a obter o direito sobre aquele terreno.

No caso do Cubucaré, a terra – como já referido anteriormente – encontra-se nas mãos dos Nalú, e portanto todos os grupos étnicos que chegaram posteriormente obtiveram os seus terrenos com a autorização dos Nalú (*donos di tchon*:c), passando o terreno a estar sobre o controlo dos recém chegados, transmitido a partir desse momento pela sua linhagem. Os Nalu proibem a comercialização da terra, contrariamente a outras regiões da Guiné-Bissau segundo os meus informantes, contudo algumas histórias de compra e venda de terreno foram-me relatadas, embora esta prática seja sempre alvo de reprovação social.

“Esta terra é dos Nalú, se um hóspede vem para ficar, ele não vai comprar, eles vão oferecer, se você precisa eles vão ajudar com um espaço para terreno, se for bolanha também vão ajudar com 1, 2 ou 5 parcelas para trabalhar. Pode ir diretamente ao régulo e falar com ele, o régulo chama o chefe da tabanca e o comité, e falam que este é o nosso hóspede. Primeiro o chefe de tabanca e depois o régulo e o comité, que é a autoridade de testemunho. Pode comprar uma ponta e negociar com o régulo, mas para construir casa não se paga. Antigamente não se

²⁴ As campanhas de pacificação foram tentativas de mitigar guerras levadas a cabo por diferentes grupos étnicos no, Cubucaré, a guerra entre Fula e Nalu é a que mais viva memória possui.

comprava terreno. Hoje vende-se porque é o desenvolvimento e nós abrimos os olhos.” (S36 03-04-2016)

Esta autoridade, apesar de ser reconhecida por todos os grupos étnicos, não deixa de ser alvo de discussão pois os recursos ao serem controlados pelos Nalú impossibilitam os outros grupos étnicos de decidir que zona ocupar e usar. Este descontentamento, segundo alguns informantes, tem aumentado devido à procura de terrenos para cultivar caju, “*hoje todo mundo quer ter pomar de caju mas não há terreno*”(S32 01-03-2016). Algumas das estratégias utilizadas segundo Temudo (2009) passam pela utilização do Islão como arma política para retirar poder aos Nalu cuja fonte de legitimação provém dos contractos com os *irãs*²⁵, renovados de tempos a tempos conforme o calendário ritual. Alguns destes rituais são feitos recorrendo a bebidas alcoólicas claramente proibidas pelo Islão. Para além deste fator os grupos étnicos islamizados têm vindo a perder cada vez mais as crenças animistas o que consequentemente produz efeitos na legitimação da manutenção do poder Nalu. A nossa análise dos dados revela que mesmo no seio dos Nalu as crenças animistas e rituais que desta advêm parecem estar a desaparecer gradualmente com as novas gerações.

Para além da estrutura tradicional, o terceiro consultado (comité) é a figura que representa o Estado, uma estrutura que remonta aos tempos da independência. Esta figura assume-se como uma figura a ser respeitada, mas o seu poder comparativamente ao do régulo é inferior, pois apenas serve de testemunha do trespasse de terreno. Esta forma de organização fundiária tem mudado como vimos com alguns elementos da comunidade a procurarem reverter a estrutura tradicional para poderem beneficiar através da comercialização da terra. Contudo, a resistência dos Nalu à comercialização parece permanecer intacta, talvez por esta estrutura estar agregada à sua forma de poder sobre a região. Esta organização fundiária, revela que tanto a estrutura política, económica e religiosa bem como de parentesco está misturada, uma característica de sociedades tradicionais (Meillassoux 1973; Godelier 1976, 1978)

A península do Cubucaré e o seu mosaico de grupos étnicos tornam a região um local extremamente interessante para perceber *in loco* como é que determinados

²⁵ Irãs são espíritos da floresta (entidades mágico-religiosas), capazes de se transformarem em animais selvagens bem como de assumir a forma humana. Estes espíritos são extremamente respeitados, pois podem tirar a vida a uma pessoa ou ser responsáveis por infortúnios nas famílias. Tanto quanto conseguimos apurar existem três tipos de irãs, os do bem, os do mal e os que se encontram no meio, considerados traquinas.

grupos étnicos interagem entre si ao longo dos tempos. Se no passado, como sugerido por Temudo (1998) os Balanta precisavam dos muçulmanos²⁶ com o fim de trocar o seu excedente de arroz por produtos cultivados tradicionalmente por outros grupos (ex.: frutas), hoje, tais relações continuam a existir, mas a relação de interdependência parece ter reduzido consideravelmente.

“Há mais pessoas do que bolanhas, há outras pessoas, como os muçulmanos que não praticam o trabalho da bolanha como nós, eles são as pessoas que cortam mato, mas depois nós vimos os valores do mato e começámos a cortar” (B11 07-02-2016).

O grupo étnico Balanta sempre esteve, segundo a sua história oral, tradicionalmente ligado à produção de arroz de *bolanha* salgada (Carvalho 1949; Temudo 1998, 2009; Sousa et al. 2014), *“os grandes dependiam só da bolanha, todo o tempo eles controlavam o campo. Naquele tempo não havia tanto esforço, porque a água salgada não subia tanto naquele tempo, mas hoje a água aumenta, portanto o trabalho hoje é mais duro”* (B44 15-03-2016). Na verdade os nossos dados sugerem que os inquiridos Balanta são claramente o grupo étnico que mais pratica este sistema de cultivo. Apesar disso, as bolanhas salgadas também estão bastante presentes nos outros grupos étnicos. O processo de construção de uma bolanha é demorado, uma vez que é necessário esperar pelas chuvas com o propósito de apodrecer os troncos e raízes, para que ao fim de dois ou três anos seja possível arrancar a matéria vegetal então decomposta, e levantar os camalhões onde o arroz vai ser inserido (Temudo 1998). A transmissão deste conhecimento é feita através da tradição oral e da prática. A tradição oral permite-lhes acumular histórias e experiências do passado por forma a aprender com elas, algo comum nas sociedades tradicionais e também um elemento de aprendizagem do TEK (Berkes 2008; Howard 2010; Descola 2013). Um exemplo deste processo de aprendizagem foi-me contado por um agricultor Balanta durante um convívio. O informante disse-me que anteriormente, no tempo dos seus pais (antes da luta pela independência) era costume alargar o corte de mangal até às margens do rio para aumentar a zona de cultivo, contudo, esta prática levava a que as marés tivessem o caminho livre até aos diques, exercendo maior erosão sobre estes. Fruto desta lição do passado, os agricultores começaram a deixar uma zona de mangal de cerca de 100 metros entre os diques e as margens dos rios. Esta história ilustra bem o processo de

²⁶ Na categoria de muçulmano podem caber vários grupos étnicos como os Nalu, Sosso, Fula, Mandinga, etc.

aprendizagem do TEK, tal como muitos autores o definem (Aguessy 1977; Davidson-Hunt and Berkes 2003; Pretty and Pilgrim 2010b) que não só protege as culturas orizícolas como também evita o corte por completo da floresta de mangal.

As bolanhas salgadas são um dos pilares que sustentam as comunidades desde os tempos dos seus antepassados. O Cubucaré é muitas vezes referido como o celeiro de arroz da RGB (Temudo 1998, 2009), uma vez que o seu território, segundo os Balanta, possui excelentes condições para a prática do cultivo de arroz em *bolanha salgada*. De facto esta técnica de cultivo é a única capaz de obter produção excedente, ao passo que as outras técnicas de cultivo, como as *bolanhas doces* (*bafon* :c) e arroz de sequeiro (*mpam-mpam* c:) não conseguem igualar a produção da primeira (Temudo 1998). Segundo a autora (1998) esta técnica não tem tanta aceitação no sul como no leste do país, referindo ainda que os poucos produtores de Cantanhez que aderiram a esta técnica, fizeram-no através de incentivos de projetos que pretendiam reduzir os cultivos de sequeiro como forma de preservar as florestas. Contudo a autora (op. cit.:150) sugere que *“a grande quebra de produção a partir do segundo ano- motivada pela invasão de infestantes -, mas também por este sistema de produção”* não permite *“consociação com um sem número de outras espécies, necessárias à alimentação e à economia das famílias”*.

Durante a luta de libertação houve uma redução considerável das bolanhas pois os ataques da aviação portuguesa (e a própria mobilização dos homens para a frente de guerra) provocaram um abandono dos terrenos que segundo os nossos informantes demorou a inverter-se.

“Antes da luta havia muitas bolanhas, mas iniciou-se a luta. No tempo antigo a gente lavrava muito, porque chovia muito, depois na luta, as bolanhas foram abandonadas. No tempo da luta quando os portugueses atacavam a tabanca as gentes mudavam a vida para outro lado. A gente às vezes podia mudar vida para Cuangá , na Cuangá não há bolanhas suficientes para toda a gente. Vê só, aqui a população de Lautchande, somos muitos, quando eles mudaram para outra tabanca, eles não podiam lavrar porque não havia bolanha suficiente. Quando os aviões vinham, a gente fugia das bolanhas para o tarrafe, quando viam uma pessoa na bolanha eles largavam bombas” (B30-01-2016).

Hoje, há mais bolanhas salgadas que outrora, contudo o arroz que dela provem parece já não ser suficiente.

O aumento do número de habitantes da região explica este facto. Mas as dificuldades geradas pela cada vez mais frequente destruição de diques pela subida das marés têm dificultado a vida a muitos produtores. O aparecimento de pragas e os constantes alagamentos das bolanhas pela água salgada dos rios, como as previamente descritas (secção 3.4) também tem contribuído para o descontentamento geral. Este descontentamento e os evidentes resultados materiais que o caju tem trazido às comunidades, tem empurrado os Balanta para outros cultivos (especialmente o caju) que tradicionalmente não eram os seus, contribuindo para o aumento da desflorestação, principalmente se tivermos em conta que os Balanta são o grupo étnico que é numericamente maioritário (Carvalho 1949; Temudo 2009; Sousa et al. 2014).

A introdução de fruticulturas por parte dos Balanta, demonstra uma aprendizagem interétnica com os seus vizinhos Nalu e Sosso, como certo dia me disse um informante “*nós ensinamos a cultivar bolanhas, agora eles ensinam a cultivar hortas (pomares)*” (DC 09-04-2016). Esta é uma conhecida forma pela qual o TEK é apreendido pelas comunidades, ou seja, as chamadas lições de outros locais (Howard 2010) na qual os indivíduos de uma comunidade aprendem a utilizar novas tecnologias, produtos, nomes e ideias, transmitidas por outras comunidades por via da troca e do casamento. De facto o casamento interétnico foi amplamente observado, embora com maior incidência nos casamentos entre os Sosso e os Nalu, motivados talvez pela afinidade religiosa.

No caso dos Sosso e Nalu, a produção deficitária de arroz, motivada em grande parte, no caso das bolanhas de água salgada, pela subida do nível médio das águas dos mares tem exercido força na procura de novas estratégias de sobrevivência. A bolanha salgada, como já referido, implica grandes quantidades de energia na sua preparação, nomeadamente para construir os diques que a protegem da água salgada. *Lanta orike*²⁷ (c) trata-se de uma tarefa extremamente árdua, a qual só é praticada por elementos das *moranças* que tenham atingido a maturidade. O mesmo não acontece na lavoura, onde os Balanta jovens integram as equipas de trabalho e recorrem a instrumentos feitos propositadamente para o seu tamanho (Temudo 1998).

A destruição cada vez mais frequente dos diques e a ausência de mão-de-obra familiar ou dinheiro para a contratação de trabalhadores tem feito com que o abandono

²⁷ *Lanta orike* (levantar o dique) é uma expressão utilizada para a construção de diques que atingem as largas centenas de metros de comprimento, 1/1,5 m de altura e 2,5m de largura.

destas seja cada vez mais frequente. Este processo leva os inquiridos a procurarem alternativas, alguns deles aumentando os seus cultivos de sequeiro (e portanto aumentando significativamente a desflorestação), bem como transitando para a fruticultura na procura de algum rendimento monetário que lhes permita comprar arroz.

Nos tempos antigos, os agricultores detinham uma produção de arroz capaz de fazer face às necessidades anuais, muitas vezes apenas com o arroz proveniente das bolanhas, outras consociando a colheita deste com a de sequeiro. Contudo, hoje verifica-se que há um número cada vez maior de famílias dependentes da compra (e não produção) de arroz para suprimir as necessidades diárias. Hoje essa estratégia passa essencialmente pelo cultivo do caju que permite posteriormente à sua venda, adquirir o arroz. Muitos agricultores confessam que hoje devem voltar para os cultivos de arroz, pois sentem que nos anos em que o preço do caju é baixo, mal conseguem arroz suficiente para alimentar a família toda, pondo em causa a hipótese de uma fome generalizada. Os informantes falam em fome quando a produção de arroz é deficitária, mesmo havendo outros alimentos para consumo como por exemplo o feijão, a mandioca, entre outros, também observado por (Temudo 1998; Casanova et al. 2014; Sousa et al. 2014;).

Segundo os habitantes da região, as florestas de Cantanhez outrora foram enormes, *“havia muito mato, podias andar no mato durante muito tempo, era só mato”* (B6 04-02-2016), na verdade estas florestas conservam umas das mais bem preservadas florestas da África ocidental (Catarino et al., 2012; Casanova et al., 2014). Hoje estas florestas encontram-se divididas, em pequenos fragmentos florestais, uma vez que o corte extensivo criou “ilhas de floresta”. Os tempos que advieram da luta de libertação são apontados como o início do cada vez mais frequente corte de grandes áreas de vegetação.

“No tempo da guerra ninguém cortava o mato. Mas depois da luta as pessoas começaram a cortar mato, agora acabaram com o mato” (Ibidem)

O corte cada vez mais frequente de floresta é motivado essencialmente por um crescimento demográfico acentuado, acompanhado de alterações no sistema produtivo e de subsistência. Este processo não é exclusivo da RGB e tem sido apontado como um dos fatores responsáveis pela perda de biodiversidade nos países apelidados “em

desenvolvimento” (Ninan et al. 2007), embora os processos responsáveis pela perda de biodiversidade não possam ser resumidos a crescimentos demográficos.

O crescimento demográfico no Cubucaré deve as suas causas à migração de grupos étnicos muitas vezes sustentados por redes familiares já estabelecidas na região. O aumento do número de filhos por família é um dos motivos ligados a um aumento da exploração sobre os recursos disponíveis, bem como uma necessidade crescente de força de trabalho. A aceitação dos pomares, especialmente os de caju, como fonte de rendimento por parte dos grupos étnicos muçulmanos e também dos Balanta tem trazido também uma alteração na organização da terra (e até no sistema de propriedade). Se anteriormente os pomares pertenciam ao chefe da morança, hoje cada parente deseja possuir o seu pomar, para fazer face às suas necessidades pessoais. Este fenómeno tem sido apontado como tendo consequências no respeito entre a geração mais nova e os anciãos, uma vez que ao possuírem um terreno, deixam de estar exclusivamente dependentes dos chefes da morança o que pode levar a uma maior predisposição para desafiar as suas ordens.

As populações locais exibem a sua preocupação com a floresta, especialmente os mais velhos, mas simultaneamente afirmam que “*jeito ca tem*” para fazer face às dificuldades da vida.

O desaparecimento de certos animais selvagens (*limarias di mato*: c) é apontado como consequência direta da falta de floresta, uma vez que na visão dos informantes os animais não possuem espaço (floresta) para viver, e ainda pela pressão sobre eles exercida por via da caça. Contudo é de salientar que para alguns habitantes da região os animais não desaparecem enquanto processo de extinção, mas antes migram para outra região, justificação comum para quando deixam de os avistar. Nos grupos étnicos islamizados (e não só) este discurso advém da existência de uma entidade criadora (deus) e não é concebido sequer o desaparecimento de algo criado por essa mesma entidade divina.

Muitos animais outrora abundantes são cada vez mais raramente avistados devido à caça em excesso (os métodos de caça já não são os tradicionais pelo que o poder das armas empregues é bastante superior). Nos tempos anteriores à luta, a caça era feita recorrendo a fundas (*lamparam*: c) e arco e flecha com ajuda de cães treinados para o efeito (DC 13/04/2016). Com a chegada da luta de libertação as armas foram

disseminadas, facilitando a caça. Os tempos que advieram à independência foram marcados por um acréscimo na caça para fazer face ao problema imediato do abandono das bolanhas motivado pelos sucessivos bombardeamentos da aviação portuguesa, destruindo muitos campos de cultivo, o que motivou uma procura de alimentos fora da produção agrícola, aumentando naturalmente a caça. As armas permaneceram com os ex-soldados o que permitiu a continuação da caça até aos dias de hoje. Na verdade muitos filhos de ex-combatentes guardam ainda hoje as armas. Por sua vez, os “lastros” ou armadilhas são frequentemente verificados e apesar de ilegais continuam a ser montados embora não tenham um impacto tão negativo do ponto de vista demográfico na fauna silvestre como é o caso das armas de fogo.

Por outro lado a perda de floresta começa a ser encarada hoje como perda de “valor” assente na ideia passada por ONG’s locais bem como pelas estruturas estatais (IBAP), de que a floresta é uma fonte de riqueza não só de sustento direto à vida, ou seja de relação de dependência com base na segurança alimentar, como também de fonte de riqueza monetária através do ecoturismo que nos últimos anos tem tentado ser implementado na região. Existe um conflito latente nesta visão que opõem as comunidades e aqueles que beneficiam diretamente do ecoturismo pois se por um lado os habitantes referem a importância dos animais selvagens e das florestas para os turistas se deslocarem à região, também é frisado que os ganhos deste negócio não se espalham pelas diferentes aldeias, concentrando-se essencialmente na aldeia que possui um sistema de aldeamento com o propósito de receber turistas.

“Bom, o babuíno é uma coisa que estraga, mas é importante porque está no mato e pode ser importante para as pessoas que vêm de outro país virem ver e filmar, é por isso que nós deixámos os babuínos hoje, os macacos e os chimpanzés, porque podem vir de longe para ver, pois não dá para ver na vossa terra”(B43 14-03-2016).

O valor do mato em termos monetários começa cada vez mais a pesar sobre a forma como os habitantes de Cubucaré encaram as florestas e estes recursos: o caju tem sido o espelho disso mesmo.

Como já referido, a principal fonte de rendimento das famílias guineenses é a castanha de caju mas a produção agrícola estende-se ao arroz e variados cereais, frutas,

criação de gado, pesca e outros produtos florestais, onde se exerce a comercialização essencialmente por economias informais.

A economia guineense está inteiramente dependente da comercialização de caju. Um facto igualmente interessante é que a produção de caju não se organiza em forma de *latifúndios* mas sim em pequenas unidades de produção, correspondentes a agregados familiares (Temudo 1998, 2006; Abreu 2012; Sousa et al. 2014; Banco Mundial 2016, 2010), representando 80% da produção de castanha de caju (BM 2010).

Cantanhez viu os primeiros frutos de caju pela mão dos portugueses, *“Foram as pessoas colonialistas que trouxeram o caju para cá. Eles estavam aqui em Cabo Xanque e Cadique M’ Bitna. Cada tabanca plantava um bocado de caju, em Cabo Chanque e Cadique M’Bitna, naquele tempo as pessoas mais velhas de Cadique M’Bitna, Cadique Nalu encontraram-se em Cadique Maiala para plantar caju”* (B8 07-02-2016). Este caju era chamado à altura caju do Estado, por estar conectado com os colonos.

Antes da guerra de libertação o caju não possuía valor comercial (S14 14-02-2016). Os poucos que tinham caju dedicavam a produção apenas à alimentação da *morança*, embora a sua importância já fosse notada no seio do PAIGC, nomeadamente por Amílcar Cabral. No Manual político do PAIGC composto a partir dos textos e comunicações de Cabral pode ler-se que *“a castanha do caju representa uma riqueza importante e pode vir a pesar bastante na nossa futura balança comercial”* (PAIGC, 1974:76) O futuro veio a confirmar a tese de Amílcar Cabral, contudo talvez não no sentido que este esperara, ou seja, de transformar o país numa enorme mono-cultura de caju completamente dependente dos preços do mercado externo, até porque Cabral defendia a diversificação da agricultura e a rotatividade de culturas agrícolas.

A dependência atual do país face a este cultivo é tão grande que oscilações na cotação internacional da castanha de caju pode gerar-se literalmente uma onda de fome de norte a sul da Guiné-Bissau.

“Eu não estou de acordo com o caju, estou de acordo com coqueiros, laranjas e outras coisas. O caju tem anos que tem preço e anos que não tem preço, traz problemas. O caju traz consequências, antes as pessoas não se interessavam por caju, mas agora quem tem muito caju espera só pela campanha para vender a

castanha, não fazem mais nada. Se têm 2 toneladas de caju ou tem duas toneladas de arroz, então as pessoas reduziram o trabalho de arroz” (S 45 15-03-2016).

A deslocação da força de trabalho para os centros urbanos tem motivado esta ampla adesão ao cultivo de cajueiros, pois nas palavras dos entrevistados o caju “é menos cansativo”, pois apenas é necessário limpar o pomar nos primeiros anos a seguir ao cultivo. Passados quatro anos o pomar começa a render uma produção considerável, com tendência a aumentar progressivamente até se tornar um pomar maduro e paralelamente, a vegetação rasteira, torna-se cada vez mais inexistente ao ponto que a limpeza dos pomares deixar de ser necessária. *“Passados quatro ou cinco anos nada cresce por baixo. Nem sequer ervas tem. Qualquer fruta que plantou perto do caju não dá, eu tenho pomar de laranja, manga, limão e palmeira dendém, mas no pomar de caju, só a manga pode viver perto” (N27 25-02-2016).*

O caju é encarado como um sinal de desenvolvimento e os entrevistados afirmam que as benesses trazidas pela sua venda possibilitam a melhoria de vida. Os comerciantes do caju estabeleceram um autêntico mercado de troca em torno do caju, o que tem aliciado cada vez mais pessoas a aderir a esta prática. Motas, geradores, placas de zinco, telefones e principalmente arroz são usados como moeda de troca pelo caju que é no fundo aquilo que se designa por “cash-crop”. Contudo as quantias de caju a trocar por estes bens variam de ano para ano consoante a cotação do caju no mercado e que é, após fixado o preço internacional, definida pelo Estado guineense. Para além desta variação, os comerciantes baixam ainda mais o preço do caju em Cantanhez sob a desculpa da estrada não se encontrar em condições e portanto torna mais dispendioso o processo de recolha do caju. Para fazer face a esta situação os entrevistados tendem a sentir a necessidade de alargar os seus pomares por forma a fazer face à insegurança trazida por estas irregularidades no preço da castanha de caju. Existe uma clara diferença entre quem possui pomares de caju e aqueles que ainda não possuem, manifestado na forma de confortos materiais como, as motas, os geradores, entre outros bens e principalmente telhados de zinco que são comprados por via destes rendimentos, tornando fácil identificar quem tem cajueiros.

O processo de expansão do caju foi travado durante alguns anos pelos muçulmanos mais velhos que viam o caju como fonte possível de ser transformada em vinho, e como tal, proibiam o seu cultivo no seio familiar. Hoje a aceitação começa a surgir e muitos muçulmanos, até os mais velhos, sentem-se rendidos aos benefícios materiais do caju.

Contudo existe ainda um entrave na sua total liberalização: o sistema tradicional de posse de terra impede o corte desmesurado de áreas florestadas, bem como a pressão do PNFC e seus guardas que impedem o corte de zonas delineadas (*mato reservado*: c). Estas proibições têm sido alvo de discórdias entre alguns grupos étnicos e/ou tabancas bem como as autoridades do PNFC e os donos do chão.

A transmissão do conhecimento sobre o meio ambiente em que se encontram inseridos sempre foi fundamental para os povos que vivem diretamente dependentes dos ecossistemas florestais para sobreviver. Significa a sua total capacidade de resiliência face a adversidades. É também a partir desse conhecimento que se vão construindo novos saberes e novas adaptações.

Os jovens do sexo masculino têm que passar pelo *fanado*, ritual de passagem presente em todos os grupos étnicos, mas com particularidades em cada um deles. No caso dos Nalu o fanado pode significar mais de dois anos em constantes incursões na floresta a fim de compreender e aprender tudo sobre o que os rodeia, ou seja, a natureza. Para além deste ritual, os jovens aprendem as lides diárias através do sistema produtivo e de centralização da mão-de-obra no seio familiar, ajudando os mais velhos e aprendendo com eles.

Têm ocorrido alterações significativas nestes processos nos últimos anos. A disseminação de escolas pelas *tabancas* e a aceitação destas pelos mais velhos como importantes para o desenvolvimento social dos jovens fazem com que estes últimos passem menos tempo nas tarefas diárias, e cujo tempo livre se destine cada vez menos a estas tarefas. As crianças, depois de saírem da escola, entram nos campos para vigiarem os cultivos de espécies invasoras, e os jovens ficam com os trabalhos mais pesados de corte e lavoura, sobrando pouco tempo para a aprendizagem de conhecimentos relacionados com a vida selvagem e com as antigas práticas dos seus pais.

Isto tem sido levantado pelos mais velhos como um grande problema, pois queixam-se que alguns mais novos já não sabem fazer nada como pescar, construir canoas, caçar, e por vezes até mesmo trabalhar na agricultura para além dos pomares, que lhes são aprazíveis devido aos rendimentos daí obtidos.

Todos os fatores aqui descritos parecem empurrar no sentido da monocultura, incentivo monetário, menor esforço e condições específicas dos seus modos de

produção, ajudam a construir a bola de neve que caminha para a cada vez maior destruição da fauna e da flora.

A Guiné-Bissau não pode em algum ponto ser desligada da economia mundial. Aliás, está profundamente dependente dos mercados internacional. Os dados do Banco Mundial são bastante elucidativos a esse ponto ao afirmarem que a produção agrícola diz respeito a 90% das exportações do país, sendo que só a castanha de caju perfaz 98% das receitas de exportação. Esta cultura é a principal fonte de rendimento das famílias guineesas. As pequenas unidades agrícolas produzem 80% da produção anual (Banco Mundial 2016).

Estas unidades de tipo familiar organizam-se em primeiro lugar no seio familiar, ou seja a produção é assumida pelas relações sociais de produção que neste caso recorrem aos meios de produção -entre outros a terra- pertencente à família e mobilizando a força de trabalho no seio do agregado familiar ou seja por lógicas de parentesco (Abreu 2012). Esta forma de *household farm* era tradicionalmente utilizada para fins de subsistência e estava associada habitualmente a categorias de solidariedade, reciprocidade e igualitarismo comunitário, com base no parentesco, na comunidade e na localidade (Meillassoux 1973; Thomas 2009; Bernstein 2010).

É extremamente interessante que no caso guineense estas lógicas pareçam estar ainda fortemente presentes, mas com a exceção - que não pode ser menosprezada, muito pelo contrário - de existir uma parte da produção que é destinada ao mercado. Algo que não é exclusivo da Guiné-Bissau (Kathirithamby-Wells 2005; Berkes 2008; Anderson 2010; Bernstein 2010)

Vimos portanto que as comunidades locais estudadas de Cantanhez possuem como a maioria das sociedades tradicionais (Harmon et al. 2010) uma relação próxima com a terra e o território que ocupam em geral, constituindo-se como o cerne da sua identidade, estando diretamente relacionado com a sua cultura, língua e história, como tal espelhada no modo de vida da população. O sistema produtivo é fundamental para compreender esta relação, uma vez que como vimos, a base económica, sendo a agricultura, a pesca e a caça revela a interação deste povo com o seu meio ambiente circundante. A organização da força de trabalho para fazer face às necessidades produtivas, rege-se em grande medida por normas de parentesco (descritas no capítulo 3.1), contudo verifica-se em alguns casos trabalhadores assalariados, particularmente na

reconstrução de bolanhas salgadas e basfonds, inclusivamente na contratação de balantas para darem apoio técnico a bolanhas pertencentes a outras etnias. Esta prática tem sido associada, segundo os nossos informantes, ao cultivo de caju que ao permitir algum rendimento monetário, permite este tipo de contratação, levando-nos a crer que pode estar a aumentar se tivermos em conta o aumento generalizado de pomares de caju na região.

A relação destas comunidades com o meio ambiente circundante tem sido alvo de mudanças ao longo do tempo. Nos tempos que antecederam a luta de libertação as florestas eram olhadas como grandes polos de vida, essenciais à subsistência das comunidades, mas também como espaços sagrados, havendo zonas específicas delimitadas onde a caça e o corte de floresta entre outras atividades de pressão humana sobre a fauna e a flora eram interditas (Temudo 1998, 2009). Segundo os meus informantes que participaram na luta de libertação, por vezes estas regras tradicionais, bem como os tabus religiosos (no caso da alimentação) eram infringidos, uma vez que se tratava de uma situação de vida ou morte. Os anos que sucederam a luta de libertação foram mais agressivos do ponto de vista da fauna e flora, a disseminação das armas durante os anos da guerra aumentou substancialmente a caça, como vimos anteriormente. A ausência de mecanismos de controlo, possibilitava ainda a criação de rotas de caça para consequente comercialização da mesma, sobretudo na capital. A caça tem neste ponto um aspeto diferente do anterior, a comercialização da mesma, ou por outras palavras, o início da sua mercantilização²⁸ que hoje é identificado como a atividade responsável pelo quase desaparecimento de certas espécies de animais selvagens.

As florestas nesta altura eram também elas muito maiores que as atualmente existentes, a inexistência de monoculturas como o Caju ajudavam a que as mesmas fossem preservadas. O aumento populacional também contribuiu em certa medida para o agravamento da pressão sobre a terra, mas nunca este pode ser considerado o fator determinante da transformação da paisagem na região.

O mercado do caju foi e continua a ser a meu ver, o principal agente de mudança na região, e sem dúvida um elemento à compreensão dos impactos da economia capitalista nas sociedades tradicionais. Os impactos deste cultivo na economia

²⁸ Importa referir que a caça para efeitos comerciais já existia, obtive vários testemunhos de antigos caçadores que eram pagos à peça pelos militares portugueses aquartelados em Cabedu.

local são assustadoramente grandes, influenciando todos os aspetos da vida social. Como vimos anteriormente, o caju é responsável por a) mudanças na economia agrária, levando ao abandono de certos cultivos em detrimento deste, b) conflitos de parentesco, devido á crescente intenção de cada homem da unidade familiar (*morança* :c) desejar possuir o seu pomar, c) destruição da fauna e flora pela desflorestação necessária ao seu cultivo, d) mercantilização da natureza, no sentido em que a terra é cada vez mais um bem mais valioso, pois atualmente esta não abunda e cada vez mais segmentos da população querem alargar as suas plantações ou iniciar novas, que apesar da proibição de venda, é hoje cada vez mais, alvo de discussão, e) dependência do exterior, uma vez que os preços da castanha obedecem a quotas de mercado, sendo o seu preço variável e portanto pondo em causa o rendimento das famílias.

5 Considerações finais

Atualmente, dois biliões de pessoas vivem num sistema político e económico dominante que não sustentável do ponto de vista ambiental e que destrói os próprios ecossistemas onde os seres humanos estão inseridos (Howard 2010). Como se sabe, estes ecossistemas têm sido ameaçados por diversos fatores, desde o aquecimento global, perda de biodiversidade por via de práticas de desflorestação, espécies invasivas, poluição e avanço do capitalismo sob a forma de expansão do sistema de produção global agroindustrial (Berkes 2008; Bernstein 2010; Howard 2010; Casanova 2016). Quando nos propusemos a responder à questão de partida (Como tem mudado o quotidiano das populações rurais na sua relação com o meio-ambiente no Cubucaré) levávamos como premissa a ideia de que evidentemente deveria ter ocorrido alguma mudança pois, a bibliografia mostra que um pouco por todo o mundo os processos de alteração dos modos de vida por via de impactos externos tem sido cada vez mais acelerados (Davidson-Hunt and Berkes 2003; Berkes 2008; Howard 2010; Pretty and Pilgrim 2010a)

O sistema produtivo instalado no Cubucaré, por ter quase todo o seu peso na agricultura, torna fundamental a sua compreensão para entendermos as lógicas de alteração no meio ambiente circundante. Como vimos ao longo da dissertação o sistema produtivo das comunidades locais de Cantanhez continua a basear-se na agricultura, sendo que outras profissões encontradas, como alfaiates, mecânicos, entre outras, são

consideradas segundas profissões. As suas técnicas de produção agrícola continuam assentes em modelos tradicionais baseados na força motriz humana, uma vez que a existência de máquinas ou tração animal é quase inexistente.

As bolanhas doces e salgadas constituem-se como um dos pontos-chaves à compreensão da mudança no seu quotidiano. O seu abandono pelas razões já evidenciadas no presente trabalho (falta de mão-de-obra e subida das águas do mar) provocou um aumento dos cultivos de sequeiro para colmatar a fraca produção de arroz. Contudo, estes cultivos de sequeiro constituem-se como uma prática danosa para a floresta, uma vez que implicam o corte e queimada de áreas consideráveis de floresta e, portanto, de diminuição da precipitação, o que é prejudicial para as colheitas agrícolas e para as comunidades que delas dependem diretamente. Outrora, estes cultivos eram rotativos e, portanto, o terreno após ser cultivado dois anos era deixado em pousio, voltando a vegetação a crescer naquela zona. Hoje, tal técnica é mais difícil de ser aplicada, uma vez que as zonas disponíveis ao corte estão cada vez mais reduzidas por efeitos do aumento da população e da conservação levada a cabo pelo PNFC. Tal leva os agricultores a cultivarem mais anos no mesmo local de pousio, sobrecarregando a zona em questão e obtendo menos rendimentos.

O caju como (mono)-cultura de exportação veio substituir a banana, mas desta vez com uma intensidade muito maior, revelando-se um problema pois as áreas desmatadas para o efeito são extremamente grandes. A situação torna-se particularmente mais grave por se tratar de uma espécie que se cultiva de forma extensiva, pois a consociação de outras espécies não é possível (Catarino et al. 2012; Sousa et al. 2014).

O surgimento de algum tipo de praga do caju seria catastrófico para a RGB. Por sua vez, a produção deficitária de arroz tem contribuído em muito para a disseminação do caju, e em alguns casos chegam a existir agricultores que deixam o trabalho das bolanhas salgadas e reduzem a produção de arroz de sequeiro, esperando pela altura do caju para obter o arroz necessário ao ano (após a venda do caju) pois o trabalho num pomar de caju é muito inferior comparativamente ao trabalho que se tem que investir numa bolanha salgada. Esta prática generalizada pelo país pode ser extremamente perigosa, uma vez que desvalorizações nas cotações do caju influenciam diretamente toda a economia familiar de quem estiver dependente do caju. Qualquer comunidade está mais vulnerável à insegurança alimentar, à fome e à miséria quando

aposta todo o seu esforço numa só cultura não diversificando as suas fontes de alimento e de rendimento. Vários inquiridos afirmam que ao longo dos anos os preços do caju têm variado muito ao ponto de no que apelidam de “maus anos” chegarem a trocar dois quilos de caju por um quilo de arroz e nos “melhores anos” a trocar um quilo por um quilo. A insegurança alimentar e de rendimentos trazida por esta variação nos preços faz com que os inquiridos, numa estratégia para salvaguardar a sua segurança alimentar, tendam a aumentar anualmente a área de cultivo desflorestando ainda mais os fragmentos florestais já de si isolados e pequenos. Para contribuir ainda mais para ao alargamento destas áreas de cultivo os jovens querem cada um ter o seu próprio pomar para poderem usufruir obter um melhor bem-estar material.

O exemplo da Guiné é paradigmático, por um lado a produção para consumo direto continua a ser o maior meio de subsistência rural, contudo a produção de caju destinada ao mercado coexiste, como uma forma de atingir melhor conforto social traduzido em recursos materiais, como referido por um entrevistado que tinha caju: *“nós compramos arroz, pagamos a escola aos nossos filhos, compro roupa para as minhas mulheres e se estou doente com aquele dinheiro (do caju) vou para o hospital”* (S30 03-03-2016).

Tal significou uma grande alteração na estrutura agrária comparativamente a algumas décadas atrás, onde os pomares (coleiras, mangueiras, bananeiras) pertenciam ao chefe da família e os filhos apenas ajudavam, como parte integrante da força de trabalho da morança, hoje havendo membros jovens das moranças que possuem ou desejam possuir o seu próprio pomar, como forma de obterem alguma independência financeira e por consequência satisfazer as suas necessidades materiais, que se revelam na maior parte das vezes na forma de bens como motas, telemóveis, painéis solares, entre outras coisas. Os habitantes da região vêm ainda responsabilidades no crescimento demográfico para a grande redução do coberto vegetal da região. Estas alterações começaram sobretudo nos anos 80 com os ajustamentos estruturais do FMI (Temudo 2009) que apoiadas pelo governo de Nino Vieira incentivaram largos segmentos da população a aderirem a esta cultura. Contudo, a sua disseminação foi atrasada, como vimos pelo grande número de muçulmanos na região. O facto do fruto do caju poder ser transformado em vinho, fazia com que os mais velhos tentassem impedir os membros mais novos das moranças de o cultivar.

O valor do uso das florestas apesar de continuar a ser o mais importante deixou de ser o único: o valor do dinheiro, por via da mercantilização da floresta, constitui-se hoje como um processo em rápida expansão na região, espelhado nas narrativas e modos de vida. O “*mato tem valor*” deixou de ser apenas devido ao facto de “*o mato dar tudo*” (S31 01-03-2016) e passou a ser também porque “*é no mato que vivem os animais que os turistas querem ver*” (*ibidem*) e é no “*mato que cultivamos caju*” (B23 22-02-2016). Narrativas como estas, evidenciam uma forma de mercantilização da natureza e constituem-se como elementos diferentes para as populações locais do Cubucaré, alienando-os da terra enquanto parte fundamental do sistema produtivo, a sua cultura, e dando-lhe em vez disso um valor económico (Manji 2006) – no sentido “ocidental”, ou seja monetário.

As visões das populações locais face ao ambiente circundante são um importante motor de conhecimento para a delineação de estratégias de conservação (Costa 2010). A articulação do conhecimento científico ocidental e o conhecimento tradicional que as populações locais têm acerca do seu ambiente circundante, pode ser fundamental para a elaboração de planos sustentáveis, longes do aprisionamento das monoculturas por sua vez estas reféns dos mercados internacionais. Apesar da cada vez mais frequente narrativa “ocidental” sobre a importância da floresta para o turismo, ainda se mantém uma visão tradicional que é diferente da inerente às categorias “ocidentais”. Conservada pela tradição oral que remonta aos tempos anteriores à luta de libertação, os habitantes da região continuam a encarar a floresta como essencial à vida, sabendo que sem a fauna e a flora estão condenados à fome e à miséria, não obstante a isto, consideram bastante difícil encarar o seu desaparecimento na totalidade.

As narrativas sobre a importância da floresta e de tudo o que nela vive carregam tradições de conservação da natureza são organizadas por práticas culturais e sistemas de crenças, que não impossibilitam em nada os cultivos dos solos, mas sim a sua regeneração após os cultivos, contrariamente à ideia “ocidental” frequente de que a conservação exige ambientes intocáveis pela espécie humana (Ninan et al. 2007). Os cultivos em pousio que eram amplamente utilizados no passado, são um exemplo disso, pois permitiam o crescimento da floresta, ainda que não no seu estado primário. Esta prática é hoje cada vez mais reduzida pois os terrenos interditos pela criação do parque, bem como o aumento demográfico e inerente ocupação de terras, levaram a que os

pousios tenham reduzido em tempo de intervalo, impossibilitando o coberto vegetal de se rejuvenescer. Uma situação que parece ter entrado numa bola de neve.

Preservar as florestas do Cubucaré, é também preservar um povo e os seus grupos étnicos, em suma as suas culturas. Mas cabe apenas aos habitantes do Cubucaré decidir sobre o seu próprio destino e sobre a forma como querem ver chegar o que chamam de “desenvolvimento”.

Este estudo permitiu-nos compreender que a alteração nos modos de vida das comunidades de Cantanhez tem mudado, e com ela, também a forma como estas encaram o meio ambiente circundante, mesmo que de forma introdutória. As conclusões atrás apresentadas, levam-nos a crer que podemos de facto falar numa transformação significativa nas suas estratégias de resiliência, que a cada dia que passa se tornam mais danosas para as florestas onde habitam. Contudo para compreender estas sociedades, maioritariamente regidas por lógicas tradicionais de religião e parentesco (Godelier 1976) não podemos, ou pelo menos não devemos isolá-la da conjuntura económica mundial. Este estudo, ainda que muito limitado, serviu de ilustração à forma de como os habitantes de Cubucaré estão cada vez mais dependentes do mundo exterior, ainda que muitas vezes não o percebam e de como o sistema capitalista ainda que sem as suas estruturas características das sociedades industriais e pós-industriais se manifesta na região. Afinal de contas, as lógicas da mercantilização da floresta, bem como do cultivo extensivo de monoculturas com destino ao mercado de exportação não podem ser desconsideradas. Estas são, na minha opinião, uma das mais perigosas lógicas para a manutenção dos seus ecossistemas, e também ela, uma clara prova da evidência de que sociedades tradicionais, por mais isoladas que estejam, não estão isentas da influência da ideologia dominante e de um pensamento que se quer único.

Torna-se essencial como projeto de futuro, um estudo que aborde o conhecimento e as visões do meio ambiente circundante, estudo que permitirá compreender a velocidade avassaladora de transformação no conhecimento local bem como aspirações e desejos da juventude em comparação com os homens *grandes*.

Bibliografia

Abreu, A., 2012. Migração e diferenciação de classes na Guiné-Bissau rural. E-Cad. Ces. doi:10.4000/eces.955

Aguessy, H., 1977. Visões e Percepções Tradicionais, in: Introdução À Cultura Africana. Edições 70, Lisboa, pp. 95–137.

Altieri, M.A., 1993. Ethnoscience and biodiversity: key elements in the design of sustainable pest management systems for small farmers in developing countries. Agric. Ecosyst. Environ., Agriculture and the environment 46, 257–272. doi:10.1016/0167-8809(93)90029-O

Anderson, E.N., 2010. Food Cultures: Linking People to Landscapes, in: Nature and Culture: Rebuilding Lost Connections. Earthscan, London, pp. 185–194.

Banco Mundial, 2016. Guiné-Bissau [WWW Document]. URL <http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau> (accessed 7.4.16).

Banco Mundial, 2010. Estudo do Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional.

Bennett, J.W., 1976. The Ecological Transition: Cultural Anthropology and Human Adaptation. Pergamon Press Inc., New York.

Berkes, F., 2008. Sacred Ecology. Routledge.

Berkes, F., Colding, J., Folke, C., 2010. Introduction, in: Rediscovery Traditional Ecological Knowledge. Cambridge University Press, USA, pp. 1–31.

Bernstein, H., 2010. Class Dynamics of Agrarian Change. Fernwood, Canada.

Carvalho, P.G. de, 1949. Nota sobre a distribuição e história dos povos da área do posto de Bedanda. Bol. Cult. Guiné Port. IV, 307–318.

Casanova, C., 2016. Serão os não humanos os ultimos “outros” na Antropologia? Representações sobre a superioridade humana. Trab. Antropol. E Etnologia 106–134.

Casanova, C., Sousa, C., Costa, S., 2014. Are Animals and Forests Forever? Perceptions of Wildlife at Cantanhez Forest National Park, Guinea-Bissau, in: Special Issue on Environmental Anthropology. Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 69–104.

Catarino, L., Cassamá, V., Vasconcelos, M., Temudo, M., 2012. As Florestas do Cantanhez (Guiné-Bissau)- Vegetação, alterações do coberto do solo e utilização dos recursos naturais. *Ecologi@* 4, 43–58.

Cortés, J.L.V., 2014. Between Human and Non-human: Between Nature and Culture, in: Special Issue on Environmental Anthropology. Sociedade de Geografia de Lisboa, pp. 14–25.

Crang, M., Cook, I., 2007. Doing ethnographies. SAGE Publications Ltd, London.

Davidson-Hunt, I.J., Berkes, F., 2003. Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective, in: Navigating Social-Ecological Systems: Building Resilience for Complexity and Change. Cambridge University Press, USA, pp. 34–53.

Descola, P., 2013. The Ecology of Others. Prickly Paradigm Press, Chicago.

Descola, P., Pálsson, G., 1992. Introduction, in: Nature and Society. Routledge, London, pp. 1–21.

Evans-Pritchard, E.E., 1972. Antropologia Social. Edições 70, Lisboa.

Featherstone, M., 1990. Moderno e Pós Moderno: definições e interpretações sociológicas. *Sociol. Probl. E Práticas* 93–105.

Foladori, G., Taks, J., 2004. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana* 10, 323–348. doi:10.1590/S0104-93132004000200004

Gausset, Q., Whyte, M., 2005. Introduction, in: Beyond Territory and Scarcity: Exploring Conflicts over Natural Resources Management. Nordiska Afrikainstitutet, Estocolmo, pp. 7–26.

Godelier, M., 1978. Infrastructures, Societies, and History. *Curr. Anthropol.* 19, 763–771.

Godelier, M., 1976. Sobre as Sociedades Pré-Capitalistas. Seara Nova, Lisboa.

Gómez-Baggethun, E., Groot, R. de, Lomas, P., Montes, C., 2010. The history of ecosystem services in economic theory and practice: From early notions to markets and payment schemes. *Ecol. Econ.* 1209–1218.

Harmon, D., Woodley, E., Loh, J., 2010. Measuring Status and Trends in Biological and Cultural Diversity, in: *Nature and Culture: Rebuilding Lost Connections*. Earthscan, London, pp. 41–62.

Hartley, D., 2016. Anthropocene, Capitalocene, and the Problem of Culture, in: *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. PM Press, Oakland, p. 154.165.

Harvey, D., 2010. *The Enigma of Capital: and the Crises of Capitalism*. Profile Books, London.

Harvey, D., 2005. *A Produção Capitalista do Espaço*. Annablume, São Paulo.

Howard, P.L., 2010. Culture and Agrobiodiversity: Understanding the Links, in: *Nature and Culture: Rebuilding Lost Connections*. Earthscan, London, pp. 185–196.

Ianni, O., 1994. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais, in: *A Sociedade Global*. Civilização Brasileira, pp. 147–163.

Kathirithamby-Wells, J., 2005. *Nature and Nation: Forests and Development in Peninsular Malaysia*, *Man & Nature in Asia*. NIAS Press, Copenhagen.

Lalonde, A., 1993. African Indigenous Knowledge and its Relevance to Sustainable Development, in: *Traditional Ecological Knowledge: Concepts and Cases*. International Development Research Centre, Ontario, pp. 55–63.

Levi-Strauss, C., 1962. *O Pensamento Selvagem*, 8^a. ed. Papirus Editora.

Manji, A., 2006. *The Politics of Land Reform in Africa: From Communal Tenure to Free Markets*. Zed Books, London.

Marx, K., 1859. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 2^a. ed. Expressão Popular, São Paulo.

Meillassoux, C., 1973. The social organisation of the peasantry: The economic basis of Kinshi. *J. Peasant Stud.* 1, 81–90.

Misoczky, M., Böhm, S., 2012. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cad EBAPEBR* 10, 548–568.

Moore, J., 2016a. The Rise of Cheap Nature, in: *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. PM Press, Oakland, pp. 78–115.

Moore, J., 2016b. Introduction, in: *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. PM Press, Oakland, pp. 1–11.

Nakashima, D.J., 1998. Conceptualizing nature, the cultural context of resource management. *Nat. Resour.* 32, 8–22.

Ninan, K.N., Jyothis, S., Babu, P., Ramakrishnappa, V., 2007. *The Economics of Biodiversity Conservation: Valuation in Tropical Forest Ecosystems*. Earthscan, London.

Oliveira, O.B. de, Havik, P.J., Schiefer, U., 1996. Armazenamento tradicional na Guiné-Bissau. Produtos, sementes e celeiros utilizados pelas etnias na Guiné-Bissau: Fascículo 1, Beafada; Fascículo 2, Mandinga; Fascículo 3, Nalú; Fascículo 4, Balante; Fascículo 5, Fula de Quebo. np, Bissau, Lisboa, Münster.

Orlove, B., Brush, S.B., 1996. *Anthropology and the Conservation of Biodiversity* (SSRN Scholarly Paper No. ID 2231669). Social Science Research Network, Rochester, NY.

PAIGC, 1974. *Manual Político do P.A.I.G.C.* Edições Maria da Fonte, Lisboa.

Powell, C., 2016. Revitalizing the Ethnosphere: Global Society, Ethnodiversity, and the Stakes of Cultural Genocide. *Genocide Stud. Prev. Int. J.* 10. doi:<p><http://dx.doi.org/10.5038/1911-9933.10.1.1364></p>

Pretty, J., Pilgrim, S., 2010a. Nature and Culture: Looking to the Future for Human-Environment Systems, in: *Nature and Culture: Rebuilding Lost Connections*. Earthscan, London, pp. 257–267.

Pretty, J., Pilgrim, S., 2010b. Nature and Culture: An Introduction, in: Nature and Culture: Rebuilding Lost Connections. Earthscan, London, pp. 257–267.

Rist, G., 2008. Development as a Buzzword. *Dev. Pract.* 17, 485–491.

Robertson, R., 1999. Globalização: teoria social e cultura global. Vozes, Petropolis.

Schmidt, L., 1999. Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. *Análise Soc.* XXXIV, 175–210.

Sousa, J., Dabo, A., Luz, A., 2014. Changing elderly and changing youth: Knowledge exchange and labour allocation in a village of southern Guinea-Bissau. *Future Agric. Working Paper* 081.

Costa, S. G., 2010. Social Perceptions of Nonhumans in Tombali (Guinea-Bissau, West Africa): a contribution to chimpanzee (*Pan troglodytes verus*) conservation (PhD). University of Stirling.

Temudo, M., 1998. Inovação e Mudança em Sociedades Rurais Africanas: Gestão de Recursos Naturais, Saber Local e Instituições de Desenvolvimento Induzido Estudo de caso na Guiné-Bissau. Volume 1. Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.

Temudo, M.P., 2009. A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. *Etnográfica Rev. Cent. Em Rede Investig. Em Antropol.* 237–264. doi:10.4000/etnografica.1341

Temudo, M.P., 2006. Cultura, agri-cultura e cultura política no sul da Guiné-Bissau. *Lusotopie* 127–154.

Thomas, W.H., 2009. The forest stewards initiative: A new institution for safeguarding traditional ecological knowledge in Papua New Guinea. *J. R. Soc. N. Z.* 4, 187–191.

Waters, M., 2002. Globalização. Celta, Oeiras.

Anexos

Anexo I - Guião de entrevista semiestruturada

Bloco I

- 1- Que idade tens?
- 2- Onde nasceste?
- 3- Qual o teu grupo étnico?
- 4- Qual a tua religião?
- 5- És casado?
 - a) Quantas mulheres?
- 6- Quantas pessoas vivem na tua morança?
- 7- Tens família fora de África (*terra branco*)?
- 8- Quais são as tuas atividades diárias?
 - a) E as da tua família?
- 9- O que faziam os teus antepassados para viver?

Bloco II

- 1- O que tiras do mato?
- 2- O que dá o mato?
- 3- Como estava o mato antes da luta?
 - a) E como estava o mato depois da luta?
- 4- Como está o mato hoje?

Bloco III

- 1- O que plantas no tempo seco?
- 2- O que plantas no tempo da chuva?
- 3- Quem te ensinou a trabalhar?
 - a) Como trabalhavam os teus antepassados?

Bloco IV

- 1- Quantas vezes comes por dia no tempo da chuva?
- 2- Quantas vezes comes por dia no tempo secam?
- 3- O que comes no tempo da chuva?

- 4- O que comes no tempo seco?
- 5- Onde obténs a comida?
 - a) Quais são pagos, quais são trocados e quais recolhes diretamente do mato ou dos *lugares*?
 - b) Sempre foi assim desde o tempo da luta?
- 6- Quem te deu o terreno que cultivas?
 - a) Quem dá terreno a um hóspede?
 - b) Sempre foi assim desde o tempo da luta?
- 7- Quais são os alimentos que não podes comer?
- 8- Qual é o alimento mais importante?
- 9- O preço dos alimentos tem aumentado?
- 10- Quais são os perigos que destroem as colheitas?

Bloco V

- 1- Hoje há mais bolanhas?
- 2- Hoje há mais pomares?
- 3- Hoje há mais cajueiros?

Bloco VI

- 1- As hortas de caju são importantes para ti e para a tua família?
 - a) E para a Guiné-Bissau?
- 2- Precisas do caju para viver?
- 3- Como negoceias e vendes o caju?
- 4- O que fazes com o dinheiro do caju?
- 5- Todos os anos vendes o caju?
- 6- O preço do caju em relação ao arroz é justo?
- 7- Que quantidade produz a tua horta de caju?
- 8- Ficas com alguma parte da produção para ti?
- 9- Quem te motivou a cultivar caju?
- 10- Os teus familiares já o faziam antes de ti?

Bloco VII

- 1- Quais destes bens tens?
 - a) Telhado de zinco;

- b) Radio;
 - c) Televisão;
 - d) Bicicleta;
 - e) Mota;
 - f) Telemóvel;
 - g) Luz de mão (lanterna);
 - h) Gerador;
 - i) Paine solar;
- 2- Porque não tens os outros?

Bloco VIII

- 1- O que significa o dinheiro para ti?
- 2- Sempre usaste dinheiro nos sítios onde viveste, ou trocavas alimento por alimento?

Anexo IV- Gráficos Atlas.ti

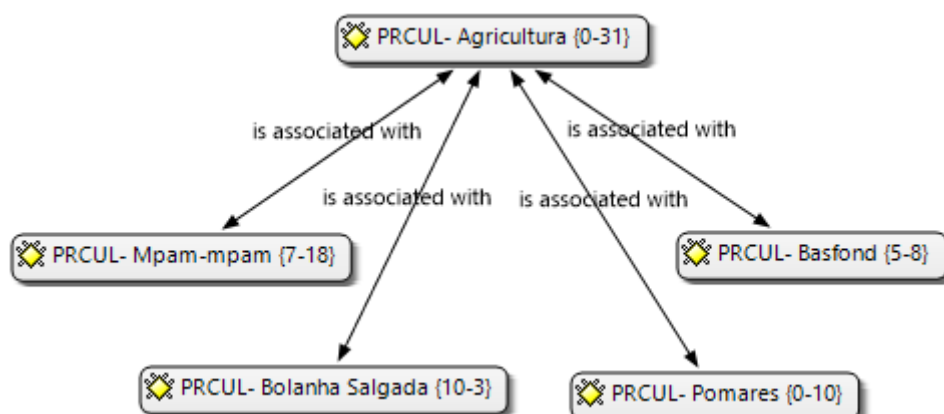


Gráfico 11- Principais técnicas de cultivo segundo os inquiridos dos três grupos étnicos

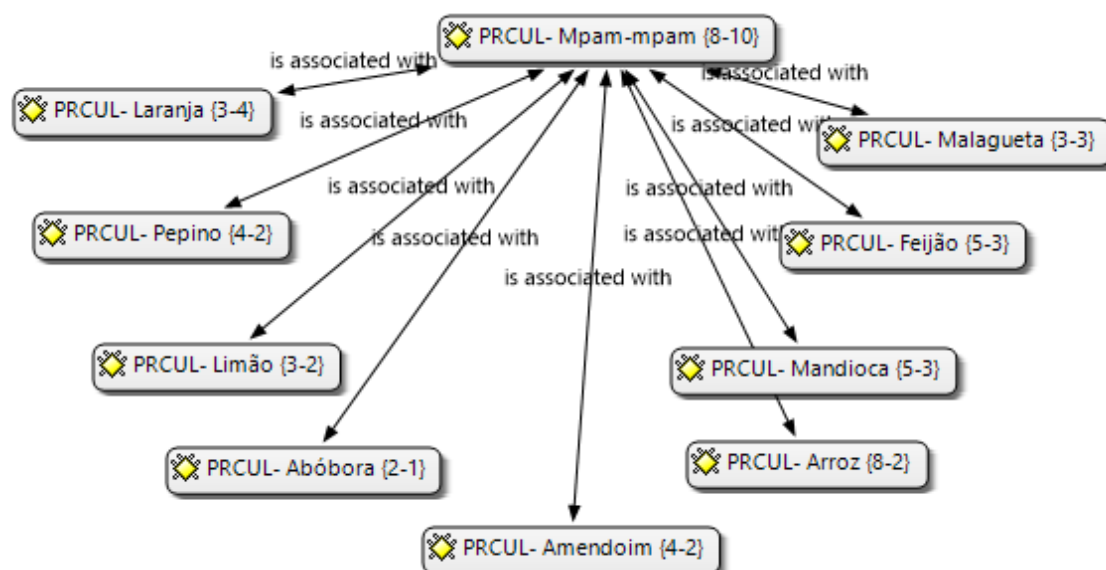


Gráfico 12- Principais cultivos de sequeiro segundo os inquiridos do grupo étnico Sosso

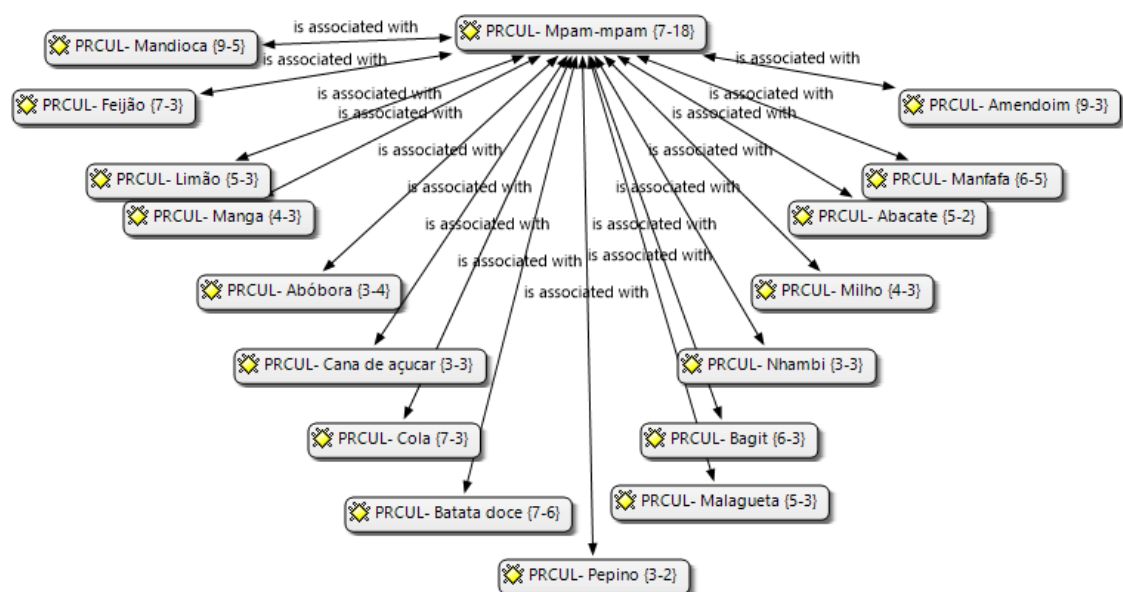


Gráfico 13- Principais cultivos de sequeiro segundo os inquiridos do grupo étnico Nalu

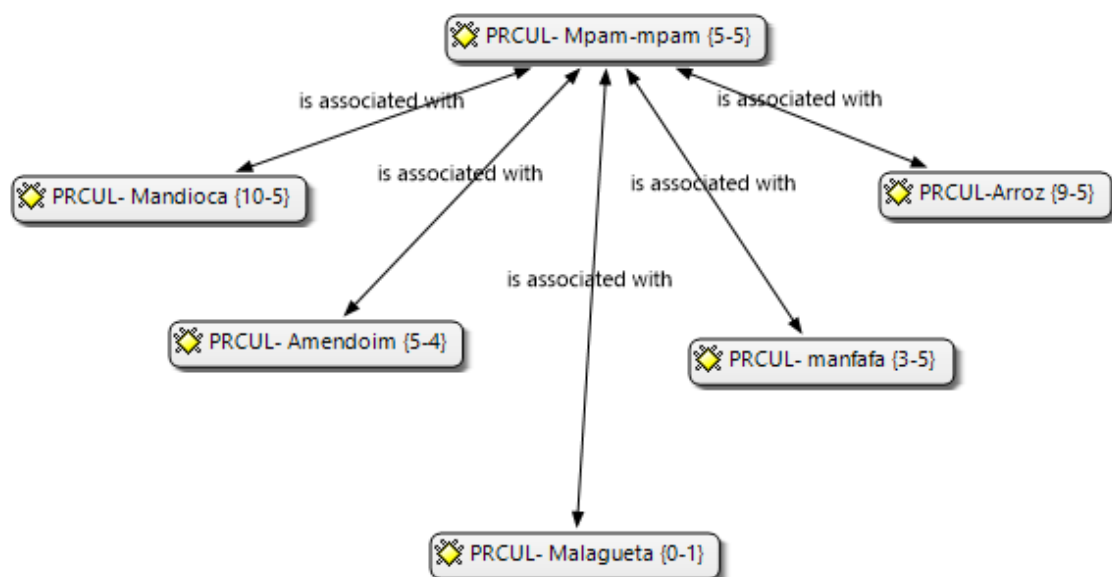


Gráfico 14- Principais cultivos de sequeiro segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

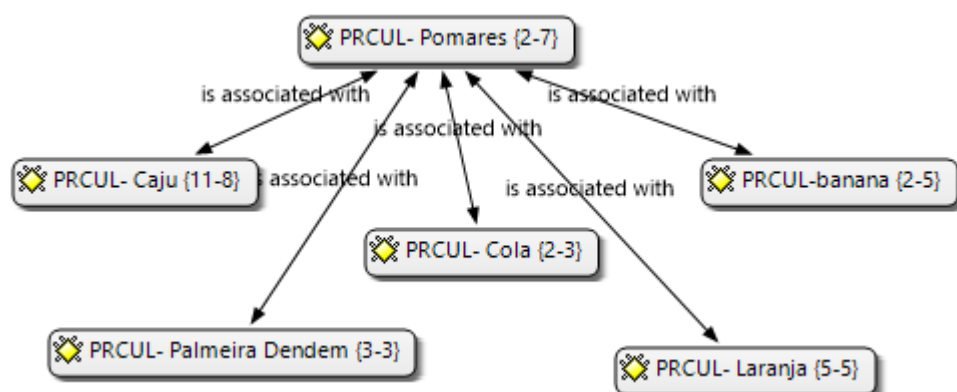


Gráfico 15- Espécies cultivadas nos pomares de segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

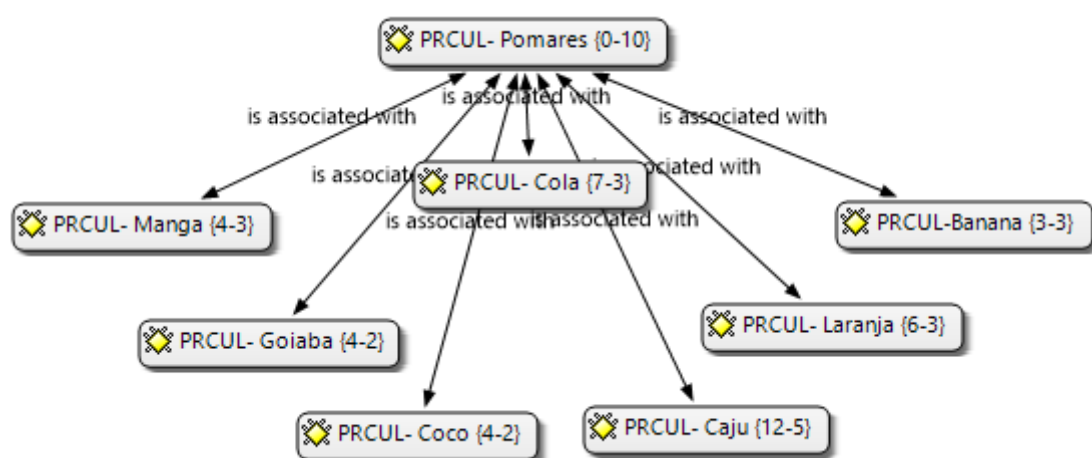


Gráfico 16- Espécies cultivadas nos pomares segundo o grupo étnico Nalu

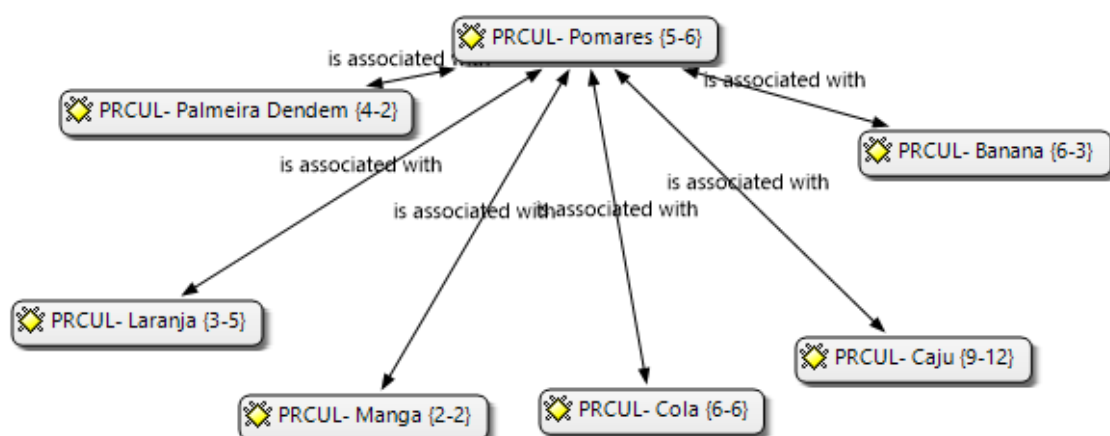


Gráfico 17- Espécies cultivadas nos pomares segundo os inquiridos do grupo étnico Sosso

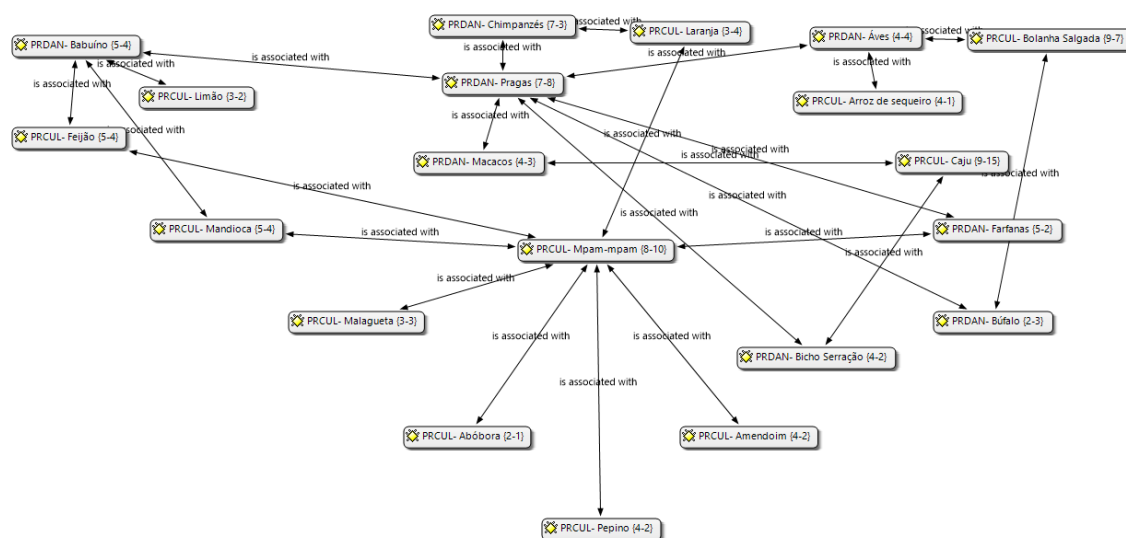


Gráfico 18- Pragas segundo os inquiridos dos 3 grupos étnicos

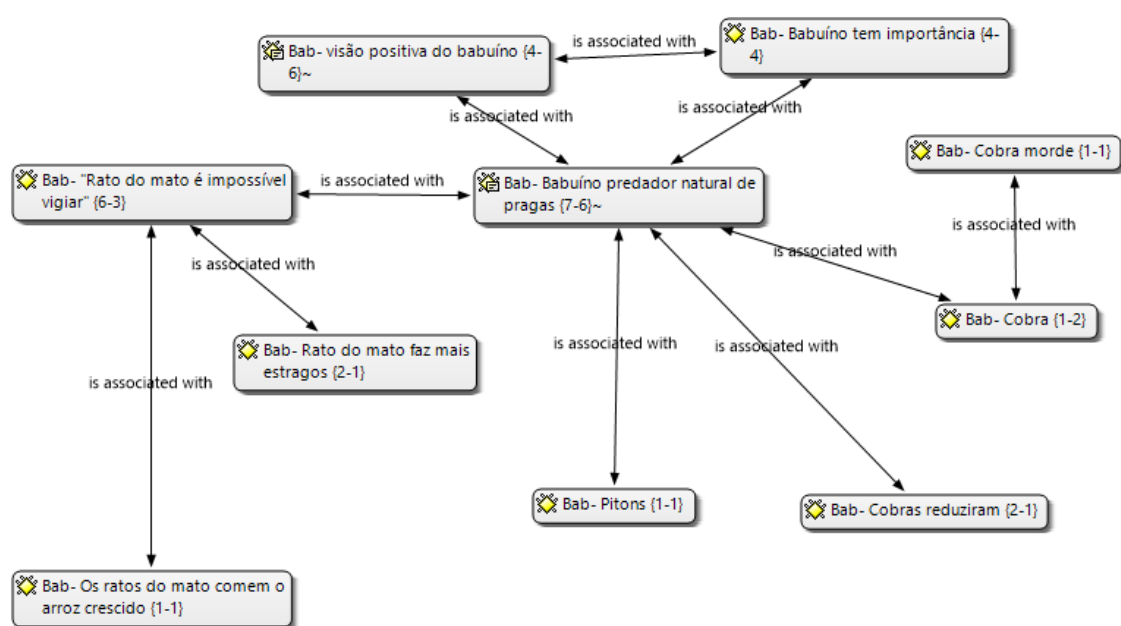


Gráfico 19- Babuíno predador natural de pragas segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

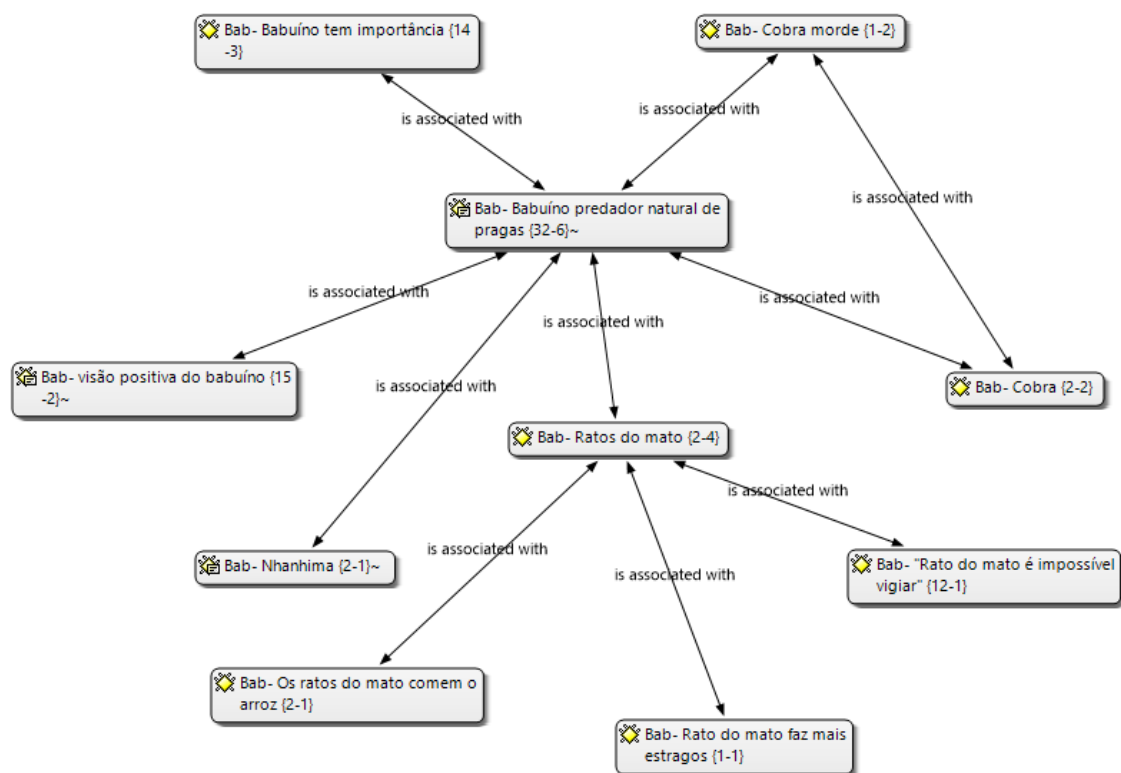


Gráfico 20- Babuíno predador natural de pragas segundo os inquiridos do grupo étnico Nalu

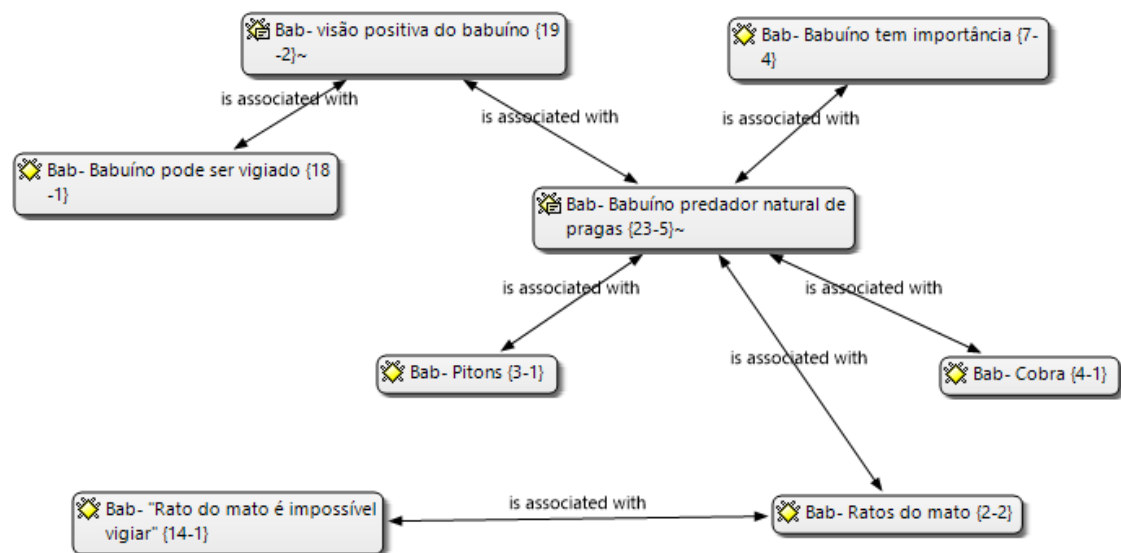


Gráfico 21- Babuíno predador natural de pragas segundo os inquiridos do grupo étnico Sosso

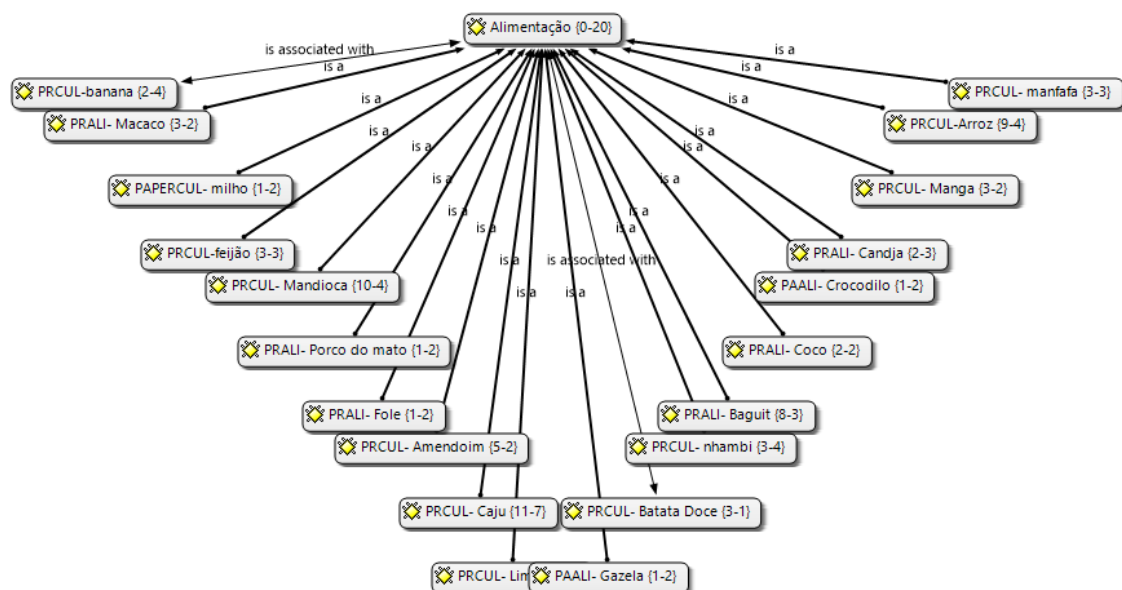


Gráfico 22- Alimentação segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

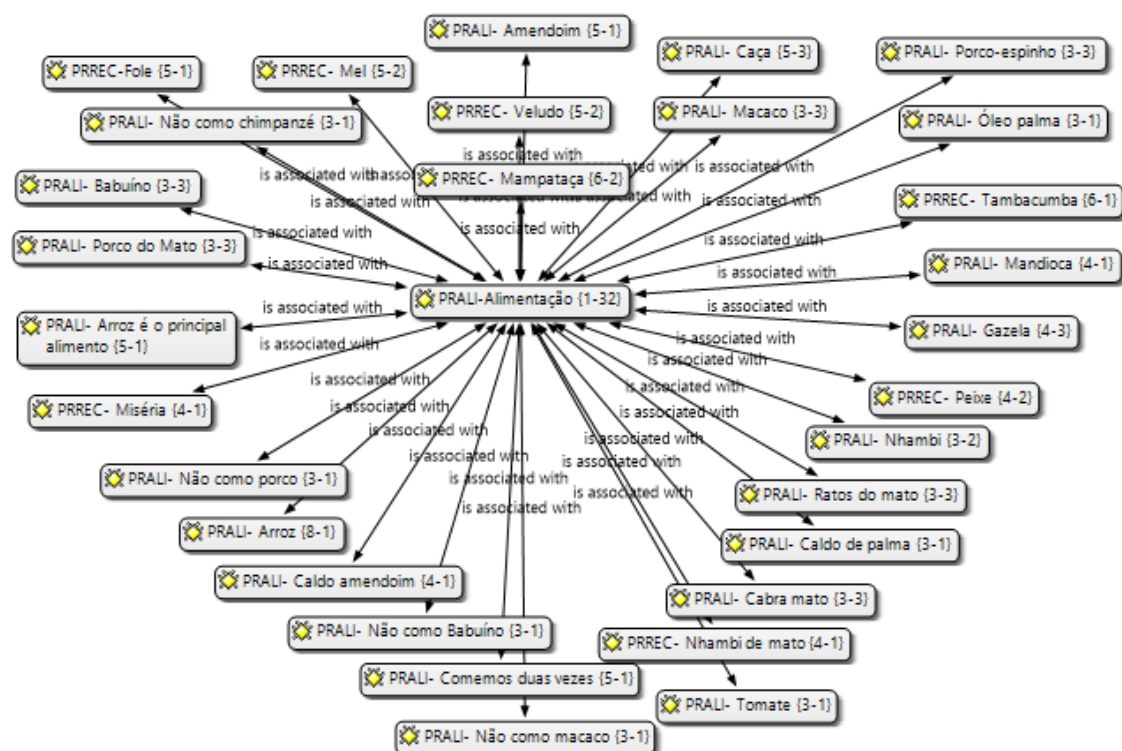


Gráfico 23- Alimentação segundo os inquiridos do grupo étnico Nalu

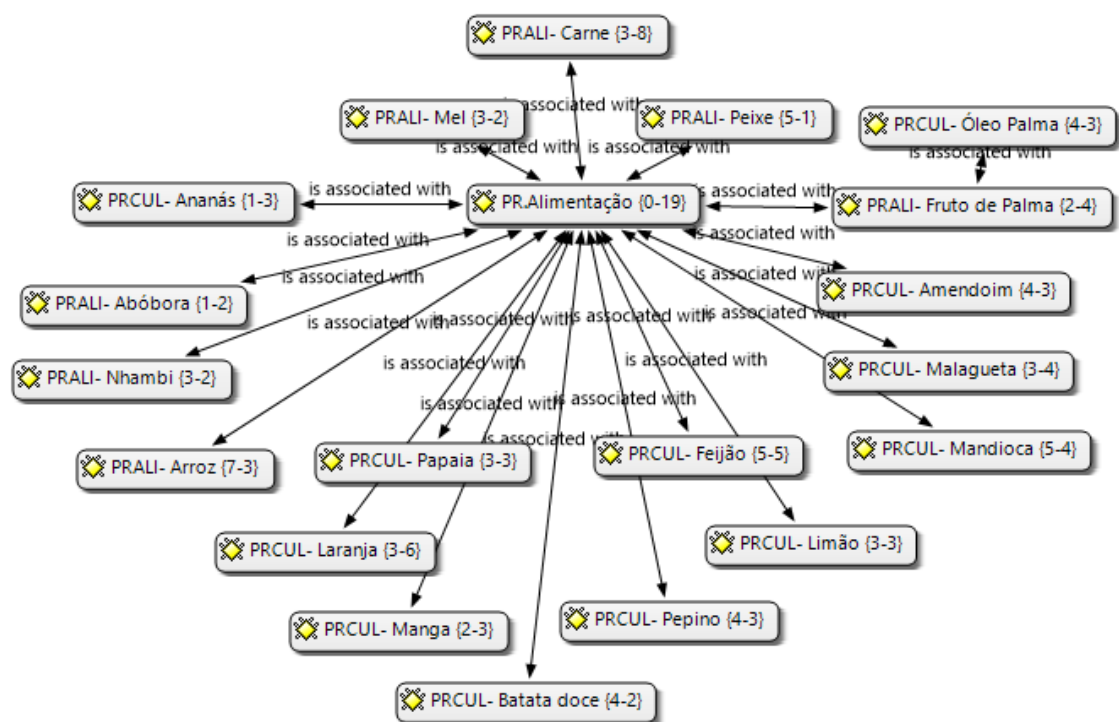


Gráfico 24- Alimentação segundo os inquiridos do grupo étnico Sosso

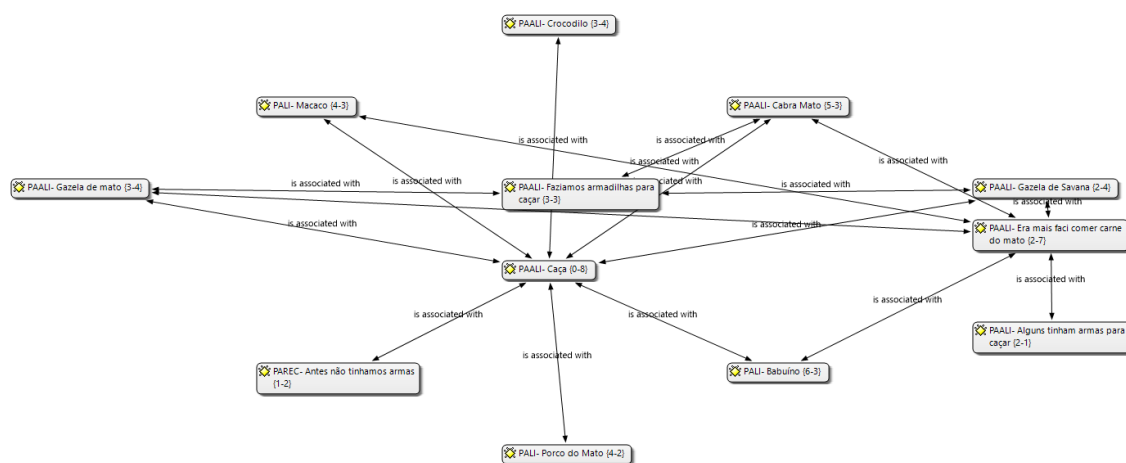


Gráfico 25- A atividade da caça pré e pós guerra da independência segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

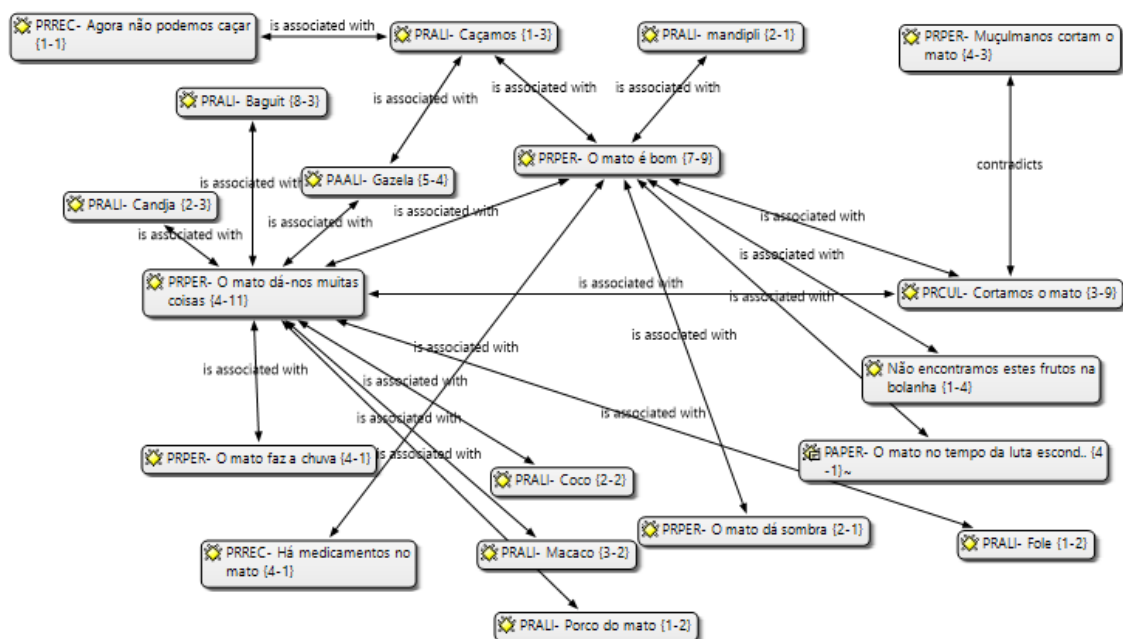


Gráfico 26- Valor das florestas segundo os inquiridos do grupo étnico Balanta

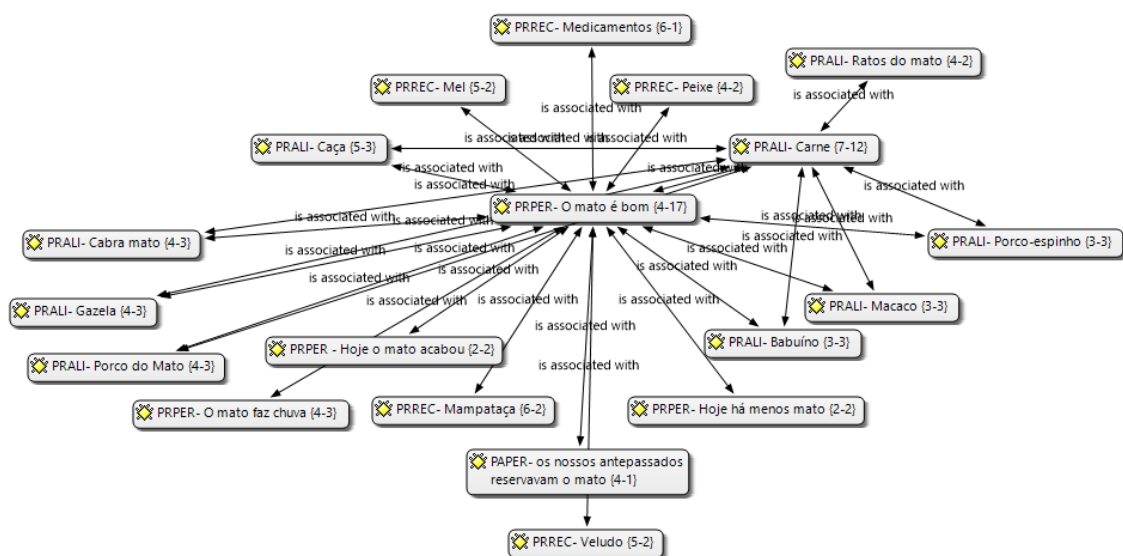


Gráfico 27- Valor das florestas segundo os inquiridos do grupo étnico Nalu



Anexo IV- Registo Fotográfico



Ilustração 7- Confeção de óleo de palma



Ilustração 8- Confeção de óleo palma II



Ilustração 9- Cúlobo vermelho (*Prócolobus badiu temmincki*) em Iemberem



Ilustração 10- Macaco Fidalgo (*Colobus polikomos polykomos*) em Iemberem



Ilustração 11- Convívio feminino na fonte de Cadique Nalu



Ilustração 12- Festa da juventude em Iemberem



Ilustração 13- Durante a realização de uma entrevista



Ilustração 14- Observação participante



Ilustração 15- Poilon (*Ceiba Pentandra*) Amilcar Cabral, maior árvore conhecida do PNFC

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT